

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**MIGRAÇÕES, REMESSAS E REINCOROPORAÇÃO POLÍTICA
NA COLÔMBIA.**

JAVIER MAURICIO BUENO ROJAS

CAMPINAS, 2007

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

B862m **Bueno Rojas, Javier Maurício**
 Migrações, remessas e reincorporação política na Colômbia /
 Javier Maurício Bueno Rojas. - - Campinas, SP : [s. n.], 2007.

Orientador: Valeriano Mendes Ferreira Costa.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Migração – Política governamental - Colômbia.
2. Migração – Remessas. 3. Colômbia – Migração. I. Costa,
Valeriano Mendes Ferreira. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

(cn/ifch)

Título em inglês: Migrations, remittances and political reincorporation in Colombia

Palavras – chave em inglês (Keywords): Migration – Government Policy - Colombia
Migration - Remittances
Colombia - Migration

Área de concentração : Política

Titulação : Mestre em Ciência Política

Banca examinadora : Valeriano Mendes Ferreira Costa, Rosana Baeninger,
Reginaldo Carmelo Corrêa de Moraes.

Data da defesa : 06-03-2007

Programa de Pós-Graduação :- Ciência Política

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

JAVIER MAURICIO BUENO ROJAS

MIGRAÇÕES, REMESSAS E REINCORPORAÇÃO POLÍTICA NA COLÔMBIA.

Dissertação de Mestrado em Ciência
Política apresentada ao Departamento
de Ciência Política do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas
sob orientação do Prof. Dr. Valeriano
Mendes Ferreira Costa

Este exemplar corresponde à versão
final da dissertação defendida e
aprovada perante a Comissão Julgadora
em **06 de março de 2007**.

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa

Prof. Dr. Reginaldo Carmello Correa de Moraes

Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger

Março - 2007

Mais uma vez, dedicado a Amalfi Rojas Claros, minha mãe, mas desta vez em português e à sua memória.

Dorme, pois criatura sublime, dorme em paz! Que os anjos te alumiem nos teus sonhos, como as estrelas do céu às noites escuras da terra. E a ti, que sentias como Poeta, a quem talvez o gênio matou num beijo de fogo, a quem Deus daria na existência a coroa mística dos amores, a Gloria suas visões, a Tarde seus perfumes, a Noite suas lâmpadas de ouro: Boa noite.

Rubem Fonseca

Agradeço a minha mãe por ter feito possível este mestrado, à Unicamp e a todos aqueles que compartilharam comigo nesse Brasil maravilhoso.

RESUMO

A interconexão permanente dos migrantes com seus países de origem é a característica diferencial dos deslocamentos internacionais contemporâneos. Este trabalho focaliza duas manifestações dessa particularidade que emergem de maneira simultânea na América Latina: o crescimento das transferências de dinheiro que os migrantes enviam a seus países de origem (remessas) e a mudança de atitude destes estados emissores de população, ao outorgarem direitos e elaborarem programas para reintegrar seus deslocados aos respectivos projetos nacionais. Através de uma recopilação de dados demográficos e cifras sobre o comportamento das remessas, os dois primeiros capítulos dão conta da evolução volumétrica dos fluxos populacionais e monetários na região da América Latina e o Caribe desde 1990. Uma síntese bibliográfica de alguns estudos de caso elaborados em torno da influência desse dinheiro nas economias receptoras é apresentada no segundo capítulo. Os três capítulos subsequentes examinam o contexto particular colombiano em termos de saídas de pessoas e entradas de dinheiro no País na última década do século XX. O quarto capítulo é um levantamento documental das medidas que as instituições colombianas têm intensificado para se aproximar de seus emigrados nos últimos quinze anos, outorgando-lhes direitos e incluindo-os em suas agendas políticas e sociais. Por último, discute-se quais são as implicações políticas e repercussões institucionais na prática do circuito migração –remessas – re-incorporação.

SUMMARY - The permanent interconnection of the migrants with its native countries is the distinguishing characteristic of the international displacements in the contemporary age. This work focuses on two manifestations of this particularity that emerge simultaneously in Latin America: the growth of the money transferences that the migrants send its native countries (remittances) and the change of attitude of these emitting states, granting rights and elaborating programs to reintegrate dislocated people to its respective national projects. Through a recopilation of demographic data and ciphers on the behavior of the remittances, the two first chapters give an account of the volumetric evolution of the population and monetary flows in the region of Latin America and the Caribbean since 1990. A bibliographical synthesis of some studies of case around the influence of this money in the receiving economies is presented in the chapter three. The three subsequent chapters examine the Colombian particular context in terms of exits of people and money entrances in the country in the last decade of century XX. The next chapter is a documentary survey of the measures that the Colombian institutions have implemented to attract its emigrated in the last fifteen years, granting them rights and including them in its social agendas. Finally, we discuss the political implications of the circuit: migration - remittances - re-incorporation

SUMÁRIO

RESUMO	5
Introdução	9
I Padrões Migratórios Na América Latina e O Caribe	17
Fluxos Migratórios Na América Latina	18
Migração da América Latina Para os Estados Unidos	22
Fluxos Intra-Regionais Para Os Pólos De Desenvolvimento	24
Migrações Internacionais Na América do Sul	28
Migrações Internacionais No Caribe	31
II Consequências Do Fenômeno Migratório: As Remessas Como Contra-Fluxo	
Panorama Geral do Fluxo das Remessas na América Latina	35
Economia das Remessas	39
Perspectiva Estruturalista	43
Perspectiva Funcionalista	44
Enfoque Contemporâneo	46
III Contexto e Evolução da Migração Internacional Colombiana	51
Migração Colombiana para Os Estados Unidos	55
Migração Colombiana para A Venezuela	60
Migração Colombiana para A Espanha	62
Fluxo de Remessas na Colômbia	66
Contexto Transnacional da Migração Colombiana	71
IV Ações dirigidas à Re-incorporação Política de Emigrantes no Estrangeiro	75
O Caso do México	75
Re-incorporação Política de Migrantes na Colômbia	77
A constituição de 1991	77
O Representante dos Colombianos no Exterior	79
Outras formas de Re-incorporação	82
Programa <i>Colombia nos Une</i> (CNU)	83
Os Conselhos Comunitários	85
As Redes Eletrônicas	86
A Marca Colombia	87
Onde Se Viver na Colômbia	88
V Implicações Políticas Do Circuito Migração – Remessas – Re-Incorporação	
Outras Motivações para a Re-Incorporação	91
Ativismo das Instituições Colombianas na Prática	93
À guisa de Conclusão	100

Referências Bibliográficas	105
Fontes Eletrônicas	109
ANEXO	
Não Devia Tê-Lo Feito, Não Me Arrependo, Mas Não O Farei De Novo. Entrevista com o Representante da Câmara dos Colombianos no Exterior	113

INTRODUÇÃO

Embora os fluxos migratórios entre nações terem representado uma maior importância quantitativa em outros momentos da história, hoje o cenário de desenvolvimento tecnológico, de avanço em telecomunicações e o marco da globalização ou internacionalização das economias em que se produzem, concedem-lhes ao menos uma particularidade que acompanha seu incremento progressivo: o nexo permanente dos deslocados com seus países de origem. A nova figura migratória tem diversificado os rumos operando sob a idéia de que é possível diminuir e até eliminar as distâncias graças à extraordinária velocidade com que viagens, transações e trocas de informação ocorrem, gerando constantes interconexões econômicas, sociais e políticas entre os países e seus emigrados. Na região da América Latina o Caribe, um dos maiores fornecedores de mão-de-obra para o mundo inteiro, expressa essa dinâmica de duas maneiras: de um lado, na crescente dependência dos recursos monetários enviados pelos migrantes a suas famílias, doravante aqui denominados remessas, e de outro, no amplo leque de programas de integração ao projeto nacional e de direitos outorgados por alguns estados aos seus cidadãos residentes no exterior. Estas duas manifestações desse caráter distinto das migrações contemporâneas são objeto de estudo desta dissertação.

Na última década do século XX, a América Latina começou a experimentar um aumento substancial das remessas, ao tempo que alguns governos incrementavam, e outros iniciavam, medidas de aproximação a seus cidadãos no estrangeiro com o propósito de integrá-los a suas agendas políticas e econômicas. Países como México, El Salvador, Equador, República Dominicana e Colômbia, têm adiantado reformas legais e institucionais que trazem de novo à cena política aqueles cidadãos que não habitam no território nacional. Este trabalho discute o caso específico da mudança na relação entre o Estado colombiano e seus emigrados a partir de 1991, quando a nova Constituição Política lhes outorga direitos especiais, enquanto a saída de pessoas e o ingresso de dinheiro se tornavam mais volumosos.

O número de colombianos no estrangeiro passou de um milhão e quinhentas mil pessoas em 1985, a mais de cinco milhões em 2003. Em 2002 os envios de remessas já constituíam a segunda fonte de divisas do País, superando em mais de três vezes as rendas provenientes do café e em quase duas vezes e meia as do carvão. Em 2003, transformaram-se na primeira fonte de divisas, ultrapassando as rendas com o petróleo e representando quase 4% do PIB. De outro lado, leis, projetos, resoluções e outras ações que concedem mecanismos de participação política aos residentes no exterior, têm sido efetivadas nos últimos quinze anos pelo Estado colombiano,

mostrando um interesse especial por aqueles indivíduos expulsos de alguma maneira em outros períodos da história do país e esquecidos como cidadãos em exercício. Como veremos, esses processos não têm sido muito diferentes para várias das nações latino-americanas e caribenhas neste mesmo período.

O objetivo geral da pesquisa é situar o caso colombiano em termos globais, mediado, é claro, pelo contexto específico do país e sua história migratória. Assim, considera-se importante ver como a migração colombiana e sua dispersão formam parte de um processo mundial inserido na globalização do capital, onde a migração massiva do sul para o norte intensifica-se com o passar do tempo. Em sua versão simples, é um processo no qual o sul empobrecido envia proporções significativas da sua massa trabalhadora para o norte enriquecido que demanda força de trabalho de baixo custo; mas trata-se de um processo bem mais complexo, que faz parte de um sistema que favorece a livre mobilidade de mercadorias, enquanto obstaculiza a circulação de mão-de-obra.

À maneira de aproximação inicial a essa contextualização, o primeiro capítulo mostra a situação geral dos fluxos migratórios na América Latina e no Caribe. Com base em estudos censitários até 1990 e em fontes demográficas alternativas de períodos posteriores, são sintetizados os padrões e as tendências da mobilidade humana da região no século XX. Por meio de caracterizações sucintas de países selecionados, nas quais se incluem os principais deslocamentos realizados (para os pólos de desenvolvimento e entre fronteiras), deduzem-se as condições nas quais o território foi se transformando de receptor a emissor de migrantes. Essa exposição da primeira parte também dá conta de um outro tipo de mobilidade na região que consolida algumas nações como receptoras de migração em trânsito, ou seja, aqueles territórios escolhidos pelo migrante como escala no caminho ao país objetivo. No caso da América Latina, essa migração em trânsito se refere a movimentos que se completam nos Estados Unidos.

Os fluxos sul-norte obedeceriam às dinâmicas econômicas e sociais que tiveram lugar a partir da segunda guerra mundial, quando o aumento do volume das transações de bens e capital entre o conjunto de países do mundo origina uma interdependência crescente entre eles. Em pouco tempo as nações do ocidente enfrentaram a necessidade de recrutar mão de obra e, através da abertura legal de suas fronteiras, configuraram fontes de atração de população (*pull*). De outro lado, o avanço

do capitalismo enfraqueceu boa parte das economias latino-americanas baseadas na produção de bens agrícolas, o que gerou desemprego. Por sua vez, as diferenças que se aprofundavam entre norte e sul e no interior dos países debilitados no processo desataram conflitos políticos e desequilíbrios estruturais que motivaram a saída de milhões de pessoas ao redor do planeta (*push*).

Sem dúvida, na realidade econômica e social da atual América Latina são cada vez mais explícitos os mecanismos de expulsão que reivindicam os modelos baseados na *push-pull theory*.¹ O clima de crise, a falta de expectativas ou a violência em suas múltiplas manifestações, de fato, ainda explicam boa quantidade de migrantes voluntários e refugiados latino-caribenhos. No entanto, os mecanismos de atração não se mostram tão claros uma vez que as dinâmicas globais, que servem de pano de fundo para o fenômeno se tornar coeso, apresentam-se contraditórias, não só pelas desigualdades que permitem e aprofundam, mas pela forma em que esse processo é direcionado.

Embora no desenvolvimento do sistema global o mercado e a concorrência, entendidos como a liberdade na circulação de informações e mercadorias, erigem-se como bandeiras principais no contexto das relações internacionais, travas são colocadas à livre circulação de pessoas. Os movimentos migratórios contemporâneos sul-norte são cada vez mais seletivos e não podem ser explicados apenas pelo diferencial de salários que propõe a síntese atração-repulsão. Porém, se aos fatores de expulsão, próprios das regiões mais afetadas pelos processos sociais e econômicos atuais, acrescentarmos a existência e atuação de redes sociais, como responsáveis pela construção dos vínculos necessários para a chegada, seria possível afirmar que o cenário para que a migração internacional atual aconteça se encontra completo.

O mundo contemporâneo não só facilita os deslocamentos, mas permite aos deslocados continuarem em contato com seus países de origem, inclusive em tempo real (González, 2003). Os movimentos migratórios do tem como pano de fundo a globalização, que propicia a generalização de meios de transporte rápidos e econômicos e de redes de comunicação que agilizam os contatos com o lugar e as pessoas nos destinos em potencial, despertando interesse por lugares onde as

¹ Estes modelos consideram que no centro dos processos migratórios se encontra a decisão de um agente racional, o qual, na posse de informação sobre as características relativas das regiões A e B, e de dados contextuais sobre sua situação individual e grupal, decide-se pela permanência ou pela migração. De um certo ponto de vista, a existência de regiões (ou países) com características econômicas desiguais permite uma leitura mais estrutural. Uma exposição completa desse tipo de modelos se encontra em JACKSON, John (1991) *Migrações*, Lisboa, Escher.

condições de vida e de trabalho se apresentam, em princípio, muito mais atrativas. Nesse ambiente, as antigas gerações de migrantes prestam apoio logístico e informativo às novas, alicerçando o caminho da migração e garantindo uma continuidade relativa dos fluxos. Estes mecanismos de cooperação são chamados na literatura de redes sociais e materializam a veiculação do conjunto de informações e percepções que os indivíduos precisam para emigrar (Tilly, 1990). Esse panorama de interação entre origem e destino reforça os laços familiares e sociais apesar da distância, e encontra sua primeira manifestação no surgimento de um não menos importante fluxo norte-sul: trata-se do envio de remessas.

O segundo capítulo apresenta a tendência desse contra-fluxo na América Latina. Ao longo dessa seção, observa-se que muitos desses países, com representação crescente nas estatísticas migratórias, começam a aparecer nos registros oficiais como receptores de milionárias transferências de dinheiro. Além do seu volume, a importância da corrente norte-sul também estabelece sua influência direta sobre as economias receptoras. Uma análise bibliográfica de alguns artigos sobre a economia das remessas é apresentada nessa seção e revela que, ainda que significando grandes injeções de capital líquido, o verdadeiro impacto desse dinheiro nas sociedades é relativo e difere entre regiões, cidades e países aos quais são aplicados estudos **econométricos** de caso. Não obstante, também revela o crescente interesse interdisciplinar pelas migrações e as relações mantidas pelos deslocados com seus familiares nos territórios de origem, graças ao envolvimento de outros atores, em particular, as casas de câmbio, que emergem como protagonistas deste processo.

O cenário geral apresentado nos dois primeiros capítulos permite adentrarmos no contexto particular colombiano, onde essas dinâmicas de fluxos e contra-fluxos também se evidenciam de maneira clara a partir dos últimos anos do século XX e nos primeiros do século XXI. Uma descrição detalhada deste panorama é feita no terceiro capítulo, apresentando a composição demográfica da migração colombiana, assim como seus principais destinos. A primeira parte compreende um diagnóstico das características da migração internacional colombiana dos últimos 40 anos, a qual é completada com a exposição do comportamento do fluxo de remessas desde 1990, e sua importância relativa na economia do país. Na sequência, uma síntese da evolução histórica da migração colombiana mostra como, nesse caso particular, os fluxos de pessoas e remessas foram

transformando o país em um espaço de relações e interconexões que permitem a continuidade migratória e a transferência de recursos com o passar do tempo.

Através da contextualização da situação colombiana é possível observar como, além do deslocamento físico, os processos migratórios atuais envolvem a emergência de novos fluxos sociais, econômicos, culturais e políticos, vínculos e interdependências entre o Norte e o Sul (Castro, 1999). Essa interconexão, também produto da denominada *nova ordem global*, coloca a nova figura migratória em um espaço no qual tanto a sociedade civil, quanto o exercício do poder através do Estado, transcendem as fronteiras territoriais da nação (Guarnizo, 2003). Isto é, as múltiplas matrizes do poder (político, econômico, social) que estruturam a sociedade, como a produção, reprodução e transformação da cultura que modela a identidade nacional, têm lugar em um espaço *transnacional* no qual, aqueles que vivem “cá” (residentes dentro do território nacional) interagem com, são influenciados por e influenciam aqueles que vivem “lá” (residentes em múltiplos destinos estrangeiros).

A generalização de certas práticas entre os (as) migrantes contemporâneos em seus territórios de residência, bem como a adoção de novas políticas por muitos estados emissores para incorporar seus cidadãos que vivem no exterior, conformam a base da abordagem transnacional das migrações, o que significa uma transformação paradigmática no campo dos estudos deste tipo. Esta perspectiva não concebe a migração como um sistema dicotômico, mas como um dinâmico processo de construção e reconstrução de redes sociais que estruturam a mobilidade espacial, social, cultural e do trabalho, tanto da população migrante, quanto de familiares, amigos e comunidades nos países de origem e de destino. Portanto, a identidade do (a) migrante não é unívoca ou exclusiva e o deslocamento não é apenas unidirecional, pelo contrário, a migração é concebida como múltiplos deslocamentos em vários níveis. Este processo inclui não só a mobilidade espacial de pessoas, mas também o constante intercâmbio trans-fronteiriço de recursos sociais, culturais, econômicos e políticos, que gera a formação e interseção de múltiplas identidades e posicionamentos do sujeito migratório (Schiller et al, 1992). Esta meada de intercâmbios gera um campo de ação social que é chamado de campo de ação transnacional. Tal abordagem requer pesquisas aprofundadas nos aspectos sociológicos e antropológicos, e seu transfundo teórico em matéria política ainda está em construção; não obstante, é um ponto de partida útil para explicar o

contra-fluxo de dinheiro para países em desenvolvimento. Sob esse ponto de vista é possível incorporar os casos latino-americanos, em que a multiplicidade dos destinos faz com que, por exemplo, membros de uma mesma família ou região residam em mais de uma localidade, em mais de um país ou em mais de um continente. Essa complexa meada inclui também uma segunda manifestação dessas relações desterritorializadas, estruturadas pela dispersão global das redes sociais: as cada vez mais intensas aproximações do Estado em relação aos seus cidadãos nos diferentes destinos no exterior.

O quarto capítulo mostra como essas relações Estado-migrantes foram se consolidando na Colômbia com o incremento das saídas de pessoas e das entradas de remessas. Uma descrição detalhada das diferentes formas de re-incorporação é apresentada aqui, assim como o marco legislativo-institucional que tem outorgado direitos políticos e civis a indivíduos residentes fora do território nacional. Essas ações se tornam mais claras a partir de 1991 com a nova Constituição Política, a qual reconhece a cidadania dupla e um deputado no Congresso da República como representante de uma comunidade dispersa e que não habita o território nacional². Essa cadeira no Congresso Nacional, única no mundo, torna o caso colombiano paradigmático em termos das relações políticas entre um país e um grupo social. À guisa de comparação, veremos como o caso mexicano não chegou tão longe ainda nesse sentido, apesar das inúmeras comunidades de migrantes, organizadas nos Estados Unidos desde há muito tempo, terem demandado uma inclusão política durante vários anos.

Enquanto fluxos e contra-fluxos de pessoas e dinheiro acontecem em meio às relações sociais, políticas e econômicas, revela-se um tipo de organização social que supera as limitações impostas pelas fronteiras geográficas dos países. A re-incorporação política coloca a migração não só como o traslado de pessoas produtivas de um país para outro, mas como a extensão da formação social nacional além das fronteiras, que supõe a mobilidade de atores sociais, indivíduos que possuem uma cultura específica, dotados de crenças e lealdades políticas que praticam e reproduzem em diferentes territórios. Muitas das pesquisas orientadas sob essa visão (artigos em geral de recorte sociológico e antropológico) parecem baseadas na idéia de um Estado-Nação em processo de

² Com o objetivo inicial de indagar sobre outras possíveis causas da aproximação repentina do Estado aos expatriados, entrevistei o “Representante dos Colombianos no Exterior”. Alguns comentários a respeito se encontram ao longo do capítulo, já um relato pessoal da experiência e a transcrição da entrevista aparecem como anexo.

extinção; isto é, o crescente número de atores privados envolvidos na consolidação da interconexão dos migrantes e suas famílias, assim como a emergência dos mercados como reguladores da totalidade dos intercâmbios e a ausência de um território, impossibilitariam o controle efetivo do Estado sobre as implicações do circuito desenhado pelos fluxos. Contudo, uma análise do caso colombiano permite observar uma transformação, mais do que um desaparecimento do Estado-Nação.

O quinto capítulo da dissertação aborda essa discussão com base num exame da forma de agir das instituições colombianas em sua relação com seus emigrados. Aqui, reconhece-se a utilidade dos enfoques transnacionais para entendermos as mudanças produzidas nos contextos da globalização; os esforços feitos sob essa perspectiva têm apontado elementos importantes na reformulação de conceitos como “migração”, “nação” e “território”, mas consideramos que ainda há muitas perguntas por responder e vários debates em aberto. Um desses debates é se esses processos transnacionais tendem a eliminar o Estado nacional soberano ou se, pelo contrário, a maneira como são efetivadas ações sistemáticas para recuperar cidadãos no estrangeiro refletem sua capacidade de adaptação e permanência. Esse último capítulo, em sua primeira parte, explora as causas e conseqüências em potencial das ações encaminhadas à re-inserção e pertença do migrante a um Estado-Nação que tem sido re-territorializado por motivo do fenômeno migratório. Alguns procedimentos concretos das instituições são analisados na segunda parte com o intuito de apontar elementos para o entendimento da nova figura migratória nos terrenos da Ciência Política, considerada uma das disciplinas tardias no estudo da migração internacional (Garay e Rodriguez, 2005).

Governos e estados continuam a se adequar às interações com os migrantes e a reformular seus objetivos de re-incorporação, mas ainda é muito cedo ainda para avaliar os resultados destes processos em seu conjunto. Não obstante, as análises preliminares das “políticas diaspóricas”³ aqui apresentadas pretendem compreender como as relações políticas entre origem e destino estão se transformando diante dos novos fenômenos criados pelas migrações internacionais.

³ Smith (2003) concebe as políticas diaspóricas como tentativas dos Estados-nação de desenvolver vínculos com seus migrantes. Estas políticas não promovem o retorno, como seriam as políticas de circulação e repatriação, mas o sucesso em seu assentamento assim como o envio de dinheiro e visitas ao país.

As idéias elaboradas ao longo da dissertação são reunidas e organizadas para esboçar uma breve conclusão a respeito do processo das migrações, das remessas e da re-incorporação política.

I

PADRÕES MIGRATÓRIOS NA AMÉRICA LATINA E O CARIBE

No vaivém da população ao longo da história, o ponto de partida nem sempre foi o mesmo. Durante 450 anos a América Latina e o Caribe se constituíram numa área de imigração pura. O descobrimento e a posterior expansão territorial, a industrialização, a substituição da agricultura tradicional pelas novas formas de produção, tanto a escravista quanto a capitalista, e o crescimento da população, impulsionaram milhões de pessoas das vastas áreas do mundo para esta região.

O volume, a composição e as condições da imigração tomaram formas variadas entre os diferentes países ao longo do tempo. Ainda que forçada pelas circunstâncias da época, a migração da África foi muito significativa para o Caribe e para o Brasil, mas não foi para a grande maioria dos países do Cone Sul. Nos últimos anos do Século XIX, e nos primeiros do Século XX, a Argentina e o Brasil receberam um grande número de migrantes europeus, como o fez o México, embora em menor proporção. Durante o mesmo período, Cuba recebia migração espanhola. No século XIX, trabalhadores chineses e indianos substituíram boa parte da mão-de-obra escrava em alguns países do Caribe, como Guiana e Trinidad e Tobago, assim como uma boa quantidade de imigrantes árabes se estabeleceu em várias ilhas e no território da Colômbia. A guerra civil espanhola produziu uma considerável quantidade de exílios para esta área e o Holocausto foi responsável pelos contingentes de judeus desembarcando na América Latina e no Caribe.

Esse panorama migratório mudou a partir da Segunda Guerra Mundial. Os movimentos de população para a América Latina se estagnaram e deram passo a duas tendências de deslocamento, a migração internacional dentro da região (sul-sul) e uma migração sul-norte com destino aos Estados Unidos e à Europa, outrora produtora de migrantes. Os deslocamentos internos compreenderam movimentos fronteiriços como o de trabalhadores colombianos para a Venezuela, de refugiados guatemaltecos para o México, migrantes haitianos na República Dominicana, nicaraguenses na Costa Rica, brasileiros no Paraguai e bolivianos na Argentina. Da mesma forma, os mexicanos se consolidaram como o maior e mais antigo grupo de imigrantes nos Estados Unidos. Já em décadas recentes, também milhares de dominicanos, cubanos, salvadorenhos, haitianos,

nicaraguenses, guatemaltecos, colombianos e contingentes menores dos outros países da América Latina e do Caribe, têm atravessado as fronteiras para se estabelecerem nesse país da América do Norte. Assim, no último século, vários países da América latina e do Caribe têm passado com relativa rapidez de receptores por excelência a fornecedores de população para o mundo inteiro.

A migração da América Latina, a partir da segunda metade do século XX, configura-se como um fenômeno novo e de mudanças constantes em seu interior. Este capítulo mostra um panorama demográfico migratório geral da região, as principais origens, destinos e lugares de trânsito que a colocam como uma das que maiores deslocamentos internacionais tem apresentado no período mais recente.

Fluxos Migratórios na América Latina

Um critério geográfico das migrações que abrange aspectos temporais pode ser encontrado na linha de pesquisa de Cristina Blanco (2000). A autora resume o processo histórico das migrações em três grandes etapas: a pré-moderna, que vai até final do século XIX, a moderna, até 1973 e a contemporânea.

A primeira etapa, definida como as *Migrações Pré-Modernas*, inclui os movimentos de população produzidos pela expansão dos impérios, pelas grandes civilizações e pelo descobrimento da América. Esse período termina na década de 1850 com o fim do processo colonizador europeu. A segunda etapa, as *Migrações Modernas*, coincide com os inícios da industrialização dos países ocidentais que originou grandes movimentos migratórios até a década de 1920.

As *Migrações Contemporâneas* correspondem ao aumento da população migrante em escala mundial, e, conseqüentemente, com o aumento considerável dos fluxos nos últimos anos. Neste período, as duas correntes que têm atingido maior desenvolvimento são as originadas nos diversos países da América Latina, África e dos antigos países do leste europeu para os países da União Européia e aquela que parte da América Latina para os Estados Unidos. Alguns dados mostram este último como o mais importante fluxo dessas migrações contemporâneas.

Segundo a base de dados IMILA⁴, as migrações que provêm dessa região representam 10% das correntes migratórias globais enquanto a população latino-americana com presença nos Estados Unidos representa 46% do total de estrangeiros no país⁵. Hoje, estima-se que vivem mais de 22 milhões de latino-americanos nos Estados Unidos.

Embora em um primeiro momento uma imigração intercontinental tenha se instalado no sub-continente, originando grandes movimentos migratórios no interior da região, os quais estruturaram um padrão de deslocamento sul-sul até a metade do século XX, nas últimas décadas os movimentos extracontinentais para a Europa e os Estados Unidos têm predominado e transformado o padrão numa migração sul-norte.

O sentido das trajetórias migratórias da região guarda correspondência com a época atual de globalização. Desde a década de 1970 a economia mundial tem se caracterizado pela acelerada produção de bens e serviços que multiplicam, diversificam e dinamizam os mercados, enquanto aumenta o risco de pobreza, exclusão social e a desigualdade entre países. O discreto crescimento econômico do continente latino-caribenho (3,5% anual na década de 1990) apenas parece ter beneficiado algumas elites econômicas e políticas se são levadas em conta algumas cifras: *“...Cerca de 210 milhões de latino-americanos – 39% da população total – não conseguem cobrir suas necessidades básicas, dos quais 98 milhões vivem na indigência. 84% dos novos empregos têm sido gerados no setor informal, caracterizado por baixa produtividade, baixa renda e nula competitividade. Além disso, a distância entre os salários de profissionais e técnicos e os trabalhadores de qualificação menor tem aumentado cerca de 50%...”*⁶ Embora no começo dessa história recente da América Latina tenha se produzido um deslocamento de técnicos e profissionais para países de maior crescimento econômico da região, onde também houve acolhida de mão de obra de países europeus, essa falta de garantias nas áreas social e econômica explicam em primeira

⁴ O projeto IMILA consiste na construção de uma matriz origem-destino da população migrante entre países baseada em dados censitários, a qual toma variáveis como ano e lugar de nascimento, ano de chegada e lugar de residência. Isto tudo combinado com variáveis sócio-demográficas como gênero, idade, nível educativo, etc, gera uma informação qualitativa confiável para um estudo sério da questão migratória na América Latina.

⁵ O Censo de 1990 nos Estados Unidos contabilizou um total de 19.767.316 pessoas provenientes da região da América Latina e do Caribe. Em 10 anos esse número se multiplicou por 2,86 já que em 1980 o total dos imigrantes desta região era de 6.913.971. A base de dados leva em conta os seguintes países, México, Cuba, República Dominicana, Colômbia, El Salvador, Haiti, Equador, Argentina, Guatemala, Panamá, Peru, Nicarágua, Brasil, Honduras, Chile, Venezuela, Costa Rica, Bolívia, Uruguai e Paraguai.

⁶ Intervenção do Secretário Executivo da CEPAL, José Antonio Ocampo, na Segunda Cumbre das Américas. Santiago de Chile, 18 de abril de 1998. Fonte: <http://www.oea.org>H.

instância o movimento de pessoas desta parte do continente através das fronteiras, consolidando o atual fluxo sul-norte.

Não se pretende aqui compreender as mudanças entre os processos dessa mobilidade em particular; esta primeira parte procura demonstrar os contextos nos quais acontece a nova emigração latino-americana e caribenha sob a perspectiva das migrações transnacionais de começo de século.

Encontrar fontes aproximadas da composição demográfica real da dita tendência migratória é tarefa difícil devido a várias razões, dentre as quais se destaca o número cada vez maior de pessoas consideradas ilegais. Ao escaparem dos registros oficiais, a quantificação e classificação da população que chega nos diferentes países passam com relativa facilidade ao campo especulativo. Para realizarmos a descrição das correntes migratórias que vem à continuação, foram utilizadas fontes baseadas nas bases de dados IMILA (*Investigación de la Migración Internacional de Latinoamérica*) e SIMICA (*Sistema de Información sobre Migración Internacional en los Países de la Comunidad Andina*), as quais, como afirmam todos os pesquisadores consultados, apesar de sofrer essas dificuldades na precisão e de apenas permitirem fazer análise de estática comparada, são os únicos trabalhos baseados em dados dos censos oficiais de cada país. O projeto IMILA e a base de dados SIMICA incluem informações dos censos realizados desde a década de 1960 até 1990; portanto, foi necessária a consulta de fontes diversas, mais ajustadas ao contexto atual, como relatórios do Banco Mundial e de outras instituições através de seus *sites* oficiais na internet.

A realidade migratória latino-americana implica aspectos adicionais a serem observados. Com o incremento dos deslocamentos, nascem acordos econômicos bilaterais e sub-regionais que dão conta de um processo de integração tanto econômica quanto política. No entanto, enquanto se estabelecem políticas migratórias com o objetivo de controlar os deslocamentos de mão de obra, o fluxo sul-norte continua a crescer. O Mercado Comum Centro-Americano de 1961, A Comunidade Andina conformada em 1969, a Comunidade do Caribe em 1974 e o MERCOSUR, assinado em 1991, são exemplos do desenvolvimento desta tendência, a qual, apesar de contribuir para o fluxo contínuo e imediato dos produtos produzidos nos diferentes países, deixa claro que a liberdade migratória é um valor a se conseguir de maneira gradual, e é sujeita a algumas exceções ainda mais negociadas. A livre circulação de pessoas dependeria da harmonização dos diferentes regimes e políticas, o que parece estar muito longe da realidade das políticas governamentais atuais.

No entanto, algumas mudanças têm acontecido em algumas áreas específicas. Por exemplo, os países que integram a Comunidade Andina (CAN) concordaram em aplicar normas que facilitassem a livre circulação de seus cidadãos ao interior da sub-região. Os governos da Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela assinaram em 2001 a *Decisión 503*, uma medida para permitir que os turistas dos países membros da CAN pudessem circular dentro da área apresentando apenas o documento de identidade. O prazo para todos os países adotarem a norma se encerrou em 31 de dezembro de 2005. Entretanto, esta medida de “Reconhecimento de documentos nacionais de identificação” também não tem conseguido efeitos positivos totais. A Venezuela continua a exigir passaporte e visto aos cidadãos andinos que ingressam pela fronteira terrestre⁷.

Em geral, na mobilidade intra-regional da América Latina e do Caribe no final do século XX, distingue-se o fluxo constante de migrantes latino-americanos em trânsito por determinados países, em particular México, Porto Rico e alguns da América Central, como a Costa Rica. Observa-se também a desaceleração dos fluxos para pólos de desenvolvimento regional e a capacidade de emissão de população de alguns países como Colômbia, Uruguai, Peru, Bolívia e o Equador mais recentemente.

Na década de 1970 a Venezuela e a Argentina eram claros receptores de população, em especial de países vizinhos, porém, no final do século XX começam a emitir grandes quantidades de migrantes. As ilhas do Caribe, além de se transformarem em emissoras de população, começam a receber cada vez um maior número de pessoas em trânsito para os Estados Unidos. Em menor proporção, pode se falar em correntes migratórias importantes da Bolívia para o Peru e do Peru para o Chile e Equador.

Migração da América Latina e do Caribe para os Estados Unidos

Os movimentos populacionais da América Latina para os Estados Unidos começaram a se intensificar a partir dos anos cinquenta do século XX (ALOP 2003). Depois desta época os fluxos migratórios da América Latina (sul) para os Estados Unidos (norte) dependeram da situação econômica, do mercado de trabalho e das políticas adotadas pelo governo americano. De outro lado, a presença dos Estados Unidos na América Latina se incrementa durante o século passado e é perceptível de maneira clara na história mais recente, através das suas políticas intervencionistas e

⁷ <http://www.comunidadandina.org/documentos/docSG/Ayudamemoria14-4-05.htm>H

atraindo trabalhadores estrangeiros para ocupar determinados setores de seu segmentado mercado de trabalho.

Graças à proximidade com a fronteira norte-americana, os fluxos do México, da República Dominicana, de Cuba e de diversos outros países da América Central para os Estados Unidos predominam desde meados do século passado. As correntes migratórias da América do sul começaram de maneira massiva nos anos 60 e desde então adquiriram uma grande intensidade. Em um princípio, quem migrava para os Estados Unidos tinha um alto grau de qualificação e formação; no entanto, observa-se que aos poucos começa a aparecer uma outra dimensão destes fluxos: pessoas com baixa qualificação passam a se inserir no setor agrícola do litoral californiano, em sua maioria mexicanos e caribenhos, e uma crescente percentagem de sul-americanos.

Segundo o projeto IMILA, em 1970 foram contabilizados 1.639.159 latino-americanos nos Estados Unidos, dos quais cerca de 13,6% procediam da América do sul. Os dados do censo americano mostravam um fluxo composto em grande parte por homens jovens, talvez devido à imensa imigração mexicana masculina da época (CELADE, 1999).

Tabela 1
População nascida na América Latina e Contabilizada nos Estados Unidos. 1970

Região de Procedência	População em Milhares
América do Sul	234.233
América Latina	1.636.159

Fonte: Projeto IMILA, CELADE.

Na atualidade, da população em trânsito para os Estados Unidos que se estabelece no México, são os procedentes da América central que apresentam a maior percentagem, em particular de Honduras e de Guatemala. A seguir, alguns números e características deste deslocamento.

México

Como país fronteiriço com os Estados Unidos, o México é o país de trânsito por excelência e o principal emissor de população na zona. Segundo o *Center for immigration Studies* 10,8 milhões de

mexicanos vivem nos Estados Unidos (Camarota, 2005). A maioria dos imigrantes transitórios provém da Guatemala, seguida de importantes contingentes de El Salvador e de outros países da América Central. Uma pequena percentagem deles permanece no México, sobretudo na fronteira ou no estado de Chiapas trabalhando na produção agrícola (ALOP, 2003).

Guatemala

Sem dúvida, a guerra civil que sofreu o País é o fator que mais influenciou os movimentos para os Estados Unidos. A OIM estima que no país estadunidense vivem cerca de um milhão de pessoas de origem guatemalteca. A comissão Episcopal da Pastoral da Mobilidade Humana na Guatemala assegura que em 1998 residiam no país 1.189 refugiados de outros países, 3.000 pessoas desmobilizadas pertencentes à antiga guerrilha, 1.500.000 migrantes internos campo-cidade, 30.000 refugiados guatemaltecos no México, 300.000 trabalhadores temporários de terras altas na costa guatemalteca, além de um grande número de deportados do México que chegou a ser até de 150 pessoas diárias⁸. A Guatemala é também um importante lugar de trânsito para os sul-americanos na busca do sonho americano.

⁸ <http://www.iglesiacatolica.org.gt/movhu98.htm>

El Salvador

A guerra civil que viveu este país durante doze anos produziu uma emigração massiva de seus cidadãos. Assim, estima-se que desde 1980 mais de dois milhões de salvadorenhos residam nos Estados Unidos de maneira irregular, enquanto em El Salvador vivem 6.500.000. Isto é, 31% da população se encontra fora de seu país (Puerta, 2004).

Depois dos terremotos dos dias 13 de janeiro e 13 de fevereiro, em março de 2001, o governo americano concedeu um estatuto especial para a nacionalidade salvadorenha, o TPS (*Temporary Protection Status*), outorgado por Washington a imigrantes de países que sofreram desastres naturais ou conflitos armados.

Honduras

Segundo a OIM e o Foro Nacional das Migrações na Honduras – FONAMIH, 66% da população hondurenha vive na extrema pobreza, com um crescimento demográfico acelerado de 3% ao ano. Desse modo, quase três milhões de jovens vivem com escassas oportunidades sociais e de trabalho, trazendo como consequência o abandono do país. 820 mil hondurenhos nativos, mais de 10% da população total, vivem nos Estados Unidos, dos quais apenas 85.000 estão amparados pelo TPS. Outros 50 mil residem em outros países do mundo. Estima-se que 80.000 hondurenhos por ano se mudam para o estrangeiro, estabelecendo uma média de 5.951 por mês, 1.538 por semana, 219 por dia ou o equivalente a nove hondurenhos por hora (FONAMIH, 2005).

Fluxos Intra-Regionais Para Os Pólos De Desenvolvimento

A proporção da população nascida em algum país da região e recenseada em um país diferente é muito ampla e obedece a situações históricas de caráter econômico, político ou individual. Os ciclos expansivos ou recessivos das economias, as ditaduras e as guerras civis se encontram entre os principais motivos na explicação desses deslocamentos. Em 1990 os países da América Latina acolhiam cerca de 300 mil refugiados, quase todos originários da própria região (Villa, 1996).

Até os anos 60, os movimentos populacionais produzidos entre países da América Latina provinham, em grande parte, daqueles deslocamentos cuja origem era rural e cujo destino podia ser tanto urbano como rural em países fronteiriços. Poderia se falar então numa migração interna expandida para os países vizinhos.

No final da década de 60, a ocupação de terras baldias, bem como a aquisição de novos empregos gerados pelas estruturas industriais e tecnológicas em países de recente expansão econômica, foram movimentos comuns na região. Além disso, os deslocamentos forçados produzidos pelas instabilidades sociais e políticas dinamizaram o fenômeno migratório. Fatores estruturais e alterações sócio-políticas acontecidas nesse decênio fizeram com que o número de migrantes se duplicasse, chegando a quase dois milhões de pessoas em 1980 (Villa e Martinez, 2001).

A Venezuela e a Argentina se transformaram nos principais pólos de atração das migrações intra-regionais do século passado. Quase dois terços dos dois milhões de latino-americanos e caribenhos que residiam na região, em países diferentes aos do seu nascimento, concentravam-se nestes dois países (Villa, 1996). O auge econômico dos anos 60 e uma política migratória seletiva, que discriminava segundo os níveis de instrução, qualificação e formação, assinalaram esses países como eixos do projeto migratório de muitos latino-americanos, em particular de países fronteiriços.

Argentina

Foi o grande eixo de atração dos deslocamentos regionais no cone sul por um período. Entre 1980 e 1990 houve um saldo migratório positivo na Argentina de 147.000 pessoas (Villa e Martinez, 2001). Países limítrofes como o Paraguai, o Uruguai, o Brasil e a Bolívia emitiram importantes fluxos nesses anos para terras argentinas.

Hoje esse país não é mais o ponto de referência de migrantes da América Latina e os argentinos passaram de receptores a emissores nos últimos anos. O Plano de Convertibilidade que fixou a paridade peso-dólar durante a década de 90 também contribuiu para a chegada de imigrantes neste país, já que o dito plano aumentou o poder aquisitivo das remessas nos países de origem. Mas a recessão econômica do ano 2000 mudou esta tendência e o poder de atração diminuiu.

A população da Argentina, então, começou a migrar, sobretudo para a Europa. Considera-se que 150.000 argentinos foram para a Espanha e para a Itália graças à nacionalidade dos seus antepassados mais recentes retomada como própria. Por outro lado, entre 2000 e 2004, 15.000 bolivianos, 10.000 paraguaios e 5.000 peruanos, a maioria em situação de clandestinidade, saíram da Argentina e voltaram para seus países diante da difícil situação naquele país (*Inter. Press Service News Agency*).

Brasil

Não obstante o Brasil ter atraído mão de obra de países fronteiriços como o Paraguai e o Uruguai, nos últimos anos a migração não tem sido das dimensões esperadas, apesar do país possuir a economia mais industrializada da região, em particular no estado de São Paulo. Poderia se supor que isso tem a ver com a restritiva legislação migratória e com os incentivos direcionados à mão de obra qualificada.

Vale a pena mencionar que as estatísticas também não são muito confiáveis para o caso brasileiro, pois como apontado pelo IPS, os cálculos de pessoas estrangeiras no Brasil para o ano de 2002 variam de 100.000 a um milhão de pessoas.

O país recebeu grandes quantidades de migrantes europeus desde o final do século XIX até a primeira década do século XX. Os anos 30 deram início a uma migração japonesa, em especial no estado de São Paulo. A partir daí, uma dinâmica menos intensa caracterizou as imigrações no Brasil. *“Os anos 50 encerraram o período de vocação receptora da história brasileira. Verifica-se que o período pós-1964 marcou definitivamente a redução no número de imigrantes entrados no Brasil”* (Patarra & Baeninger, 1996, p80). Hoje o país se insere na dinâmica global das migrações internacionais. Em 1991, algumas fontes mostravam 150 mil brasileiros no Japão e 330 mil nos Estados Unidos (Sales, 1996). Os dados oficiais mostram que 2 milhões de brasileiros moravam no exterior em 2002. Em 1997, havia 1,5 milhão de pessoas fora do país. O Itamaraty (Ministério de Relações Exteriores do Brasil) supõe que, dos que emigraram, cerca de um terço esteja em condições ilegais. Os números não são precisos porque não há controle de saída de brasileiros do país e porque apenas uma pequena parte dos residentes no exterior se inscreve nos consulados

brasileiros, mas esses são os únicos dados sobre imigração disponíveis no MRE (Ministério das Relações Exteriores do Brasil).

Venezuela

A Venezuela tem sido um tradicional receptor de imigração. Os lugares de procedência mais representativos são Colômbia, Espanha, Itália e Portugal, mas também recebeu indivíduos do Meio Oriente, do Chile, de Cuba e de outros países sul-americanos.

Na década de 1970, a Venezuela se caracterizou por uma massiva chegada de estrangeiros devido ao crescimento sustentado da sua economia e ao incremento dos preços do petróleo no mercado internacional. A população colombiana, com mais de 500 mil pessoas, constitui o grupo mais numeroso de estrangeiros, embora a intensidade do fluxo tenha diminuído a partir da década de oitenta (Projeto SIMICA-CELADE-CEPAL).

Em 1990 os imigrantes colombianos e equatorianos apresentavam os níveis educativos mais baixos, maior presença de mulheres e uma participação superior em atividades manuais. Os bolivianos e peruanos, com domínio masculino, tinham níveis educativos superiores e em geral desempenhavam cargos gerenciais e profissionais.

A crise econômica que sofre a região, e em especial a crise política a partir do governo Chavez, tem transformado a Venezuela em um país emissor de população. Em 1990, cerca de 48.000 pessoas saíram desse país para diversos destinos. Na comunidade andina, o principal receptor de venezuelanos é a Colômbia com 91% das saídas registradas; 12 mil venezuelanos entraram no país fronteiriço (Ministério de Relações Exteriores da Colômbia). Entretanto, o número de venezuelanos também aumentou nos demais países andinos. A composição segundo sexo mostra um número um pouco superior de homens no Equador e no Peru. Cabe destacar também um crescente processo de retorno, que pode estar relacionado a uma emigração crescente de jovens que voltam com seus pais imigrantes para seus países de origem.

Os Estados Unidos têm absorvido também grande parte dessa onda migratória. O censo de 1990 dá conta de mais de 35.000 venezuelanos no país; se compararmos com as cifras de 1980, a taxa de incremento intercensitária foi de 2,4% (CEPAL.-ECLAC, 2000)

Migrações Internacionais na América do Sul

Uruguai

O Uruguai é talvez o país com mais tradição migratória do cone sul. Durante o século XX a população uruguaia consolidou um fluxo importante, em especial para a Argentina, e já em 1970 “alcançou uma intensidade absoluta similar à da taxa de mortalidade bruta” (Villa, 1996). Hoje, o Uruguai conta com 13% da sua população vivendo fora do território nacional.

Peru

O Peru deixou de ser um país atrativo para a população estrangeira algumas décadas atrás: o total dessa diminuiu no último período intercensitário. Em contraste, o volume de peruanos emigrantes para o resto dos países da comunidade andina aumentou e em 1998 era quatro vezes maior que o da população imigrante (CELADE, 1999).

A migração que parte do peru é importante em termos quantitativos e seletiva em termos qualitativos. Assim, podemos constatar o fato de que mesmo ocorrendo uma fuga de “cérebros” constante para os Estados Unidos e para a Europa, a partir da década de 90 a presença de peruanos, sobretudo de mulheres, em países andinos começou a se incrementar. Em particular na Bolívia, exercendo o comércio informal, e no Chile, em trabalhos de construção e atividades domésticas. Segundo a Chefatura do Departamento de Estrangeiros e Migração do Ministério do Interior do Chile, Cerca de sessenta mil peruanos vivem na atualidade nesse País⁹.

⁹ <http://www.puntofinal.cl/515/>

Nos últimos decênios este país se caracteriza pelo crescente volume migratório para o estrangeiro. O fenômeno é cada vez mais diversificado e estima-se que cerca de dois milhões de peruanos estejam fora do território nacional ¹⁰

A OIM e a Direção Geral de Migrações e Naturalizações (DIGEMIN) afirmam que em 2000 foram registradas 836.700 saídas do Peru, das quais 44% se dirigiam para a América do Sul, 41% para a América do norte, 8% para a Europa, 5% para a América Central e 1% para a Ásia, em especial para o Japão, país com o qual existe uma antiga tradição migratória.

130.000 peruanos residiam na Argentina até o início do presente século, mas a crise que viveu esse país fez com que os fluxos de retorno se tornassem mais comuns¹¹. As bases de dados consultadas revelam que migrações peruanas para os Estados Unidos têm se incrementado de maneira progressiva também a partir da década de 90.

Paraguai

Nos anos setenta este país recebeu migrantes de outros países da América do Sul, em particular do Brasil, como consequência das estratégias de ambos os governos ao assinarem o Tratado de Aliança e Cooperação Econômica de 1975, que, “resguardando o apoio tecnológico e segurança nacional, previa povoar o território paraguaio com mais de 1,2 milhão de brasileiros –45% da população do Paraguai – em uma área de quase 122 mil quilômetros quadrados, cerca de 30% do território paraguaio” (Salim em Patarra (1996a) p. 154).

Não obstante, na metade do século passado o Paraguai começou a mandar população para outros países vizinhos, sobretudo para a Argentina. O censo de 1991 registrou um total de 250.450 paraguaios nesse País; em 2001, foram recenseados 325.046. (Halpern, 2005).

¹⁰ <http://www.transparencia.org.pe/web/pronunciamientos/1999-23-08.html>

¹¹ El Correo, 30 de Janeiro de 2002, Sucre, Bolívia.

Chile

Embora a população estrangeira no Chile tenha apresentado um incremento considerável nos últimos anos, ainda não poderia se falar nele como um país receptor de imigrantes. Segundo a CIA World FactBook, esse país apresenta uma das taxas mais baixas de emigração da América Latina: zero indivíduo por cada mil habitantes.

Em 2005 o governo realizou o primeiro censo de chilenos no exterior, o qual dá conta de 857.851 pessoas (3% do total de nascidos no Chile). Os principais destinos são: Argentina: 429.708; Estados Unidos: 113.394; Suécia: 42.396; Canadá: 37.577 e Austrália: 33.626 pessoas¹². O principal período de emigração data de 1980 e coincide com a crise econômica daquela época e com o auge de violência do regime militar do ditador Augusto Pinochet.

Equador

Esse país andino atravessa atualmente o pico de emigração da sua história. Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas e Censos do Equador (INEC), cerca de um milhão de equatorianos abandonaram o país entre 1999 e 2000.

A partir da década de 70, o Equador se transformou em um dos países que maior quantidade de pessoas exporta ao mundo e um dos principais receptores também. Esse comportamento do fluxo sul-norte teve duas tendências claras: a dos anos oitenta, quando os Estados Unidos receberam 400.000 equatorianos, e a da década de 90, época em que a migração começa a se dirigir para a Europa, em especial para a Espanha. Segundo o censo de 2004, nos últimos anos o recorde de entradas de população no país europeu corresponde ao contingente equatoriano, em um total de 101.432. Nesse mesmo ano 493.737 equatorianos habitavam em território espanhol, dos quais apenas 241.549 possuíam cartão de residência.¹³

Contudo, o Equador também se transforma cada vez mais em receptor de imigrantes e refugiados. Segundo o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), no final de 2005

¹² Fonte: http://www.gobiernodechile.cl/chilenos_exterior/especiales.asp?id_especial=2.

¹³ Fonte: <http://www.elmundo.es/especiales/2005/02/sociedad/inmigracion/cifras/grafico.html>

5.612 pessoas portavam o estatuto de refugiados no Equador, das quais 92% eram colombianas e 7,9% peruanas.

Migrações Internacionais No Caribe

Nas ilhas do Caribe se produzem constantes movimentos populacionais devido, sobretudo, à proximidade geográfica entre elas. Na maioria dos casos se trata de deslocamentos rápidos e não em poucas ocasiões são migrações de trânsito para os Estados Unidos.

Três nações caribenhas têm características especiais no que respeita à migração para os Estados Unidos: República Dominicana, Porto Rico e Cuba.

República Dominicana

A República Dominicana se caracteriza por possuir um claro desenvolvimento das três dimensões migratórias, a emissão, o trânsito e a recepção de população. Os anos oitenta e noventa viram nesse país o crescimento dos fluxos que procediam da América Latina, da América do norte e da Europa. Da região da América Latina chegaram colombianos, cubanos e haitianos, sendo estes últimos os mais numerosos (115.000 em 2003 segundo o Informe Nacional de Desenvolvimento Humano da Republica Dominicana - PNUD 2004). Colombianos e cubanos migram para a ilha em trânsito no percurso para os Estados Unidos (ALOP).

A República Dominicana está experimentando um aumento considerável de êxodos desde os anos oitenta, quando a crise de produção agrícola gerou um aumento do desemprego e uma redução do gasto público. Segundo o Serviço Jesuíta de Refugiados da República Dominicana, mais de um milhão de dominicanos vivem no exterior, dos quais 150 mil nos Estados Unidos; um número crescente tem ido para a Espanha e para outros países europeus (SELA).

Porto Rico

Porto Rico tem um dos indicadores mais altos de migração no mundo. Do Censo dos Estados Unidos de 2000, deduz-se que 48% dos porto-riquenhos vivem nesse país. Este fato se produz graças à qualidade de Estado Livre Associado, firmada pelo tratado assinado em 1952, que permite que todo porto-riquenho obtenha a cidadania americana e por tanto o direito a entrar e sair do país sem passaporte. Isto transforma a ilha em lugar de trânsito para milhares de pessoas.

Cuba

Sem dúvida, a decisão de migrar faz parte das estratégias da população cubana atual e da busca de alternativas para resolver os problemas da vida cotidiana. O bloqueio econômico dos Estados Unidos, a proximidade geográfica da ilha com a Flórida e a Lei de Ajuste Cubano, promulgada em 1959, a qual outorga o status de refugiado àqueles cubanos que cheguem em território norte-americano, fazem com que os Estados Unidos sejam o principal e quase único destino dos cubanos.

O projeto IMILA revelou a presença de 607.814 cubanos nos Estados Unidos em 1980 e de 736.971 em 1990. Fontes diversas como o Ministério de Relações Exteriores de Cuba afirmam que hoje mais de 1,5 milhão de cubanos se encontram estabelecidos naquele país (CubaNet.org).

Apesar da especificidade contextual regional na qual a migração da América Latina e do Caribe acontece, a grande maioria dos deslocamentos tem uma característica em comum: as saídas são apressadas pelas crises estruturais que implicam em uma deterioração do bem-estar geral. Da mesma forma, enquanto os estados emissores parecem liberar-se de muitas responsabilidades, os Estados receptores devem lidar com o despertar de fenômenos como o racismo e a xenofobia, além do incremento do crime e da delinquência nos seus territórios.

As migrações então se tornam seletivas não só para as nações receptoras aumentarem o controle sobre esse tipo de problemas, mas também ao obedecer a políticas empresariais e organizacionais, públicas ou privadas, que têm a ver com a diminuição dos custos de capacitação de trabalhadores

qualificados, gerando assim um outro fenômeno denominado pela literatura de “fuga de cérebros”, o qual afeta de maneira direta os países emissores¹⁴.

Esses aspectos também trazem à tona a forma como o incremento do volume migratório mundial ocorre em contextos de liberalização econômica, de abertura de mercados e de globalização cultural. As causas e as consequências dos deslocamentos se misturam e torna-se difícil dimensionar e delimitar de maneira clara os efeitos produzidos em cada esfera de análise. Contudo, das que poderiam ser classificadas como consequências econômicas das migrações internacionais, uma das mais visíveis é o fluxo de remessas.

Essa dimensão diferenciada do fenômeno migratório que envolve tanto o crescente número de estados emissores, quanto aqueles poucos que devem receber camadas de população cada vez maiores, é apresentada no seguinte capítulo. Como veremos, o envio de dinheiro do exterior, produto da migração de trabalhadores para países desenvolvidos, tem se transformado em uma fonte de divisas significativa para as economias em desenvolvimento.

¹⁴ Uma discussão extensa sobre a fuga de Cérebros na América Latina se encontra em Adela Pelegrino, 2001 *Drenaje o ¿Éxodo? Reflexiones sobre la Migración Calificada* Universidad de la República Facultad de Ciencias Sociales-Programa Población em: http://www.rau.edu.uy/sui/publicaciones/algunosTemas/doc_tr12.pdf

II

CONSEQÜÊNCIAS DO FENÔMENO MIGRATÓRIO: AS REMESSAS COMO CONTRA-FLUXO

A partir da década de noventa, a quantidade de divisas recebida em remessas na América Latina começou a superar a ajuda financeira para o desenvolvimento que provinha dos países mais avançados. Os Estados Unidos são a maior fonte de envios de dinheiro no hemisfério. Em 1999, a América Latina e o Caribe receberam US\$ 17 mil milhões, US\$ 19 mil milhões em 2000, US\$ 23 mil milhões em 2001, US\$ 25 mil milhões em 2002 e US\$ 32 mil milhões em 2003 (ILO). No final de 2004 receberam mais de US\$ 40 mil milhões enviados por quase 16,5 milhões de trabalhadores latino-americanos nos Estados Unidos. Em seis países, as remessas excedem o PIB em 10%: Haiti 17%, Nicarágua 14%, El Salvador 12,6%, Jamaica 11,7%, República Dominicana e Equador 10% (CubaNet). Um relatório do BID (2003) indicava que nos três primeiros anos do século XXI as nações caribenhas e latino-americanas foram as que receberam a maioria das remessas, mostrando taxas médias de crescimento de 18,6% em 2000, 20,7% em 2001 e 19,8% em 2002.

Esses fluxos de dinheiro se perpetuam no tempo e parecem fazer parte dos incentivos para migrar, tanto para as famílias que permanecem nos lugares de origem, quanto para os estados que as percebem como um assunto estratégico, que alivia as pressões produzidas pelas precárias circunstâncias nas diferentes sociedades. Assim como as transferências de população, os envios monetários são produto de situações e contextos específicos, mas suas conseqüências atingem cada vez mais atores nos países de origem e destino.

Panorama Geral Do Fluxo Das Remessas Na América Latina

As remessas que trabalhadores latino-americanos e caribenhos enviam dos Estados Unidos, da Europa e do Japão, entre outras regiões do mundo, alcançaram quase os US\$45 bilhões em 2004 e se estima que em 2005 tenham sido de 51 bilhões ou mais. O volume das remessas tem experimentado um extraordinário aumento, visto que, em 1980, a cifra estava em menos de três bilhões (SELA).

O aumento está relacionado a inúmeros fatores, entre os quais podem ser mencionados os fortalecimentos dos nexos entre os Estados Unidos e alguns países do Caribe, uma melhor operação das entidades que tramitam os envios, aumentos dos contactos entre as famílias com os migrantes, e uma melhor controle contabilidade do dinheiro recebido. O estudo realizado pelo Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) em 2005 revela, por exemplo, que em 1980 apenas 17 países informaram sobre fluxos de remessas e, já em 2004, o número chegou a 30. Não obstante, estas cifras apresentadas pelos Bancos Centrais são consideradas estimativos conservadores (SELA, 2005 p4).

Na América Latina e no Caribe, as remessas representam uma proporção cada vez maior da renda nacional. Embora elas ocupem 2% do PIB, seu impacto varia dependendo do país e da região, sendo maior nas economias pequenas. Estas variações estão associadas à relação com o PIB, aos fluxos *per-cápita* ou com o custo do envio do dinheiro. Haiti, Honduras, Nicarágua, El Salvador e Jamaica são países onde as remessas recebidas representam mais de 10% do PIB. Contudo, nem todos estes países aparecem no topo da lista quando a medição é feita por habitante. Alguns países recebem US\$100 em média por habitante, como México, Guatemala, Equador e Barbados, enquanto o valor médio enviado é de US\$ 270 mensais. Assim, por exemplo, no Haiti, na Honduras e na Bolívia, o dinheiro recebido pelas famílias do exterior é quase o triplo do PIB *per-cápita*. O custo de enviar o dinheiro também varia de um país para outro e pode estar associado com seu volume; quanto menor for a quantidade que ingressa no país, mais custosa será a operação.

As diferenças nessas tendências ocorrem em função das condições específicas de cada país, assim como de sua história migratória. A Tabela 2 apresenta o panorama das remessas na América Latina e no Caribe. Com dados combinados de 2003 e 2004 mostra as remessas como percentagem do PIB, como renda por habitante, além de mostrar o custo do envio, o valor médio da transferência e o volume anual.

Tabela 2: Remessas e Indicadores Relevantes na América Latina (SELA, 2005)

Remessas					
País	% PIB (2003)	Por habitante	Custo (2004)	Transferência Média (2004)	Volume Anual (2004) (US\$ Milhões)
México	2.30%	162	6.88%	351	16,613
Brasil	0.60%	34	8.13%	541	5,928
Colômbia	3.90%	87	7.45%	220	3,857
Guatemala	8.70%	218	7.22%	363	2,681
El Salvador	14.30%	390	6.18%	369	2,548
Rep. Dominicana	14.10%	279	10.39%	176	2,438
Equador	5.70%	134	4.94%	293	1,740
Jamaica	17.20%	566	8.11%	209	1,497
Peru	1.40%	50	6.48%	169	1,360
Honduras	12.40%	163	7.67%	225	1,134
Haiti	27.80%	122	7.72%	123	1,026
Nicarágua	10.80%	146	6.93%	133	800
Paraguai	3.70%	89	9.11%	263	500
Bolívia	1.60%	48	7.19%	235	422
Costa Rica	1.80%	80	9.46%	301	320
Argentina	0.20%	7	9.02%	212	270
Panamá	0.70%	77	10.50%	196	231
Guiana	8.60%	186	10.14%	179	143
Barbados	4.30%	418	11.66%	220	113
Trinidad e Tobago	0.80%	30	10.41%	200	100
Uruguai	0.30%	71	11.28%	198	93
Belize	1.70%	281	8.78%	220	77
Suriname	2.10%	114	10.17%	220	50
Granada	5.20%	220		220	23
Venezuela	0.00%	1	17.10%	138	21
Chile	0.00%	1	8.90%	279	13
Antígua e Barbuda	1.50%	140		220	11
Dominica	1.50%	56		220	4
St. Kitts e Nevis	1.20%	86		220	4
Santa Lucia	0.60%	25		220	4
San Vicente e Granadinas	0.80%	27		220	3

Partindo destes dados, na pesquisa do SELA identificam-se três grupos distintos quanto à influência que as remessas exercem nos indicadores assinalados. O primeiro deles é formado pelos países cujas transferências do exterior têm uma importante presença na renda por habitante e na renda nacional, além do fluxo ser pelo menos o dobro da renda média por habitante. O segundo grupo é formado por aqueles países cujo efeito é moderado segundo esses indicadores e, no terceiro, entram os países onde os efeitos são mínimos (Tabela 3).

Destacam-se situações como a do Equador, onde o volume de remessas aumentou de maneira drástica a partir de 1999. Embora seu crescimento esteja bastante estável desde 2001, o dinheiro recebido por transferências do estrangeiro é um importante fator na economia equatoriana. Na Nicarágua, as remessas como percentagem das exportações, de 9% em 1993 chegaram a mais de 75% em 2003, quando representaram 218% do Investimento Estrangeiro.

Em Cuba, o volume de remessas aumentou de US\$50 milhões a pelo menos US\$750 milhões entre 1990 e 2000. Em 2004 chegou a um bilhão de dólares. Se considerado o fato de que apenas 300 mil cubanos chegaram nos Estados Unidos nesse mesmo período, a cifra é mais do que significativa.

O Brasil ocupa a segunda posição na lista do SELA com cerca de 6 bilhões de remessas em 2004; no entanto, sua relativa industrialização em relação a outros países da América latina faz com que as remessas não cheguem a representar sequer 1% do PIB. Devido ao tamanho do fluxo, segundo as estimativas do BID, as entradas de dinheiro no Brasil estão classificadas como de impacto médio na economia.

Tabela 3

Impacto das Remessas nas Economias da América Latina e o Caribe (SELA, 2005)

Impacto das Remessas			Eco no mia das Re me ssa s Na atu alid ade
Forte	Médio	Baixo	
Guatemala	Paraguai	Dominica	
Equador	Colômbia	Panamá	
Nicarágua	Peru	Antigua e Barbuda	
El Salvador	República Dominicana	San Vicente – Granadinas	
Haiti	Brasil	Chile	
Honduras	Suriname	Trinidad e Tobago	
Guiana	Costa Rica	Argentina	
Jamaica	Belize	St. Kitts e Nevis	
México	Granada	Uruguai	
	Barbados	Santa Lucia	
		Venezuela	

, as migrações se produzem em um mundo cujo desenvolvimento da tecnologia e dos meios de comunicação não só facilitam os deslocamentos (mais rápidos e baratos), mas também permitem aos deslocados continuarem em contato com seus países de origem. Além disso, o fato de que graças às telecomunicações se tenha conhecimento em tempo real do que acontece nas diversas partes do mundo, funciona como mecanismo para despertar o interesse por lugares onde as condições de vida e de trabalho se apresentam, em princípio, mais atrativas (Gonzalez, 2003).

As remessas se constituem numa resposta à realidade que as nações mais pobres vivem nesse processo de globalização. Entendemos por remessas aquela porção de dinheiro enviada aos países de origem por trabalhadores imigrantes que operam em países estrangeiros. Os Bancos Centrais registram em suas estatísticas e balanças comerciais os fluxos de remessas que ingressam nesses países, sendo a informação remetida ao Fundo Monetário Internacional. Esta organização considera que as remessas dos trabalhadores imigrantes constituem bens e instrumentos financeiros transferidos pelos indivíduos que residem e trabalham em algum país estrangeiro durante mais de um ano. No entanto, os depósitos em contas bancárias pessoais no exterior não são contabilizados

como transferências pelos bancos centrais, diante a impossibilidade de determinar com exatidão sua procedência. Em muitos casos, os imigrantes recorrem a canais informais de transferência de dinheiro para diminuir os altos custos cobrados pelas organizações bancárias e agências formais por esses serviços.

O crescente volume das remessas é do interesse das agências financeiras, das empresas que transferem dinheiro e dos governos regionais, pois as enormes e constantes quantidades de dinheiro são uma fonte de financiamento externo em potencial, enquanto as agências monetárias dos países “exportadores” de mão-de-obra e as instituições internacionais como o FMI e o BID parecem possuir um controle efetivo dos custos sociais da globalização utilizando pessoas deslocadas que tentam sair da sua pobreza para aliviar a dos seus familiares.

Levando em conta a fraqueza das economias abatidas pelo capitalismo atual, onde se privatiza o ganho e se socializam os custos e riscos, as remessas aparecem como um assunto cada vez mais estratégico. Os setores econômicos se esforçam cada vez mais na implementação de mecanismos de atração de dinheiro dos migrantes para novas operações econômicas especulativas e rentáveis. Segundo o Banco Mundial, as remessas constituem a segunda fonte de financiamento externo dos chamados países em desenvolvimento ou do terceiro mundo, depois dos investimentos diretos externos (Ratha, 2003).

Essas implicações macro se encontram fundamentadas no fluxo contínuo do dinheiro que obedece em essência a um fator micro, a decisão individual do migrante em manter as transferências no tempo. Em geral, a literatura econômica supõe que os envios de dinheiro ao país de origem são sustentados por motivações básicas. Sob uma perspectiva altruísta, um migrante envia uma parte da sua renda para seus familiares devido à preocupação que ele tem com o bem-estar deles. As remessas, então, mostrariam uma tendência decrescente em longo prazo, uma vez que os vínculos familiares com o país de origem se diluem com o passar dos anos e, se o migrante decidir se estabelecer no país de destino, as gerações não teriam motivações para continuar enviando dinheiro.

Uma outra explicação, porém, sugere que o remetente age pelo próprio interesse. Conforme sua poupança no estrangeiro aumenta, os migrantes procuram opções rentáveis para investir sua renda excedente; portanto, uma alternativa comum é investir no país de procedência, ficando a família encarregada de administrar e colocar o dinheiro onde ele possa ter uma produtividade maior. Contudo, o que determina a continuidade das remessas parece estar além das meras motivações altruístas ou de interesse próprio de poupar “hoje” no estrangeiro e consumir “amanhã” no país de origem.

Segundo Stark e Lucas (1988), um altruísmo moderado e um nutrido interesse próprio são explicações mais realistas. Eles propõem uma teoria da determinação das remessas em um marco familiar de tomada de decisões, a qual está concebida como um “arranjo contratual de mutuo apoio” entre o migrante e a família. O migrante antecipa a herança dos seus parentes e investe em seu retorno com o objetivo de aumentar seu prestígio com “familiares e amigos” ou de incrementar sua influência política. As remessas tomam a forma de um seguro que a família tem para cobrir os riscos financeiros que a migração supõe enquanto o elemento altruísta, presente na relação familiar, garante o não rompimento do dito contrato.

A teoria econômica tem desenvolvido aproximações para esse processo, cuja unidade principal de análise é a família, não o indivíduo. Autores como Poirine (1997) e Brown (1997) introduzem na análise a idéia de um empréstimo no contrato entre o migrante e a família, dando uma dimensão alternativa à perspectiva do interesse próprio para explicar os fluxos de remessas. No bojo dessa tese, a família funciona como um mercado financeiro informal cujo propósito principal é financiar investimentos em capital humano através de empréstimos informais que são pagos com remessas.

Sob essa teoria, chamada de “re-pago do empréstimo”, a família investe na educação do migrante e financia os custos do deslocamento (viagem e custos de instalação no país de destino), o que retornaria em forma de transferências de dinheiro, uma vez o migrante estabelecido no estrangeiro. Dessa forma, a família vê no migrante um “ativo” de rendimento maior e investe nele. Contrária à perspectiva altruísta, essa abordagem não supõe uma diminuição do volume das remessas no tempo, já que devido à natureza do contrato, o dinheiro não é usado para investimento e o tamanho dos fluxos seria análogo ao empréstimo (Glytsos, 2001).

Em suma, não existe uma teoria da determinação das remessas, senão hipóteses teóricas alternativas ou combinadas para seus diferentes tipos, distinguidas de acordo com seus propósitos (Glytsos, p 264). O comportamento microeconômico do migrante e da família, endógeno ao ciclo emigração-repatriação, explica em parte a continuidade dos fluxos e fatores multiplicadores macroeconômicos, exógenos ao processo da migração, explicam seu crescimento.

As remessas recebidas pelas unidades familiares representam uma das principais entradas de capital na balança de pagamentos de vários países e constituem uma verdadeira injeção de recursos econômicos em setores específicos das economias regionais e locais. Alguns casos mostram como as remessas são uma rede de proteção para o consumo particular. No fim da década de 90, por exemplo, quando o Equador sofreu a pior crise financeira do século, mais de 250.000 pessoas abandonaram o País e as remessas de dinheiro passaram de US\$ 643 milhões de dólares em 1997 a mais de US\$ 1.400 milhões de dólares em 2001, chegando a representar 10% do PIB (SELA, 2005).

Entretanto, não parece haver consenso a respeito do significado e da proporção dos efeitos sociais e econômicos das remessas. Desde os anos setenta houve um debate acadêmico e político acerca do papel desempenhado pelas remessas no desenvolvimento econômico das regiões e localidades. Embora estudos empíricos demonstrem que apenas uma pequena proporção das remessas é destinada ao investimento produtivo, elas têm despertado um interesse particular por serem consideradas uma fonte de financiamento em potencial do desenvolvimento regional.

De acordo com Binford (2003), nos primeiros estudos dos anos setenta e oitenta predominou um enfoque estruturalista, segundo o qual as remessas geravam um cúmulo de distorções e obstáculos ao desenvolvimento regional. Ao final dos anos oitenta emergiu uma mudança nas perspectivas de análise, não só da migração, mas dos processos sociais em geral. Já nos anos noventa surgiu uma perspectiva de tipo funcionalista, sob a qual diversos autores afirmam que as remessas e a migração podem constituir uma opção preferencial para o desenvolvimento e a transformação estrutural das comunidades.

Na virada de século, uma abordagem crítica de ambos os enfoques pretende reorientar a discussão em função das novas condições da migração. Essas abordagens macroeconômicas do comportamento das remessas têm pretendido responder se as transferências de dinheiro representam um estímulo para as economias receptoras ou se, pelo contrário, elas constituem um elemento nocivo para o crescimento e o desenvolvimento. O debate desses anos poderia se resumir, grosso modo, nas três categorias básicas que vêm à continuação. Embora se trate de uma classificação muito simplificada que não reflete a complexidade de muitos estudos e pesquisas, ela permite identificar as características principais do discurso predominante em cada período e comparar a evolução das análises macro com as perspectivas micro examinadas acima.

Perspectiva Estruturalista

Baseados em pesquisas de campo e em estudos de caso no oeste do México, autores como Reichert (1981 e 1982), Wiest (1984) e Mines (1981) realizaram as primeiras análises empíricas do impacto econômico e social da migração e as remessas nas comunidades de origem dos migrantes. Trata-se de estudos elaborados sob uma abordagem estruturalista clássica na qual estiveram fundamentadas os enfoques da dependência das trajetórias e a teoria de sistema-mundo. Um aspecto em comum desses estudos era considerar que, em geral, a migração tinha um efeito negativo na economia e na estrutura social das comunidades de origem.

Em particular, a partir deste enfoque se assumia que a emigração e as remessas criavam uma série de distorções que se refletiam, entre outros aspectos, em uma exacerbação do conflito social, nas diferenças econômicas e na inflação de preços, o que fomentava um círculo vicioso pelo qual a emigração gerava uma maior emigração (Binford, 2003). Assim, ainda que as remessas permitissem elevar o nível de vida da população, para mantê-lo era necessária uma migração constante, já que não existiam fontes de renda alternativas nas comunidades comparáveis com as remessas. Através da migração se reproduzia então uma situação circular que distorcia a economia local e deteriorava as estruturas sociais estabelecidas.

Reichert (1981) chamou de Síndrome da Migração a essa relação de dependência das comunidades com a diáspora. No bojo do argumento, a transferência de dinheiro do estrangeiro, mesmo

permitindo um melhoramento das condições de vida das famílias dos emigrantes, agregada à escassez de oportunidades nos locais de origem, acaba por tornar as famílias dependentes das remessas por longos períodos, pois os níveis de consumo seriam insustentáveis exercendo qualquer outra atividade produtiva, o que esfriaria a economia.

De outro lado, com a migração se aguçam as contradições sociais, ao se reproduzirem as estruturas da diferenciação social e econômica, e ao se gerarem desequilíbrios estruturais que deslocam a vida social e econômica das comunidades. Mines (1981) fez um estudo em Las Animas, no estado de Zacatecas, no México, e mostrou que as remessas costumavam se destinar ao consumo e, em poucas ocasiões, ao investimento em atividades produtivas. “Este é um exemplo concreto de uma comunidade cuja economia está distorcida pelos fluxos migratórios” (Mines, 1981 p 155). Em Las Animas, as remessas geraram inflação nos preços da terra, concentração das propriedades, escassez de mão-de-obra e diminuição do produto local. Desta forma se acentuaram as diferenças no interior da comunidade.

Wiest (1984), por sua vez, aponta que os principais beneficiários do aumento do consumo não são os habitantes das comunidades, mas os fabricantes e comerciantes das zonas urbanas que fornecem os bens. Dessa forma, considerando que a maior parte das remessas se destina a gastos “improdutivos” (moradia, festas, bens de consumo e de luxo), é patente que os efeitos multiplicadores das remessas se reduzem ou acabam se filtrando para as grandes urbes e para a economia internacional.

Perspectiva Funcionalista

Ao término dos anos noventa, quando o volume, as origens demográficas e sociais, as motivações e os destinos das migrações tinham se diversificado em surpreendente velocidade, as remessas aumentavam ao mesmo tempo em que a sua relevância na vida das famílias nos países receptores. Surge então um olhar que derruba alguns paradigmas erigidos pelos autores da década anterior, apresentando as remessas como um instrumento aproveitável nas tentativas de reverter a desigualdade social e o atraso econômico, condições que prevaleciam nas comunidades de origem da migração.

A abordagem funcionalista afirma que as remessas constituem uma importante fonte de financiamento de investimentos produtivos, como o impulso de pequenas empresas. Por exemplo, Massey e Parrado (1998), com base em informação do *Mexican Migration Project*, propõem que as transferências de dinheiro dos Estados Unidos permitiram capitalizar mais de 20% das empresas de diversas comunidades do oeste mexicano. Russell (1992) já tinha argumentado algo parecido tomando como exemplo o desenvolvimento de uma agricultura intensiva em comunidades de alta emigração na Turquia e na Zâmbia.

De outro lado, algumas pesquisas apontam que essas mesmas inversões produtivas também estimulam o consumo via remessas e incrementam a demanda de bens e serviços do país de origem¹⁵. Vários autores em artigos especializados desenvolvem modelos **econométricos** para determinar com precisão o impacto das remessas nas economias das sociedades de origem. Adelman e Taylor (1990) estimaram que o efeito multiplicador das remessas nas economias regionais era de 2.9%, isto é, por cada dólar adicional que entrava como remessa, o PIB se incrementava em 2,9 dólares, a partir do que Durand **et al.** (1996) calcularam que os 2,2 milhões de dólares que entraram no México através de remessas em 1990 geraram 6,5 milhões de dólares adicionais em atividade econômica, o que equivalia a dez por cento do PIB. O efeito resultou maior quando foi aplicado em comunidades locais.

Sob a abordagem funcionalista, a migração internacional não representa uma drenagem de recursos da economia; muito pelo contrário, as remessas configuram uma forma de poupança-migrante que constitui uma fonte importante de capital produtivo e uma força dinâmica na promoção da atividade empresarial, na formação de negócios e no crescimento econômico, pelo menos em âmbitos locais e regionais.

Enfoque Contemporâneo

¹⁵ Um estudo do Caso mexicano se encontra em Durand, PArrado e Massey (1996) e uma análise dos países asiáticos em Stahl e Arnold (1986)

Com o começo do século nasce uma perspectiva onde as remessas não são consideradas uma forma de poupança nem uma fonte para o investimento produtivo, mas um fundo privado que se destina em maior medida ao consumo e à reprodução material das famílias, permitindo um melhoramento das condições de vida dos parentes dos migrantes e agindo em casos particulares como compensação do empobrecimento geral derivado das crises econômicas recorrentes e das políticas conjunturais para ajustá-las.

Chami *et al.* (2003) como resultado das múltiplas pesquisas empíricas realizadas acerca do tema, arguem que é possível deduzir algumas características distintivas do uso e destino das remessas nos países de origem. Uma proporção importante tem sido destinada ao consumo, uma bem menor poupada e a pequena parte investida não tem resultado muito produtiva para a economia em conjunto. Ou seja, em poucos casos as remessas se transformam em negócios.

Em geral, ainda permanecem insolúveis os debates sobre se as remessas familiares têm um impacto positivo no desenvolvimento das comunidades nos países de origem (Papademetriou e Martin (1991))

Todavia, tratando-se de um fluxo monetário de considerável magnitude, os efeitos multiplicadores das remessas estão indo ao menos em duas direções. Por um lado, as remessas estão integradas à renda das famílias desde algum tempo e formam parte da economia local e regional como qualquer outra renda; por outro, a injeção monetária nessas economias locais faz com que se altere o nível dos preços, entre outras variáveis econômicas. À vista disso, os ditos efeitos multiplicadores não devem ser atribuídos ao total das remessas, mas apenas ao seu incremento anual.¹⁶

Assim, trata-se de uma perspectiva macroeconômica do impacto das remessas, visto que determina o consumo sustentável das famílias. Em teoria econômica se define a poupança como aquela parte da renda familiar não gasta em consumo imediato ou vista como um consumo intertemporário, isto é, uma parte da renda é usada “hoje” e a restante será usada ou consumida “amanhã”; assim, as remessas poderiam ser entendidas como uma forma de poupança, já que constituem uma fração da

¹⁶ Citação de Canales e Armas (2004) ARROYO Alejandro, J e SALVADOR Berumen Sandoval, “Potencialidad productiva de las Remesas en áreas de alta emigración a Estados Unidos”, em *El Norte de Todos. Migración y Trabajo en tiempos de Globalización*. Jesús Arroyo A., Alejandro I Canales y Patricia Vargas (eds). Citado por Canales e Armas (2004)

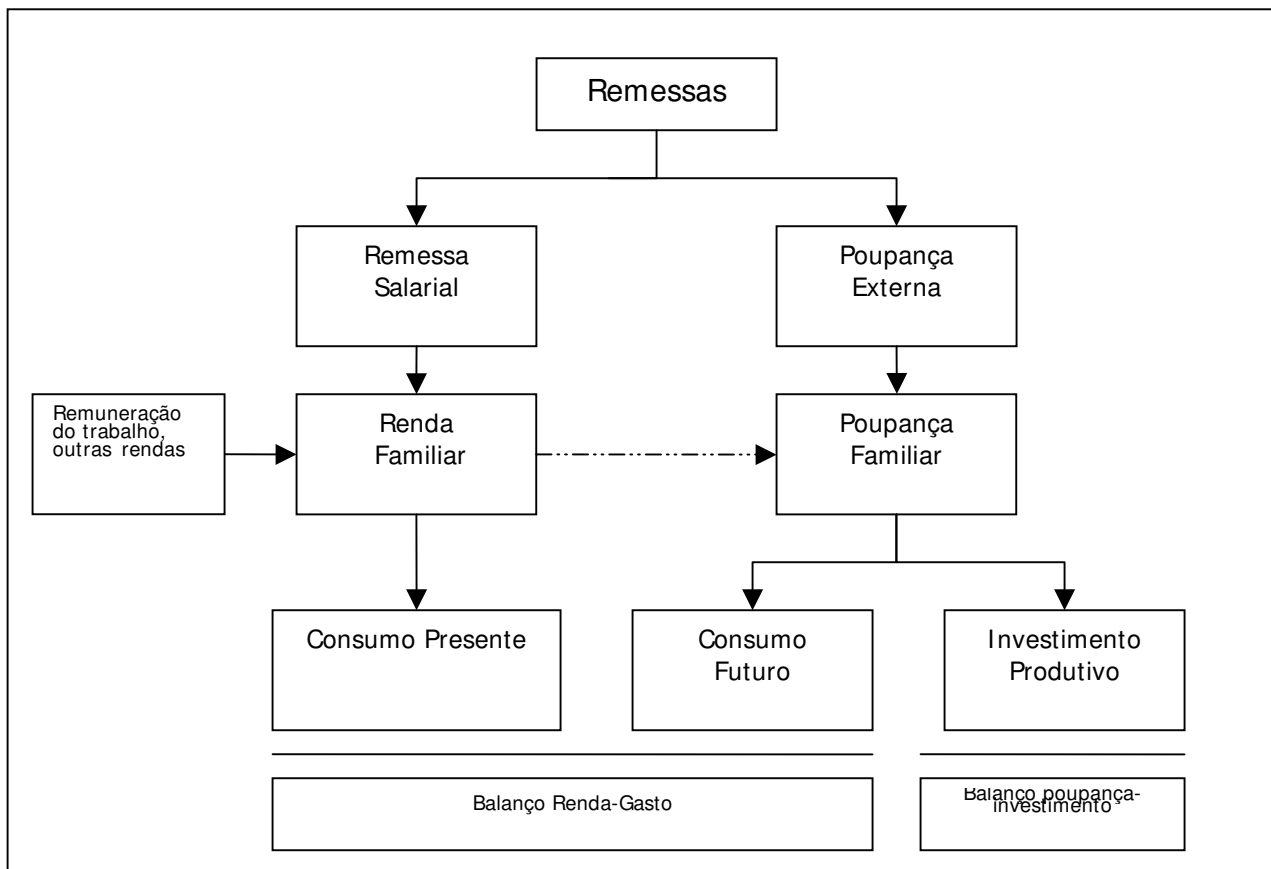
renda do migrante que não é consumida de maneira direta por ele mesmo, sendo *poupada* para ser enviada à sua família.

A idéia de poupança-migrante defendida pela abordagem estruturalista teria um problema conceitual se partirmos dessa concepção, pois a unidade de análise da poupança, como vimos, é o núcleo familiar e não o indivíduo. Embora para o migrante o dinheiro enviado é uma fração da sua renda não destinada ao consumo próprio, isso não significa que para sua família seja uma poupança também.

Para poder determinar o impacto das remessas de maneira mais confiável, algumas abordagens levam em conta que mesmo sendo uma forma de poupança familiar, as remessas são usadas em consumo básico. Em particular, um recente artigo de Canales e Armas (2004), do Colégio de la Frontera Norte, no México, observa como os efeitos multiplicadores desse dinheiro na economia dependerão do uso específico da dita poupança, ou seja, da porção dela que será investida em negócios ou empresas familiares e da que será destinada a consumo futuro (educação, seguro médico, aposentadoria, etc). Se o balanço for maior no primeiro caso, em princípio, isso daria conta de uma economia estimulada em alto grau pelas remessas; caso contrário, estaríamos diante de uma economia dependente e pouco produtiva por conta das remessas.

Diagrama 1

Modelo Macroeconômico para a Análise do Impacto Econômico das Remessas



Tomado de Canales e Armas (2004)

Canales e Armas (2004) utilizaram o Diagrama 1 na aplicação do estudo de caso da cidade de Teocaltiche, no México, um povoado de 900 quilômetros quadrados longe dos centros econômicos e turísticos do País com uma forte tradição migratória para os Estados Unidos. Nessa cidade, com mais ou menos 40.000 habitantes, 17,4% das famílias receberam remessas no ano de 2000 no valor de 28,7 milhões de pesos, cerca de 2 milhões e meio de dólares. Baseados nos resultados das pesquisas de campo com famílias selecionadas, eles descobriram que 96,2% desse valor foram destinados a consumo privado e 3,8% a investimentos em novos negócios.

Contudo, esses 4% (91 mil dólares) representaram um valor muito significativo para a economia local naquele ano, o que levanta a questão sobre o efeito relativo – positivo ou negativo – das remessas nas economias locais e nacionais.

É importante ressaltar o interesse de acadêmicos, em particular de economistas, no assunto das remessas. Enquanto os fluxos de pessoas e dinheiro para os diferentes países aumentam, também aumenta a quantidade de estudos que tentam dar uma explicação acertada sobre a incidência deles nas sociedades que fazem parte dessa relação dinâmica.

As diferentes pesquisas sobre a influência das remessas na economia têm em comum a identificação da instabilidade do processo na maioria das variáveis, as quais sempre estarão condicionadas ao país, à região e à temporalidade dos fluxos; salientam também que devido à magnitude de capital presente na grande maioria dos casos, elas significam um forte impacto nos investimentos público e privado. O impacto das remessas é examinado na literatura econômica como um fator de compensação pelas perdas causadas pela emigração, e também como um fluxo independente de renda, gasto no país de origem ou enquadrado no ciclo emigração-repatriação.

Em suma, a partir da revisão geral dos estudos sobre migração e remessas vemos que cada vez mais as saídas de pessoas envolvem a idéia do retorno, configurando um ciclo de acumulação que depende dos contextos específicos das sociedades receptoras e dos comportamentos particulares de quem remete, donde e para quem, assim como de por quê e para que se remete. De um ponto de vista micro-social, essas particularidades também dependem do contexto da migração em todos esses sentidos, ou seja, quem, para onde e por quê migrou. Vejamos como esse processo se dá no caso colombiano e na sua especificidade migratória histórica.

III

CONTEXTO E EVOLUÇÃO DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL COLOMBIANA

Diferente de outros vários países da América Latina, a Colômbia não tem sido um país de imigrantes, mas um país de grandes movimentos internos de população, provocados pelas características do seu próprio desenvolvimento econômico e social, as guerras civis, e a colonização cafeeira. O temor de uma explosão demográfica se transformou em uma legislação restritiva e apenas atenuada por alguns convênios de fomento à imigração seletiva de profissionais de alta qualificação provenientes de países europeus. (Torales, et al 2003). No entanto, os conflitos internos provocaram (e continuam a provocar) milhares de deslocados internos e a cultura generalizada de não imigração redundou em uma forte tendência à emigração.

A emigração colombiana não é tão recente quanto seu rápido crescimento, a heterogeneidade de suas origens regionais e extração social, e a pluralidade de itinerários e destinos dos que tem migrado nos últimos tempos. Poderia se dizer que uma emigração significativa de colombianos começa nos anos 60, época que coincide com o fim do período conhecido como “La Violencia” (Contenda armada generalizada iniciada em nove de Abril de 1948, data do assassinato do líder popular Jorge Eliécer Gaitán e começo da prolongada guerra que persiste até hoje) e com reformas das leis de imigração norte-americanas, que pela primeira vez na história destinaram cotas de imigração a todos os países do mundo sem distinção de raça ou etnia¹⁷. As novas leis migratórias também autorizaram a re-unificação familiar aos imigrantes legais, mecanismo que se transformou na principal forma de obter o visto de residência norte-americano.

A primeira onda migratória de colombianos para os Estados Unidos é contemporânea da guerra política entre os partidos Liberal e Conservador que produziu mais de 200.000 mortes durante a década de 1950. Todas as classes econômicas estiveram envolvidas nessa onda inicial, porém a grande parte dos migrantes eram pessoas de classe baixa e média baixa que procuravam escapar da violência política e achar oportunidades econômicas. O Censo de 1970 dá conta de migrantes jovens e que, talvez, estivessem acompanhados ou tenham se reunido depois com suas famílias nos

¹⁷ Em particular, a partir do Ato Imigratório de 1965, o qual deu prioridade à imigração qualificada e à reunificação familiar.

Estados Unidos. O surgimento da saída massiva de colombianos coincide também com a alta demanda de mão-de-obra da economia venezuelana em expansão pelo auge do petróleo de começos dos anos 70. O fluxo migratório à Venezuela, porém, desapareceria ao compasso da extinção do dito auge, no final dos anos 80.

Ao mesmo tempo, entre 1960 e 1980 a Europa continuava sendo o destino principal das elites sócio-econômicas. No entanto, elas ganham novos companheiros de viagem devido às difíceis condições no interior do território: refugiados políticos de esquerda, intelectuais e artistas com sonhos cosmopolitas e estudantes em busca de pós-graduações sofisticadas (Guarnizo, 2004). De outro lado, um outro processo que abriria uma ponte importante para a heterogeneidade social que se observa hoje teve lugar na Inglaterra nos anos 70, quando o governo inglês autorizou a contratação de mão de obra estrangeira para trabalhar no então crescente setor de serviços comerciais (limpeza industrial, hotelaria e restaurantes). Estimções do D.A.S. afirmam que entre quatro mil e dez mil mulheres saíram do país naquela época por via aérea.

Essa emigração concentrada em poucos destinos se transformaria na migração dispersa observada hoje graças à inter-relação de múltiplos fatores internos e externos. De um lado, começa uma deterioração da economia nacional, sobretudo desde finais dos anos 80 e começos dos 90, como consequência da introdução de profundas reformas estruturais de tipo neoliberal no país. Essas reformas causam a quebra massiva de milhares de empresas particulares incapazes de competir frente à abertura econômica. Além disso, o colapso dos preços internacionais do café abateu a região de maior estabilidade econômica do País, *el eje cafetero* (o eixo cafeeiro), o que contribuiu para o aumento do desemprego e reduziu de forma drástica uma das principais entradas de divisas do País. (Guarnizo, 2004)

Nos anos noventa, a migração colombiana se toma uma tendência crescente, impulsionada por novas motivações para a saída (insegurança econômica e social, razões políticas, etc.) e destinos diferentes dos tradicionais (como a Espanha, a Costa Rica, a Inglaterra e a Itália); como passa a ocorrer também entre indivíduos mais qualificados educacional e profissionalmente, os movimentos começam a representar um impacto sócio-econômico especial para o país. Tendo em mãos o *“Censo de la Comunidad Colombiana en el Exterior”* do ano de 2002, um panorama geral da emigração colombiana seria o seguinte:

- Do total de colombianos que vivem no exterior, 48% foram para os Estados Unidos e para o Canadá, 40% para a América Latina e para o Caribe e quase 11% para a Europa. Cerca de 30% dos colombianos residem no estado da Flórida, 23% em Nova Iorque, 14% em New Jersey e 20% nos Estados do Texas, de Massachussets, de Illinois e de Connecticut.
- Na América do sul, quase 84% dos emigrados estão na Venezuela, 1% no Brasil e 0,7% em países como o Peru, a Bolívia e a Argentina. De outro lado, na Europa, estima-se que residam cerca de 475.000 colombianos, 51% dos quais vive na Espanha, 19% no Reino Unido, 13% na Itália e 6% na Holanda.
- Na América Central e no Caribe, onde residem quase 110.000 colombianos, os principais países de destino são Panamá, México, República Dominicana, Costa Rica, Honduras, Aruba e Curaçao.
- Na Ásia, na África e na Oceania, os principais países de destino são Austrália, Japão e Israel, que concentram consecutivamente 38,9%, 31,1% e 24%.
- De acordo com o Registro Consular do Ministério de Relações Exteriores, em dezembro de 2003 encontravam-se cadastrados nos consulados colombianos no estrangeiro 768.722 pessoas, porém estima-se que são 5.204.548 os colombianos que vivem fora do país, ou seja, mais de 10% da população se encontra no estrangeiro, como mostra a tabela a seguir.

Ministério de Relações Exteriores da Colômbia
Censo da Comunidade Colombiana no Exterior Ano 2002

	População Estimada	Participação %
Estados Unidos	2.023.200	38,84%

Canadá	12.761	0,25%
Sub Total América do Norte	2.035.961	39,09%
Panamá	23.424	0,45%
México	18.426	0,35%
Guatemala	11.349	0,22%
Costa Rica	11.000	0,21%
Outros	6.300	0,12%
Sub Total América Central	70.499	1,35%
R. Dominicana	17.000	0,33%
Aruba	10.839	0,21%
Curaçao	10.000	0,19%
Outros	1.537	0,03%
Sub Total Caribe e Antilhas	39.376	0,76%
Venezuela	2.303.000	44,22%
Equador	192.891	3,70%
Argentina	11.265	0,22%
Brasil	17.465	0,34%
Outros	2.900	0,06%
Peru	10.050	0,19%
Bolívia	11.000	0,21%
Sub total América do Sul	2.548.571	48,93%
Espanha	240.390	4,62%
Grã-Bretanha	90.000	1,73%
Itália	64.000	1,23%
Holanda	30.300	0,58%
Bélgica	15.000	0,29%
Alemanha	13.313	0,26%
França	10.556	0,20%
Outros	11.684	0,22%
Sub Total Europa	475.243	9,12%
Israel	9.425	0,18%
Austrália	15.000	0,29%
Japão	12.000	0,23%
Outros	2.173	0,04%
Sub Total Ásia, África e Oceania	38.598	0,74%
Total	5.208.548	100,00%

Migração Colombiana para os Estados Unidos

A nova situação contextual a partir dos anos 60, de escassez de mão de obra, abriu as portas dos Estados Unidos à imigração latino-americana, caribenha e asiática, enquanto o país via uma aguda queda na imigração da Europa. Embora tímida no começo, a presença colombiana deste período colocou as bases para o massivo traslado de colombianos que, de forma intermitente, têm se deslocado para o norte durante as últimas quatro décadas.

Dentro do fluxo inicial, abundavam os profissionais universitários, em particular médicos e engenheiros. Foram duas as regiões que se consolidaram como destinos principais naquela época: a área metropolitana da grande Nova Iorque (que inclui os estados de Nova Iorque, o norte de Nova Jersey e o sul de Connecticut) e o sul da Flórida. A grande demanda de mão de obra, o fato de ser o centro do comércio mundial e o clima *multicultural* inerente a uma metrópole de imigrantes se encontravam entre os atrativos principais dessas regiões. A presença de Imigrantes hispano-americanos (porto-riquenhos e cubanos em particular) facilitou desde então a entrada dos colombianos (Guarnizo, 2003).

Durante essa mesma época, os refugiados da revolução cubana começaram seu assentamento no sul da Flórida, levando-a a categoria de “terra latina”, área de férias, não apenas para os americanos, mas também para as elites e classes médias da América latina. No final dos anos 70, passar as férias na Flórida, ter uma conta bancária em Miami ou possuir um apartamento em Fort Lauderdale, fazia parte do repertório simbólico das classes altas colombianas, e latino-americanas em geral. A ‘seleta’ composição social do fluxo migratório inicial logo se diversificaria para incluir um crescente número de obreiros qualificados e não qualificados, camponeses médios, comerciantes e pequenos empresários urbanos (*op cit. idem*).

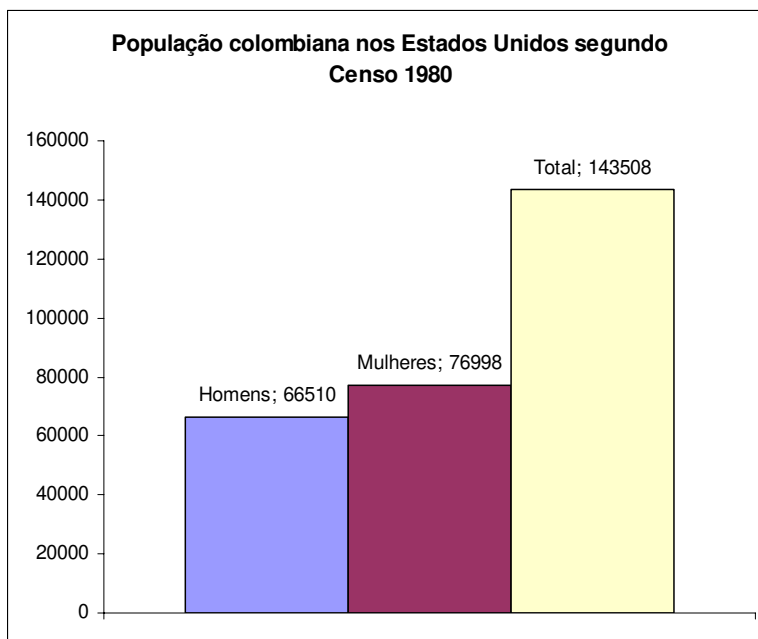
Em 1980 foram contabilizados 169.147 colombianos no censo dos Estados Unidos, dos quais 44.367 homens e 50.866 mulheres entre os 20 e 49 anos. A distribuição da população colombiana nos Estados Unidos naquele ano, discriminada pelo sexo, é amostrada no Gráfico 1.

Assim, naquela época, 46,35% da população colombiana radicada nos Estados Unidos era formada por homens, enquanto 53,65% por mulheres. 115.078 das pessoas entrevistadas com vinte anos ou mais manifestou que tinha algum grau de escolaridade, isto é, 51.689 homens (77,7% deles) e

63.389 mulheres (82,3% delas). Dessa porção de homens, 36.093 (69,8%) tinha doze anos ou mais de estudo aprovados, enquanto 61% (38.664) das mulheres com algum tipo de educação encontrava-se nessa faixa de escolaridade. A distribuição da população colombiana nos Estados Unidos, segundo o Censo de 1980, classificada por sexo e anos de estudo aprovados, se mostra no Gráfico 2.

A variável “grau de escolaridade” é tomada aqui como determinante da classe sócio-econômica do migrante. Embora na Constituição da Colômbia se fale no direito à educação pública garantida pelo Estado para a totalidade da população, nem o segundo grau nem a educação superior alcançaram ainda sequer o nível gratuito.

Gráfico 1



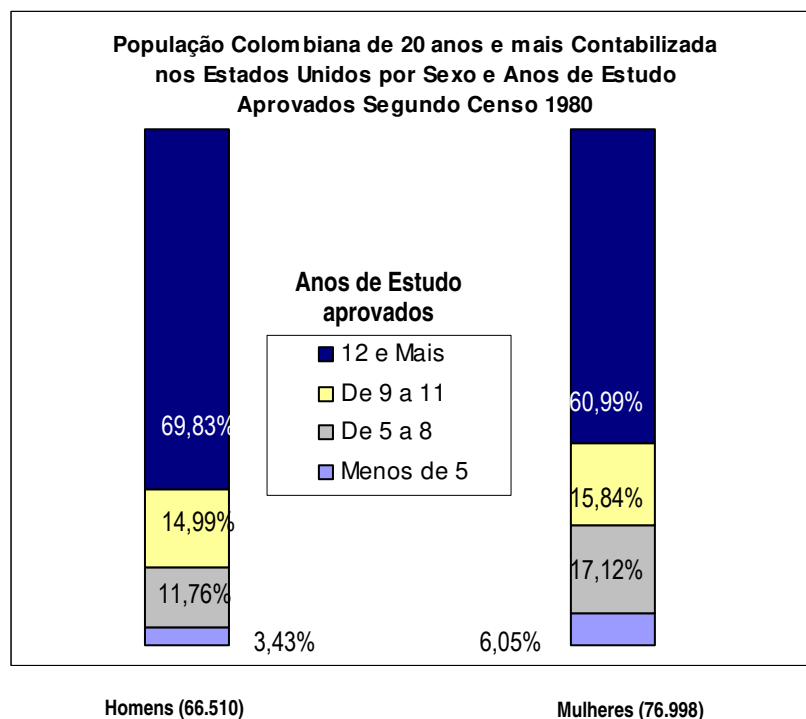
Fonte: IMILA

Após “*La Violencia*” as migrações continuaram de forma mais lenta, formada então em sua maioria por pessoas de classe baixa e média baixa que buscavam oportunidades econômicas na América do Norte. Não obstante, os migrantes das classes mais altas não só foram em busca de oportunidades econômicas, mas também se arriscaram pela “aventura” nos Estados Unidos.

Grande parte deles provinha das maiores cidades da Colômbia como Bogotá, Cali e Medellín. Um pequeno número se radicou na Flórida, mas a maioria se estabeleceu em Nova Iorque, onde

encontraram melhores ofertas de trabalho e onde tinham se concentrado outros grupos de emigrantes hispano-falantes (Gamarra, 2003).

Gráfico 2



Fonte: cálculos próprios baseados na IMILA*

A segunda onda de migração colombiana para os Estados Unidos começou no final dos anos setenta e continuou até a metade dos anos noventa. Todas as classes sócio-econômicas conformavam esse segundo bloco, e as classes médias e altas apresentaram um incremento nesse período. Em 1990, nos Estados Unidos foram contabilizados 286.124 colombianos de ambos os sexos e todas as idades, o que significa que em dez anos o número tinha quase dobrado. Segundo o Censo desse ano, cerca de 147.000 colombianos chegaram a viver nos Estados Unidos, dos quais 69.607 (47,51%) eram homens e 76.874 (53,5%) eram mulheres. Vê-se a tendência no Gráfico 3.

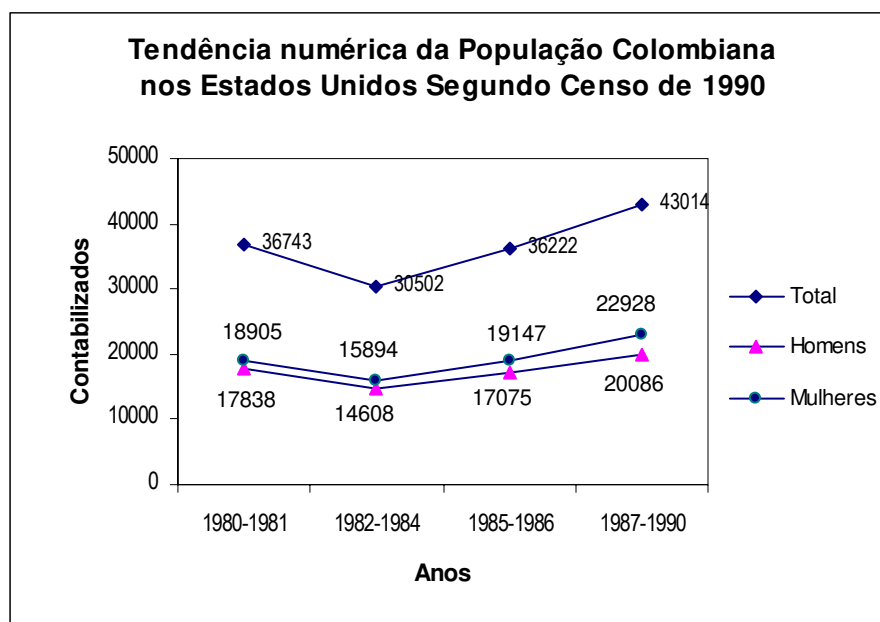
Com participação maior das mulheres, muitas pessoas saíram da Colômbia para os Estados Unidos neste período, mesmo sob condições econômicas de relativa estabilidade. Em contraste com os demais países vizinhos da América Latina, a Colômbia não experimentou uma crise econômica durante essa época; pelo contrário, o país cresceu a uma taxa razoável. Na chamada “década

* Cabe apontar que essa informação provém da publicação “*The Foreign-Born population in the United States*” do Escritório Oficial do Censo dos Estados Unidos e que, no caso particular dos censos nesse país, consideram-se estrangeiras as pessoas nascidas no exterior, menos aquelas nascidas em colônias americanas.

perdida”, a Colômbia não sofreu um desemprego e uma redução de salários tão severos quanto os outros países da região (Diaz, 1999).

Porém o período foi caracterizado pela explosão da violência associada ao narcotráfico no contexto da guerra antinarcóticos liderada pelos Estados Unidos. Desse modo, alguns dos colombianos emigravam para escapar da violência relacionada com as drogas e das ameaças à sua segurança. Outros saíram correndo atrás das promessas de emprego, paz e estabilidade –similares às experiências da primeira onda de migrantes –, e outros se juntaram aos canais de transporte e às redes de distribuição para o comércio ilícito nos Estados Unidos (Thoumi 1995).

Gráfico 3



Fonte: IMILA

Segundo Guarnizo (2003), a terceira onda de migração colombiana para os Estados Unidos começou na metade dos anos noventa e continua até o presente. Embora todas as classes continuem envolvidas, essa última onda apresenta um incremento dramático do número de profissionais de classe média, média alta e alta que estão emigrando, certamente fugindo da violência crescente e das ameaças à sua integridade pessoal (extorsão, seqüestro, assassinato) e das suas famílias por parte das guerrilhas, dos grupos paramilitares, da delinquência comum e das forças do governo. Além desses fatores de expulsão (*push*), a ilusão de melhorar as oportunidades

econômicas no estrangeiro opera como um atrativo importante (*pull*) para a terceira onda de migrantes, ainda mais depois que a economia colombiana caiu em uma profunda recessão no final dos anos noventa. A terceira onda tem apresentado uma mudança na composição dos migrantes; existe agora uma combinação entre jovens e velhos em contraste com a onda anterior, composta por jovens adultos. Uma grande proporção desses migrantes tem se estabelecido no sul da Flórida.

O censo dos Estados Unidos em 2000 registrou um total de 509.872 colombianos, o que representa 1,6% da população estrangeira no país americano, e o maior contingente de imigrantes de origem sul-americana, 26,41% dos 1.930.271 contabilizados nascidos nessa parte do continente.

A tabela 4 mostra os colombianos que chegaram nos Estados Unidos de maneira legal em 1999, classificados pela ocupação:

Tabela 4
Imigrantes Colombianos nos Estados Unidos em 1999
Classificados por Tipo de Admissão

Ocupados	2008	20,1%
Profissionais e Técnicos.	455	4,6%
Executivos, Administradores e Gerentes.	118	1,2%
Vendedores	240	2,4%
Suporte Administrativo	89	0,9%
Manutenção e Reparo	46	0,5%
Obreiros	962	9,7%
Agricultores, Pescadores.	14	0,1%
Serviços	84	0,8
Desocupados	7958	79,9%

Fonte: Serviço de Imigração e Naturalização dos Estados Unidos (USCIS)

Embora os dados mostrem um grande número de imigrantes desocupados, pode se observar a alta percentagem de colombianos com empregos que demandam alto nível educativo. Ainda que os obreiros continuem sendo o número mais alto de empregados, outros níveis de ocupação que no passado eram maioria, como manutenção e reparo, começam a ficar abaixo de atividades como “Executivos, Administradores e Gerentes”.

Na atualidade, estima-se que mais de dois milhões de colombianos vivam na América do Norte. Em relação ao ano de 2002 o Ministério de Relações Exteriores divulgou haver 2.023.200 nos Estados Unidos e outros 12.761 no Canadá. Como já assinalado, dado o número de residentes ilegais, os registros dos censos aqui utilizados não permitem ver a magnitude real do número, mas são aproximações válidas para analisar a tendência quantitativa e qualitativa no principal destino da emigração latino-americana.

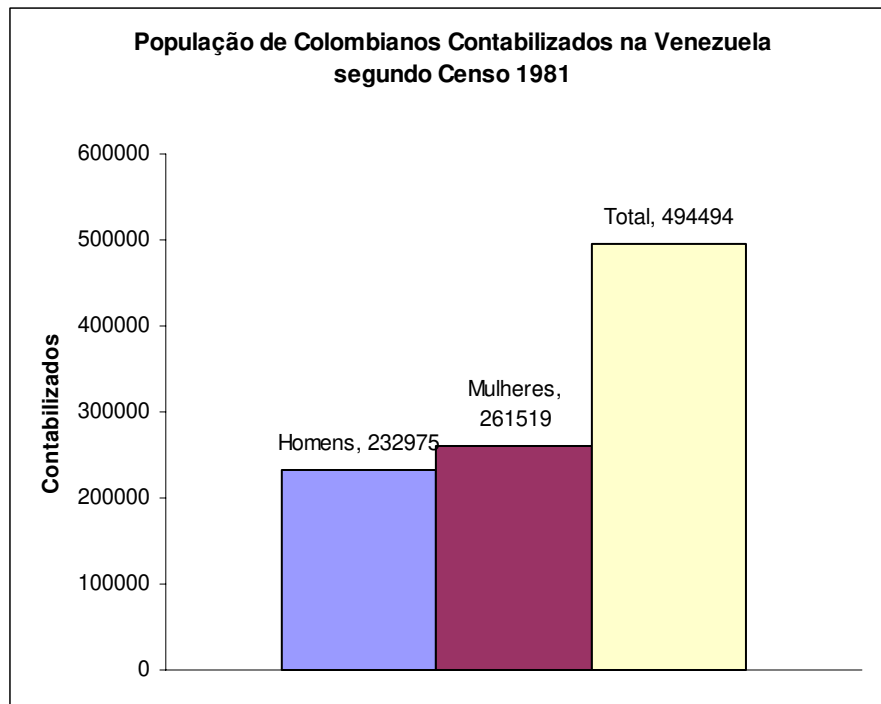
Migração Colombiana Para A Venezuela

No começo dos anos sessenta, a presença da imigração colombiana na Venezuela já era tão importante quanto a italiana, pois entre os 526.000 estrangeiros registrado 21% era constituído por cidadãos da Colômbia. A década de 50 pode ser considerada como um período de crescente e constante migração de colombianos para as áreas fronteiriças venezuelanas. A partir da década de 60, predominam os imigrantes do mundo inteiro na Venezuela em situação irregular, mas nos anos 70 a migração de colombianos voltou a ser diferenciada em quantidade.

O aumento mais representativo da imigração de colombianos para a Venezuela se produz a partir de 1973, com o aumento dos preços do petróleo e a nacionalização da sua exploração em 1975. Já em 1980, a população imigrante da Venezuela era constituída em 89% por latino-americanos, e desse total, 50% provinha da Colômbia. O Gráfico 4 mostra a população colombiana na Venezuela segundo dados do Censo de 1981 e classificada por sexo.

O censo de 1981 registrou um total de 494.494 colombianos na Venezuela, 232.975 homens e 261.519 mulheres, dos quais 288.105 faziam parte da população econômica ativa (com ao menos 12 anos). 29,35% deles pertenciam ao setor serviços, 17% ao manufatureiro, 17% ao setor da agricultura e 15% à área comercial. Do total de homens em idade de trabalhar (182.428), 24,8% se dedicava à agricultura.

Gráfico 4



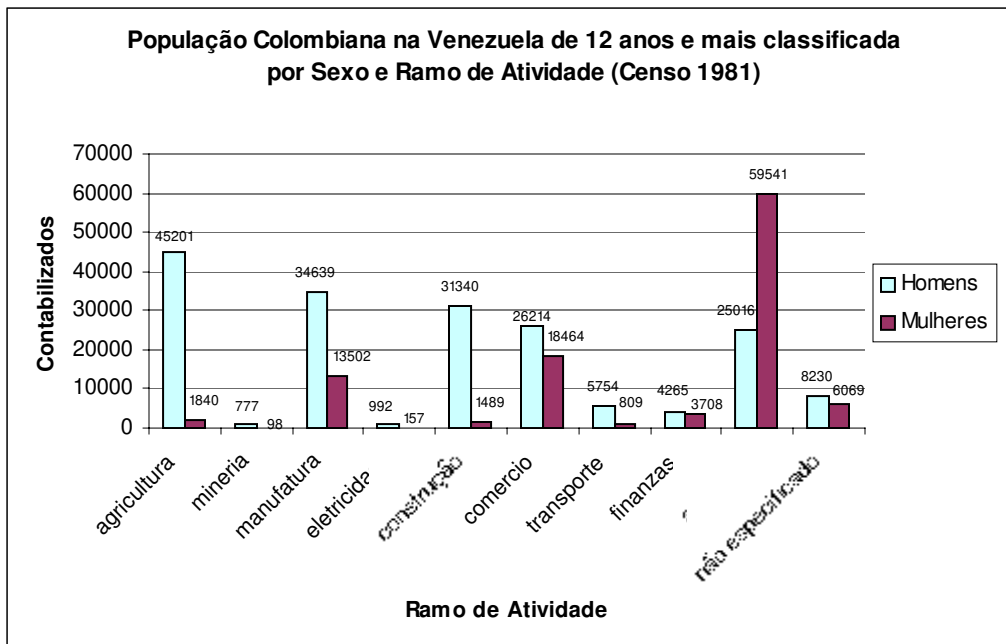
Fonte: IMILA

Das 105.677 mulheres ativas na economia, que representavam 59% das estrangeiras com mais de 12 anos na Venezuela, 59.541 (56,34%) pertencia ao setor dos serviços (Ver Gráfico 5).

A partir da década de oitenta essas tendências crescentes de imigrações impulsionadas pela situação econômica da Venezuela pararam quase por completo (Torales et Al. 2003), ao tempo que, como vimos, os Estados Unidos transformavam-se no principal destino migratório dos colombianos e de grande parte dos sul-americanos. Não obstante, segundo o Censo de 1990, na Venezuela havia ainda 528.893 colombianos. O gráfico 6 mostra a queda na tendência de migrações colombianas para esse país.

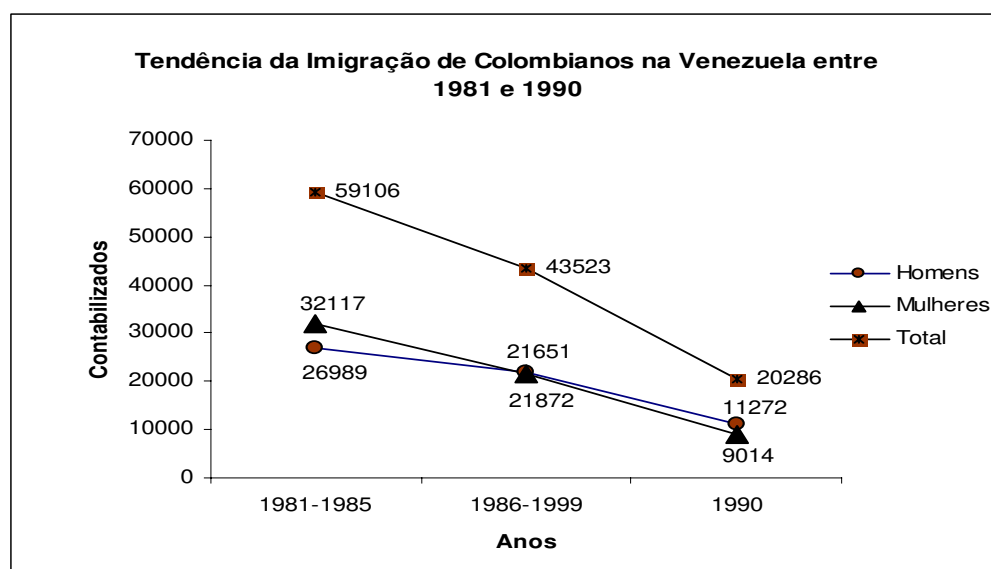
Observe-se no Gráfico 6 que o fluxo de colombianos para a Venezuela diminuiu o seu volume de maneira significativa na década de oitenta. Entre 1981 e 1990 a taxa de emigração para o país fronteiriço caiu em 65,7%.

Gráfico 5



Fonte: IMILA

Gráfico 6



Fonte: IMILA

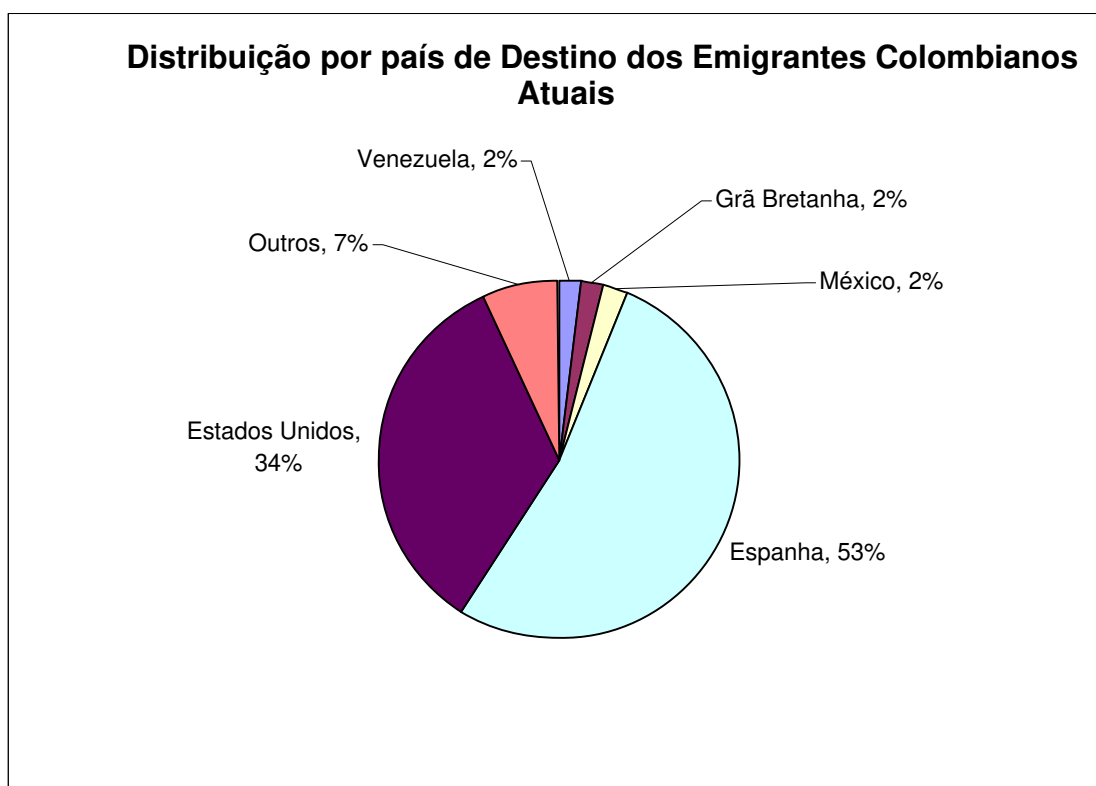
De qualquer forma, a Venezuela alberga ainda a maior quantidade de colombianos no estrangeiro. Segundo o Censo da Comunidade Colombiana no Exterior (2002), estima-se que nesse país residam 44,2% do total de colombianos que emigraram.

Migração Colombiana para a Espanha

Em especial durante a última década, a Espanha tem sido considerada um destino preferencial e percebida como local de maior acessibilidade e fácil adaptação, em função da língua e dos costumes, para grupos mais amplos da população do que no caso dos Estados Unidos, apesar dos maiores custos de transporte e a distância. Este país europeu se configura como alternativa na busca de melhores oportunidades de trabalho diante da crise econômica e social experimentada em certas regiões do País como o *Eje Cafetero* e o *Valle del Cauca* (Garay e Rodríguez 2005).

No gráfico 7, extraído do Relatório Anual do DANE (Departamento Administrativo Nacional de Estatística da Colômbia) sobre as saídas de colombianos do país, observa-se esse fenômeno. Como em todos os casos, não existe informação precisa sobre número deles radicados no país europeu, mas há algumas aproximações que permitem inferir a magnitude da situação.

Gráfica 7



Fonte: DANE

Segundo o Ministério do Interior da Espanha, em 1996 havia 538.000 residentes estrangeiros, no final de 2002 a cifra tinha triplicado e hoje residem nesse país, de maneira legal, 1.324.000 estrangeiros. A colombiana é a quarta maior origem desses fluxos migratórios com mais de 70.000 pessoas, depois do Marrocos, do Equador e da Grã Bretanha.

Uma fonte alternativa usada para calcular com maior exatidão o volume de moradores em países com altos índices de imigração é o número de solicitações de asilo. Segundo o Ministério de Relações Exteriores, a Colômbia ocupava em 2002 o terceiro lugar nesse aspecto com 1.105 solicitantes na Espanha, o que constitui quase 18% do total das petições.

O aumento dos residentes colombianos na Espanha foi enorme entre 2000 e 2001 em relação ao ano anterior. Em 2000 se incrementou em 81% e em 2001 em 97%. Na atualidade há 71.238 colombianos legais, o que em termos relativos significa quase 6% do total de residentes estrangeiros na Espanha. O maior número de colombianos encontra-se nas províncias de Madri, onde habitam 22.000, e Barcelona onde são 8.065. Os restantes 40.000, em ordem decrescente, se encontram em Alicante, Valencia, Gran Canária, Baleares, Navarra, Murcia e Vizcaya.

Dos relatórios do Ministério de Relações Exteriores (2000 e 2002) sobre a migração de colombianos na Espanha, pode ser deduzido que o maior número deles trabalha nos setores de construção, serviço doméstico e no setor serviços. 63% da comunidade estão na faixa entre 25 e 44 anos de idade. Uma pequena quantidade possui estudos superiores e de pós-graduação, enquanto a maioria só realizou estudos primários. De fato, em relação aos migrantes nos Estados Unidos, os migrantes na Espanha contam com menor nível educativo médio de educação formal, são mais jovens e o predomínio é feminino (Garay e Rodríguez p 58).

Depois da publicação da *“Ley Orgánica de Extranjería e Inmigración”* em 2002, o governo espanhol procedeu a documentar, através de um processo extraordinário de regularização, um número importante de estrangeiros residentes na Espanha; dessa forma, documentaram-se 51.000 pessoas de nacionalidade colombiana. Em 2003, 65.000 trabalhadores colombianos faziam parte do Regime de Previdência Social e existiam 9.121 desempregados. Nesse mesmo ano, a Colômbia ocupou o segundo lugar no número de permissões iniciais de trabalhos concedidos.

Os colombianos precisam do visto para ingressar no território comunitário europeu desde 2 de janeiro de 2002, quando o Regulamento do Conselho da União Européia começou a vigorar. Já em 15 de março de 2001, estabelece-se a lista de terceiros países cujos cidadãos têm a obrigação de obter um visto para cruzar as fronteiras exteriores da União Européia. Em 2001, o número de vistos expedidos pelos escritórios consulares foi de 11.346 e em 2002 de 23.675. Também se incrementou o número de colombianos que obtiveram a nacionalidade espanhola. Em 2002, a Colômbia era o quinto país em número de concessões de nacionalidade espanhola, apenas superada por Peru, Marrocos, República Dominicana e Cuba.

Segundo a ACNUR, na Espanha também está aumentando o número de solicitações de asilo por parte de colombianos. De 164 em 1998, passou a 2.532 em 2001.

A respeito da imigração ilegal na Espanha, há alguns dados que permitem compreender a importância desse fluxo. Em 2001 foram repatriados 3.866 cidadãos colombianos, ocupando o segundo lugar em termos de deportações, depois do Marrocos, que teve 25.000. Em 2002, 1.286 colombianos foram expulsos e entre 2002 e 2003 foram desarticuladas ao redor de 75 redes colombianas dedicadas à imigração ilegal, sendo presos 176 responsáveis. Nesse mesmo período foram detidos 4.226 colombianos por outros crimes e delitos na Espanha (CNU, 2003).

As cifras aqui recopiladas mostram o desenvolvimento do fluxo que parte da Colômbia para o mundo. As motivações para a saída poderiam ser explicadas em boa parte pelo clima de guerra que persiste no País e pelo medo, produto da violência política, diferenciando o contexto particular da Colômbia da grande maioria dos países da região. A emigração colombiana também aparece como uma saída ao conjunto de fatores econômicos que dificultam a permanência para diferentes camadas da população. Vejamos como nesse país também as remessas se tornam uma contrapartida importante no processo visto em conjunto.

Fluxo De Remessas Na Colômbia

Na Colômbia, as entradas de dinheiro por remessas nos últimos anos têm alcançado taxas de crescimento anuais superiores a 21%, ao passarem de US\$1.297 milhões em 1999 a 2,374 em 2002 e a 3.857 milhões em 2004. Como proporção do PIB, sua participação aumentou de 1,5% em 1999 para 2,9% em 2002 e 3,9% em 2003. Os mais de 3 mil milhões de dólares enviados em remessas em 2003 quintuplicaram a cifra de 1993. Nesse ano as remessas corresponderam a 27% do aumento do PIB em relação ao ano anterior. Os anos de máximo crescimento são 1994 (112%) e 1998 (65%) (Banco Mundial; SELA 2005)

Da perspectiva dos receptores, a enquête feita com os beneficiários de Remessas em Agências de Instituições Cambiárias na Colômbia, realizada entre os dias 7 e 20 de setembro de 2004, e disponibilizada pelo Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE) através de seu *site* oficial, é uma boa fonte de dados. Segundo esta pesquisa, 282.106 pessoas receberam US\$ 112,6 milhões através de casas de câmbio. A maior proporção das remessas é enviada dos Estados Unidos (50,8% do total), outros 28,1% provêm da Espanha e o restante de países com no máximo 5% dos envios totais. As transferências enviadas da Espanha passaram de 4% do total em 1999 a 28,1% em 2004 e a média mensal é maior para as remessas advindas desse país. (US\$329, US\$82 a mais que os Estados Unidos).

A maioria das remessas é enviada por mulheres (51,3%), 93,5% dos remetentes é ativo economicamente (trabalha ou procura emprego). 70,5% têm segundo grau completo ou educação superior, enquanto os receptores nesse nível educativo são apenas 58%. A tabela 5 mostra um mapa geral do nível educativo dos remetentes e dos receptores de remessas onde pode ser observada essa tendência que dá conta do perfil da emigração colombiana.

Tabela 5

**Nível Educativo dos Receptores e Remetentes de Remessas em Agências e Instituições Bancárias (Percentagens)
Colômbia (2004)**

Nível educativo	Receptor (%)	Remetente (%)
Primeiro Grau Incompleto	8,3	3,1
Primeiro Grau Completo	12,0	7,3
Segundo Grau Incompleto	20,2	17,2
Segundo Grau Completo	30,8	42,7
Superior	27,8	27,8
Nenhum	0,6	0,4

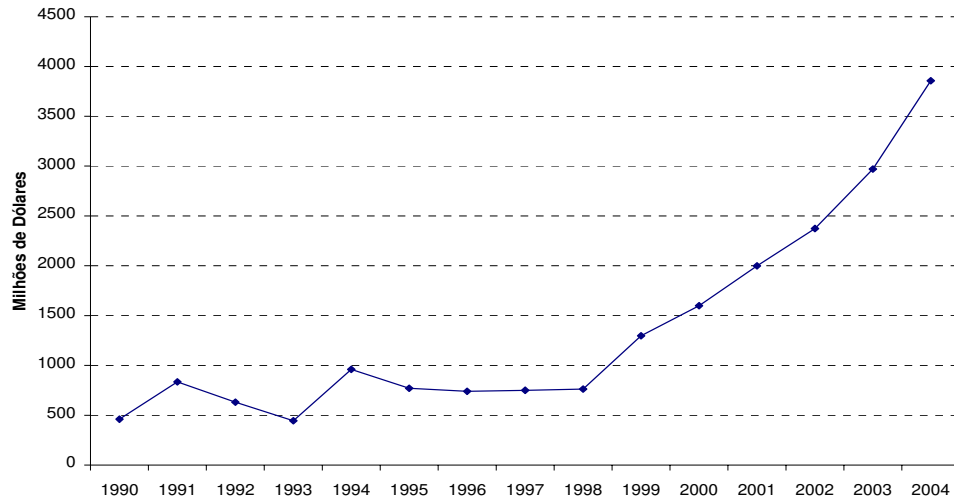
Fonte: Garay e Rodríguez (2005)

Deduz-se também que a maior proporção das remessas é utilizada para financiar gastos de consumo. 61% dos envios se destinam de forma parcial ou total a gastos em alimentos e serviços públicos, 32,9% em educação e 27,9% em saúde, enquanto apenas 4,2% vão a poupança e 4,7% para a vivenda, o que sugere a alta dependência das famílias colombianas das transferências de dinheiro particulares e funciona como indicador da situação de pobreza das famílias receptoras (Garay S. E Rodriguez, 2005).

Além de sua importância em relação à renda nacional, em anos recentes as remessas têm representado uma percentagem significativa das exportações de bens em geral, que ocorrem num volume muito maior (mais de quatro vezes) que o de uma década atrás. Também, em comparação com os últimos dez anos, as remessas apresentam uma percentagem crescente da inversão estrangeira. Os gráficos seguintes permitem observar a tendência do comportamento das remessas na economia colombiana.

Gráfico 8

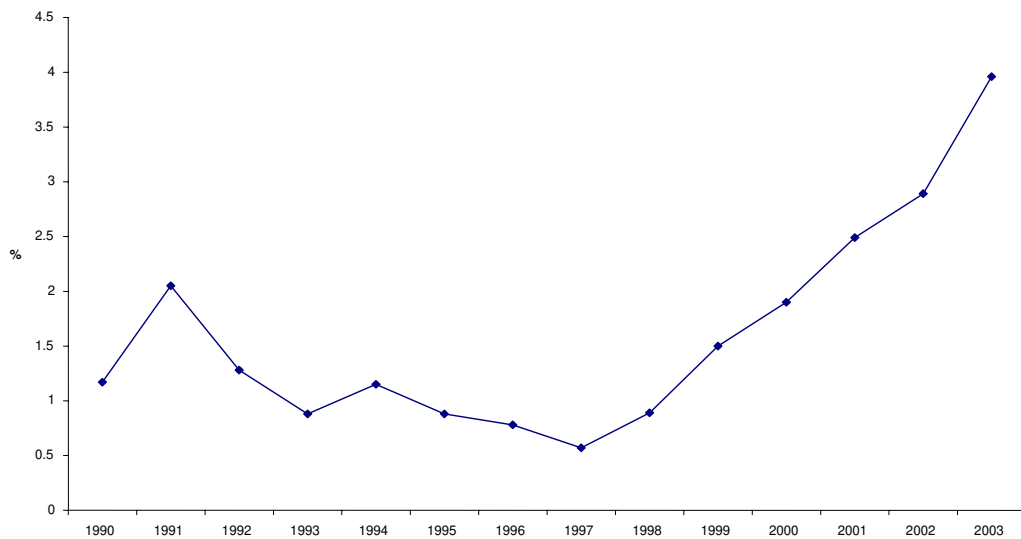
**Remessas Familiares para a Colômbia
1990-2004**



Fonte: Banco Mundial Indicadores de Desenvolvimento Mundial 2005

Gráfico 9

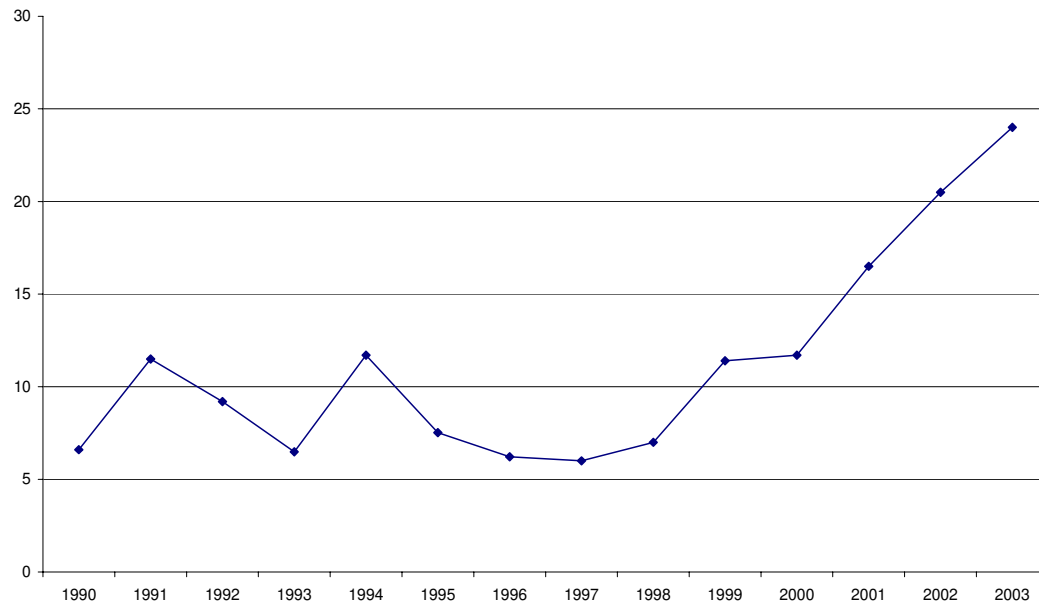
**Remessas/ porcentagem do PIB
Colômbia 1990-2003**



Fonte: Banco Mundial Indicadores de Desenvolvimento Mundial 2005

Gráfico 10

**Remessas/Percentagem da Exportação de bens
Colômbia 1990-2003**



Fonte: Banco Mundial Indicadores de Desenvolvimento Mundial 2005

**Remessas/Percentagem da Inversão Estrangeira
Colômbia 1990-2003**

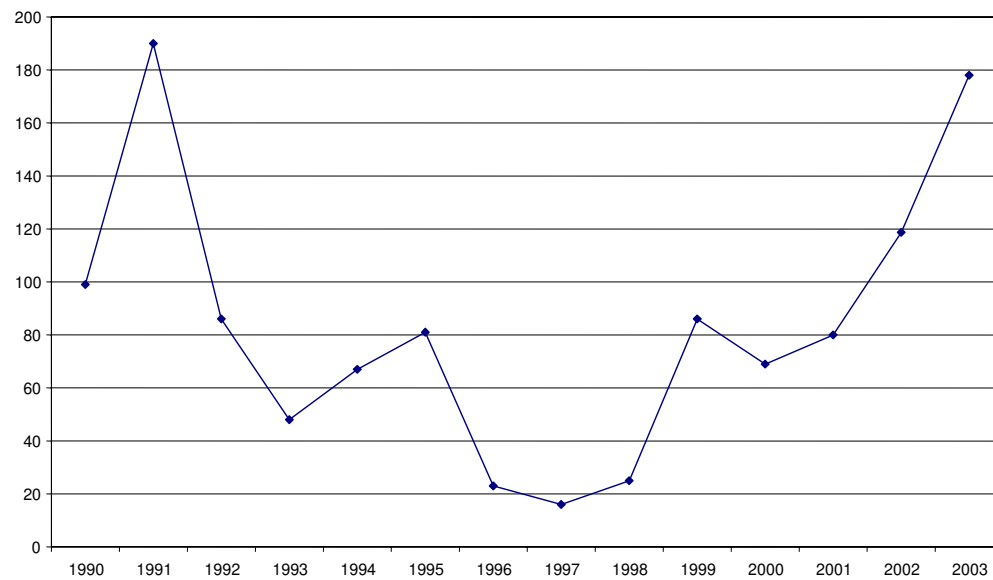


Gráfico 11

Fonte: Banco Mundial Indicadores de Desenvolvimento Mundial 2005

A respeito do mercado das transferências, a Colômbia é um exemplo de uma indústria crescente e competitiva. Uma série de pequenas empresas entrou no mercado, enquanto as tradicionais têm procurado expandir suas atividades (Cadena e Cárdenas 2004). Esse aumento da concorrência estaria associado ao esforço para mobilizar as remessas através de instituições micro-financeiras feito pelo Fundo Multilateral de Investimentos (FOMIN) do BID em 2004¹⁸.

Tal panorama geral do fluxo de remessas na Colômbia permite observar duas épocas bem diferenciadas, que refletem a situação do país na última década do Século XX. Observe-se que embora a taxa de crescimento dos fluxos esteja em constantes flutuações entre 1990 e 1995, desde 1998 registra um aumento sustentado. Essa primeira metade do período teria a ver com a migração já estabelecida para os Estados Unidos e para a Venezuela desde os anos 60, cujos envios de dinheiro para o país eram de certo modo imperceptíveis na economia. A tendência decrescente das percentagens de remessas em comparação com o PIB, com a exportação de bens e com a inversão estrangeira é reveladora nesse sentido.

Não obstante, durante esse mesmo período as reformas neoliberais, introduzidas em toda a América Latina, provocaram também na Colômbia a quebra ou cancelamento de linhas de produção de muitas companhias nacionais e a privatização de algumas empresas do setor público, assim como a eliminação de subsídios e programas. A essa situação se acrescenta uma crise econômica generalizada nas principais cidades do país, motivada em parte pela chamada “Guerra contra o narcotráfico” liderada pelos Estados Unidos e que tinha nos chefes do “Cartel de Cali” seus principais alvos. A apreensão dos líderes da dita organização ilegal, entre 1995 e 1997, veio acompanhada da nacionalização das suas empresas fachada, as quais eram fontes de emprego para muitos colombianos. Os efeitos da cassação dos negócios dos traficantes foram extraordinários. Só em Cali, os altos níveis de consumo e emprego registrados nos primeiros anos da década tiveram uma queda importante. Entre setembro de 1995 e março de 1997, o número de pessoas desempregadas na cidade cresceu de 95.000 a 165.000 (Guarnizo 1999).

¹⁸ <http://www.presidencia.gov.co>H, 17 de Março de 2005

As migrações começam a aumentar ainda mais desde então e as remessas se converteram de maneira sistemática em amortecedoras da crise econômica gerada por esses processos paralelos, o que é observável nas tendências dos gráficos a partir de 1998.

Contexto Transnacional da Migração Colombiana

Ao longo dos anos os colombianos parecem ter adquirido uma cultura da migração tanto interna quanto externa, pois a mesma situação de conflitos sociais permanentes dentro do território faz com que os deslocamentos do rural ao urbano se tornem tão comuns quanto os movimentos internacionais. O processo de migração interna tem sido o fator com maior influência na transformação cultural, social e econômica do país (Díaz, 1999 p 106), o que se reflete, como vemos, no fato de que nos últimos 50 anos a Colômbia tenha se especializado em produzir migrantes. Os destinos e as diversas motivações têm variado junto com o contexto histórico social e econômico do país.

As reformas estruturais nas economias da América Latina a partir dos anos 90 têm provocado a busca de oportunidades além das fronteiras. Na Colômbia, como em todos os países em desenvolvimento, dessas reformas faziam parte os cortes significativos de empregados públicos, inclusive aqueles dispensados pela privatização de empresas públicas, que em geral não conseguiram ingressar de novo no mercado de trabalho. Essas rápidas mudanças estruturais resultaram no aumento do número de colombianos com títulos universitários desempregados ou subempregados numa economia apertada, caracterizada por altas taxas históricas de desemprego e de informalidade econômica. Além do deterioro econômico, o País enfrentou o deterioro das suas situações política, social e militar. A generalização da violência, ou violências (comum, da droga, política), em todo território nacional, contribuiu para gerar um ambiente de insegurança e incerteza no qual a emigração surgia como uma saída viável e até mesmo recomendável para setores cada vez mais amplos da sociedade. Segundo Luis E. Guarnizo, um dos principais pesquisadores da migração internacional colombiana, dois fatores adicionais, um de tipo macro e outro de tipo micro estrutural, geraram as condições para a massificação da emigração colombiana. A nível macro, a consolidação e expansão do mercado internacional das drogas e a nível micro, a consolidação e amadurecimento das redes sociais transnacionais (Guarnizo, 2003).

O aumento da demanda e oferta de drogas ilícitas se traduziu numa demanda crescente de mão de obra para trabalhar no negócio. A necessidade de pessoal tanto na Colômbia quanto no exterior dos cartéis da droga para suas operações comerciais e logísticas (transporte, de droga e dinheiro, distribuição, etc.), construía uma plataforma adicional para emigrar de, ou para não retornar a, uma sociedade em crise. O narcotráfico permitiu a saída de pessoas que não teriam saído de outra forma e a permanência no exterior de gente que teria retornado devido às suas precárias condições no exterior. Embora a proporção de migrantes colombianos ligados (as) com o tráfico seja pequena com relação ao total, o estigma desse fenômeno tem marcado os emigrantes desde os anos oitenta, não só nos países de destino, mas também na Colômbia.

Devido à pluralidade das origens e camadas sociais que conformam a diáspora colombiana, a desconfiança enraizada no estigma da droga ou o temor a se vincular com atores armados do conflito ou delinquentes acrescenta-se às circunstâncias de condição social e às diversas formas de discriminação por preconceitos regionais, fazendo com que seja difícil encontrar organizações colombianas representativas. O estigma da Droga e a desconfiança do outro realçam as carências próprias da cultura política colombiana de desconfiança no Estado, baixo apreço pelas instituições políticas partidárias e, em geral, uma percepção negativa do processo político formal (Gurarnizo, Portes e Haller, 2003)

Por isso, a organização social tende a ser construída em torno de círculos estreitos de familiares e amigos cujas relações provêm de, e se estendem até, o lugar de origem, formando aquilo que, na literatura especializada, é chamado de redes sociais.

Os diversos estudos sobre as migrações na atualidade estão baseados na premissa da existência das redes sociais que agem em um espaço chamado de transnacional e tentam explicar as causas, efeitos e continuidade da migração sob perspectivas que não só abrangem os aspectos econômicos, mas os políticos, sociais e culturais. Segundo Tilly (1990), os novos fluxos migratórios não podem ser explicados só pelo diferencial de salários entre os países de destino e os de origem, pois (como vemos) eles estão sendo cada vez mais seletivos tanto na partida como na chegada devido à existência de redes sociais que dinamizam os deslocamentos.

As redes sociais servem não só para alicerçar o caminho para os fluxos recentes, mas também funcionam como espécies de bússolas que orientam o destino final que os novos emigrados tomam. Familiares, amigos e vizinhos radicados no exterior abrem portas e facilitam a saída para aqueles cujas vidas e expectativas no país de origem resultam insustentáveis. A antiga geração de migrantes proporciona apoio logístico e informativo para a nova. Conselhos e dicas sobre o sistema migratório e a sociedade receptora, apoio legal, moradia, emprego e empréstimos para financiar a estadia inicial fazem parte desse processo.

Trata-se de “um tipo de organização social que supera as limitações impostas pela juridicidade territorial, circunscrita pelos limites geográficos do país. De uma perspectiva transnacional, a migração implica não só no traslado de pessoas de um país para outro, mas na extensão da formação social nacional além das fronteiras pela mobilidade de atores sociais” (Guarnizo em CNU, 2003 p 29). De acordo com Massey et al (1988), essas organizações são responsáveis pela construção dos vínculos necessários para a migração, pela veiculação do conjunto de informações e percepções que os indivíduos necessitam para emigrar.

O desenvolvimento teórico da abordagem transnacional das migrações se encontra ainda em uma etapa inicial, porém é importante ressaltar que os fluxos não são só uma mobilidade simples de pessoas, mas um intercâmbio trans-fronteiriço de recursos sociais, culturais, econômicos e políticos que engendra a formação e a interseção de múltiplas identidades e posicionamentos sócio-culturais do sujeito migratório. Essa sucessão de intercâmbios gera um campo de ação social que é chamado de campo de ação transnacional (Pries, 2001). Em termos gerais, o transnacionalismo é o processo pelo qual os imigrantes constroem campos sociais que ligam seu país de origem ao seu país de residência. Quem constrói o dito campo social é chamado de “transmigrante” (Glick Schiller et al, 1992). Os transmigrantes mantêm e desenvolvem relações familiares, econômicas, sociais organizacionais, religiosas e políticas que ignoram as fronteiras geográficas.

Os fluxos constantes de remessas são possíveis graças à consolidação desse campo de ação que permite uma ligação constante entre emigrados e família. Eles são a expressão dos vínculos entre indivíduos separados pelos limites geográficos e a manifestação de profundas interações entre eles

apesar das distâncias. Essas famílias, cujos membros vivem em dois ou mais lugares ao mesmo tempo, incluindo a terra de origem, são de fato unidades econômicas e sociais transnacionais integradas, dado que a decisão micro de migrar é às vezes produto de um consenso acerca da necessidade de desenvolver uma fonte alternativa de renda por meio das remessas e que, em princípio, está além de afetar as estruturas macro dos países.

No Estudo feito por Guarnizo em 2004, nas comunidades colombianas dos Estados Unidos, acerca do envio de dinheiro à Colômbia, pode ser observado o transnacionalismo na prática. 5% dos migrantes entrevistados manifestaram ter doado dinheiro a algum partido político colombiano, 30% ter feito doações a projetos específicos de caridade, enquanto 70% reportaram enviar remessas para ajudar familiares no país. O estudo de Guarnizo mostra um paradoxo entre os objetivos das ações individuais dos migrantes e seus efeitos na sociedade. As ações que pretendem afetar as estruturas políticas da Colômbia (apoio aos partidos políticos e às fundações, ou seja, objetivo macro) são exercidas pela minoria e obtêm mínimos resultados, enquanto a ação mais privada, e ao mesmo tempo mais comum entre os migrantes, o envio de remessas, que apenas tenta atender as necessidades da sua família, afeta a balança de pagamentos e, em geral, a estabilidade econômica do país (efeito macro).

Segundo Guarnizo, dessa forma a enorme importância das remessas não pode ser materializada em forma de, por exemplo, poder político para a população migrante, pois o envio de dinheiro é uma ação individual nascida de obrigações sociais e familiares para a sobrevivência daqueles entes próximos que vivem ainda no país; portanto, é algo que nenhum migrante estaria preparado para utilizar como ferramenta de negociação para conseguir potenciais benefícios diante do Estado.

O campo de ação transnacional e o espaço dos fluxos são evidenciados também na relação estado-diáspora. Os diferentes governos envolvidos na complexidade dos fluxos migratórios, tentam manter os vínculos com os emigrados através de diferentes mecanismos políticos e civis, outorgando direitos àqueles cidadãos que não se encontram estabelecidos no território nacional. A dupla cidadania, o voto no estrangeiro e os programas de integração a projetos nacionais fazem parte das estratégias de re-incorporação que revelam o interesse que os Estados têm em continuar vinculados com seus emigrados.

IV

Ações dirigidas à Re-incorporação Política de Emigrantes no Estrangeiro

As pesquisas citadas neste trabalho mostram a discussão entre migração e desenvolvimento que os movimentos de população internacionais e, sobretudo, as remessas têm levantado. No presente, quando se fala em migração e desenvolvimento se fala com base no já impressionante fluxo norte-sul de dinheiro. As políticas públicas de alguns países, assim como os múltiplos organismos internacionais interessados na questão migração-desenvolvimento (como FMI, BID, UE), têm se focalizado quase que com exclusividade nas remessas.

Caberia supor, portanto, que as diferentes medidas de caráter político encaminhadas à aproximação dos emigrados com as instituições de seu país de origem estão relacionadas de forma direta com o importante fluxo de dinheiro norte-sul descrito nos capítulos anteriores, pois, só nos últimos anos algumas nações com números influentes nas estatísticas migratórias e com taxas crescentes nos fluxos de remessas estão tentando manter os vínculos com seus emigrados por meio de diferentes ações de caráter político e institucional, fazendo-os parte das agendas dos governos. Na América Latina, além do colombiano, diferentes governos como o equatoriano, o dominicano, o salvadorenho e o mexicano inserem-se nesta lógica que traz de volta o emigrado ao cenário político. Uma breve descrição das principais medidas adotadas por esses últimos são apresentadas a seguir.

O Caso do México

Segundo dados do Banco Mundial, entre 1990 e 2004 o volume de remessas para o México aumentou mais de 500%. Na atualidade, as remessas constituem uma importante fonte de renda para a economia do País.

Bem no começo da década de 1990 o governo mexicano adotou duas iniciativas de re-incorporação, o *Programa Paisano*, que protegia os direitos dos migrantes retornados, e o *Programa para las Comunidades en el Exterior (PCME)*, da Secretaria de Relações Exteriores, através do qual se promoveu a organização da comunidade migrante em comitês do povo e federações. Foram

organizados ligas esportivas e torneios nos Estados Unidos e se produziram intercâmbios de jovens e eventos culturais. No foro institucional, o programa incluiu a abertura de escritórios de atenção a migrantes nos governos dos principais países com presença de mexicanos, o estabelecimento de representantes desse programa nos consulados e a coordenação, em conjunto com as diferentes Secretarias, do desenvolvimento de programas de atenção aos migrantes (Guarnizo 1998: 62-63, Smith, 2003:310).

A administração de Vicente Fox deu um novo impulso aos programas do Estado para os migrantes. Implementaram-se mudanças institucionais como a criação do Instituto para os Mexicanos no Exterior, IME, o qual substituiu o PCME, da coordenadoria de Trabalho das distintas Secretarias do Conselho Nacional do IME e do Conselho Consultivo do IME como organismo de representação dos migrantes em âmbito federal. Este Instituto deu continuidade a várias das tarefas que desenvolvia o PCME. O novo impulso nos programas para os migrantes também se estende aos governos locais, em particular àqueles que compartilhavam filiação partidária com a presidência (Escobar, 2005:14).

No âmbito constitucional também têm se realizado reformas importantes, em particular a publicada em 1997 e efetivada um ano mais tarde, na qual se estabeleceu que os mexicanos que se naturalizassem em outro país não perderiam a nacionalidade mexicana. De igual forma, foi permitido que os mexicanos naturalizados cidadãos de outro país recuperassem a nacionalidade mexicana. Essa nova disposição alterava as regras anteriores de *jus sanguini*, ou de cidadania baseada na descendência sanguínea (Aleinikoff, 2000). A reforma constitucional de 1997 reconhece aos mexicanos no estrangeiro direitos econômicos e civis, como viajar a qualquer lugar do mundo com passaporte mexicano, e direitos de propriedade de terras, o que era interdito na década anterior.

Embora o peso das cifras de remessas nas iniciativas dos Estados seja muito significativo, no caso do voto mexicano no exterior poderia se dizer que a forte pressão dos migrantes nos Estados Unidos desde a metade dos anos 90 também influenciou a aquisição desse direito. O interesse dos mexicanos na participação político de quem habita nos Estados Unidos e no voto no exterior data, na realidade, dos anos 1920, e reviveu-se nas últimas décadas dentro do movimento de oposição à hegemonia do PRI. As Associações de Comunidades de Origem (ACO), iniciadas de maneira voluntária pelos imigrantes mexicanos nos Estados Unidos, tiveram uma longa luta pelo voto no

estrangeiro que se materializou na reforma eleitoral de 1996, que eliminou a obrigação dos cidadãos votarem no distrito de residência, construindo a plataforma legal para a sua legalização. Não obstante, o PRI obstaculizou o processo alegando falta de uma regulamentação à lei, e de um sistema de registro e identificação apropriados (Escobar, 2005: 18). Apesar disso, em 2006 o processo tomou curso de novo devido a fortes pressões das ACO e, sob a nova administração, esse direito é quase uma realidade.

A Re incorporação política de migrantes na Colômbia

Também na Colômbia, diferentes medidas têm sido adotadas pelos governos desde 1991 com o objetivo claro de re-incorporar como cidadãos àqueles colombianos residentes fora dos seus limites territoriais. O veloz incremento das remessas esteve acompanhado de leis, projetos, resoluções e outras ações que foram efetivadas nos últimos anos pelo Estado para outorgar mecanismos de participação política a colombianos no estrangeiro.

Apesar dos colombianos no estrangeiro terem o direito ao voto presidencial desde 1961, até o fim dos anos 80 o governo colombiano tinha pouco interesse na migração internacional e parecia que a saída de pessoas para o exterior tinha o efeito de um colchão que amortecia a problemática social colombiana. Não obstante, a partir dos anos noventa, quando a Colômbia começou a tomar conhecimento dos significativos aumentos do dinheiro enviado do estrangeiro para as famílias no território, as medidas de aproximação aos emigrados se tornaram explícitas.

A Constituição de 1991

No dia quatro de julho de 1991 foi proclamada a Nova Constituição Política da Colômbia, que substituiu a antiga de 1886. A nova carta política da Colômbia é considerada por muitos uma das mais modernas e representativas do estado de direito contemporâneo. Criaram-se novas instâncias de gestão e controle de direitos, fruto de um longo processo de negociações entre diferentes camadas da população que acabaram se organizando de forma política. O documento pretendia

uma ampla reforma das suas instituições e tinha a clara intenção de “estabelecer um modelo político e jurídico que permitisse encontrar um novo rumo a esse convulsionado país”.¹⁹

Várias instituições foram criadas sob esse marco normativo, entre elas a *Fiscalía General de la Nación* (encarregada da investigação em processos penais), a *Defensoría del Pueblo* (com o propósito de estabelecer um canal de interlocução entre o Estado e os cidadãos), a *Corte Constitucional* (com a missão de velar pela proteção dos direitos humanos e do controle constitucional), o *Consejo superior de la Judicatura* (encarregado do controle e da administração do ramo judicial). Também nasceram vários mecanismos de participação como a *acción de tutela*, que visa a proteção dos direitos fundamentais, e foi possível a eleição de senadores por circunscrição nacional, sistema que permite a um candidato para o Congresso obter votos em qualquer uma das diferentes regiões ou departamentos do país.

O Congresso da República, ou rama legislativa do poder público, é integrado pelo Senado e a Câmara de Representantes (Art. 114). O primeiro deles é formado por cem membros eleitos através da dita circunscrição nacional e dois adicionais, eleitos em Circunscrição Nacional Especial pelas comunidades indígenas. A Câmara de Representantes compreende sessenta e oito membros eleitos mediante o sistema de circunscrições territoriais (departamentos e distrito capital), além de no máximo cinco por circunscrições especiais integradas pelos “grupos étnicos, minorias políticas e colombianos residentes no exterior” (Artigo 171). Segundo o mesmo artigo, “...*Os cidadãos colombianos que se encontrem ou residam no exterior poderão sufragar nas eleições para Senado da República*”. A partir dessa nova configuração institucional, os colombianos no estrangeiro são colocados politicamente ao lado de grupos tão antigos dentro do território como os indígenas e as comunidades negras.

A qualidade de cidadão colombiano adquire-se por nascimento ou por adoção. O Ato Legislativo 1 de 2002 modificou o Artigo 96 agregando ao texto “[*são cidadãos colombianos*] ...*os filhos de pai e mãe colombianos que houverem nascido em terra estrangeira e depois se domiciliarem em território colombiano...*”, a frase “*ou se cadastrarem em um escritório consular da República*”. No entanto, permaneceu a sentença “...*A qualidade de cidadão colombiano não se perde pelo fato de adquirir*

¹⁹ Martha L. Pinzón, 2001 *10 años de la constitución Política de Colombia*. Tomado de http://www.americasnet.net/Commentators/Martha_Pinzon/pinzon_38_spa.pdf

uma outra nacionalidade”. O crescente volume da comunidade colombiana no exterior e a sua relativa importância para o Estado podem ser notados nessa reforma que, embora simples na aparência, é muito significativa e direta em termos de re-incorporação política.

Segundo a Constituição, Artigo 176, haveria dois representantes à Câmara por cada circunscrição territorial (dois por cada departamento e dois pelo Distrito Capital) e um para cada duzentos e cinquenta mil habitantes ou fração maior de 125 mil, que excedessem sobre os primeiros duzentos cinquenta mil. Os capítulos anteriores mostraram como na atualidade se estima que mais de 5 milhões de colombianos vivem no estrangeiro, fato que ajuda a explicar a criação em 2001 de um “distrito eleitoral internacional” que visa a representação desses cidadãos além das fronteiras. Apesar do mandato ter entrado em vigência em 1991, no momento mesmo da proclamação da constituição, só dez anos depois a lei 649 regulamentou o dito distrito e apenas em 2002 pôde ser eleito o primeiro Representante à Câmara dos Colombianos no Exterior.

O Representante dos Colombianos no Exterior

Não há uma resposta definitiva sobre o acontecido no lapso entre a promulgação da Constituição e a eleição do primeiro – e único no mundo – deputado por uma minoria que não habita o seu território nacional. No texto publicado em 1991, o quarto parágrafo do artigo 176 diz: *“a lei poderá estabelecer uma circunscrição especial para garantir a participação na Câmara de Representantes dos grupos étnicos e das minorias políticas e dos colombianos residentes no exterior. Mediante esta circunscrição poderão ser eleitos até cinco representantes”*; no entanto, a participação política das minorias no Congresso percorreu um longo caminho. Desde 1993, houve três tentativas falhas de aprovação dessa norma, até serem apresentados os projetos de lei 53 de 1998 e 75 no mesmo ano. Eles foram acumulados e aprovados em junho de 2000 pelo Congresso, transformando-se na lei 649 de 2001. Por se tratar de uma lei estatutária, o texto aprovado foi enviado à Corte Constitucional para ser revisado. Em fevereiro de 2001 a lei foi declarada exeqüível e no mês seguinte foi sancionada pelo Presidente da República na época, Andrés Pastrana Arango.

Em 27 de março de 2001, é regulamentado de maneira oficial o Artigo 176 da Constituição Política da Colômbia. A partir da lei 649 são fixadas as normas a seguir, para eleger os deputados nas cadeiras por circunscrições especiais sugeridas no dito artigo: duas para as comunidades negras,

uma para as minorias políticas, uma para as comunidades indígenas e uma para os colombianos no exterior.

Segundo essa lei, os Deputados das circunscrições especiais seriam eleitos *“mediante o sistema que no momento sirva de eleição para congressistas”* e estariam sujeitos ao Regime Geral de Incompatibilidades e Inabilidades dos congressistas²⁰. Os candidatos dos colombianos residentes no exterior que aspirem ser eleitos à Câmara de Representantes precisam provar diante das autoridades eleitorais colombianas uma residência mínima de cinco anos contínuos no exterior e contar com aval de um partido ou movimento político reconhecido pelo Conselho Nacional Eleitoral. No entanto, na sua definição, a Lei adverte que: *“Quem for eleito para a circunscrição especial dos colombianos residentes no exterior deverá residir em território nacional enquanto exerça a sua condição de Representante da Câmara”*.

Jairo Martínez preenchia a totalidade dos requerimentos para ser o Representante dos colombianos no exterior. Acolhido pelo Partido Liberal, foi eleito com 8.777 votos, dos quais 2.473 foram emitidos no exterior e 6.304 na Colômbia. Só 20.81% de seus votos foram depositados pela população a qual ele estaria representando; o restante, 79.19%, foi emitido dentro do território nacional. Esses votos obtidos fora do país são apenas 6.56% do potencial de votação no exterior (ver anexo que mostra a entrevista pessoal com Martínez).

Embora no começo a Lei 649 ditava que só os colombianos residentes no exterior poderiam eleger o seu representante à câmara, a Corte Constitucional derrubou essa disposição argumentando que

²⁰ Porém, foram impostas algumas restrições adicionais aos candidatos à Câmara de Representantes por essas novas circunscrições. Por exemplo, *“os candidatos das comunidades indígenas que aspirem a ser eleitos à Câmara de Representantes por esta circunscrição deverão ter exercido um cargo de autoridade tradicional na sua respectiva comunidade ou ter sido líder de uma organização indígena, qualidade a ser atestada mediante certificado da respectiva organização, referendado pelo Ministério do Interior”*. Os candidatos pelas Comunidades Negras *“deverão ser membros da respectiva comunidade e avaliados previamente por uma organização inscrita ante a Direção de Assuntos de Comunidades Negras do Ministério do Interior”*. Os candidatos pelas minorias políticas deverão pertencer a organizações, movimentos ou partidos políticos que *“houvessem apresentado candidatos à Câmara de Representantes no mínimo de 30% das circunscrições territoriais; que não houvessem obtido representantes no Congresso Nacional; que tenha obtido votação majoritária num mesmo departamento ou circunscrição territorial menor que 70% da somatória de sua votação no país todo”*.

deveria existir igualdade entre todas as cadeiras da circunscrição especial e que qualquer colombiano haveria de ter o direito de votar por quem se candidatara para os ditos cargos.

Só em julho de 2004, com o apoio do Partido *Polo Democrático Independiente*, do Partido *Alternativa Democrática*, e de alguns membros dos partidos tradicionais, Liberal e Conservador, o então candidato à presidência da República Antonio Navarro Wolff apresentou um ato legislativo que criou a circunscrição eleitoral internacional, que previa que só aqueles que residissem fora do País poderiam eleger o seu representante. O projeto foi acolhido e fez trânsito sem dificuldade em seus primeiros sete debates dos oito requeridos para ser aprovado. Uma semana antes da sua aprovação definitiva pela Plenária de Câmara de Representantes, três políticos pertencentes aos partidos tradicionais, o conservador Telésforo Pedraza e os liberais Jesús Ignacio García e Samir Silva, opuseram-se. Segundo Navarro, impedindo a reforma, “buscavam que se continuasse elegendo esse representante com mais votos na Colômbia do que no Exterior” (El Tiempo, 01/06/2005)

O representante Martínez concordou com a idéia de Navarro e, junto com a deputada de direita Gina Parody, conseguiu que o projeto continuasse o seu percurso e foi aprovado de maneira definitiva em 15 de dezembro de 2004. No dia sete de março de 2005 foi publicado o decreto que modificava o artigo 176 da constituição política da Colômbia, a partir de seu quarto parágrafo. O texto definitivo é o seguinte:

A lei poderá estabelecer uma circunscrição especial para segurar a participação na câmara de representantes dos grupos étnicos e das minorias políticas. Mediante essa circunscrição se poderá eleger até quatro representantes.

Para os colombianos residentes no exterior existirá uma circunscrição internacional mediante a qual se elegerá um Representante à Câmara. Nela só serão contabilizados os votos depositados fora do território nacional por cidadãos residentes no exterior.

Parágrafo transitório: O Congresso da República regulamentará a circunscrição internacional a mais tardar no 16 de dezembro de 2005, caso contrário o fará o Governo Nacional dentro dos quinze dias seguintes a essa data; incluirá entre outros temas: inscrição de candidatos, inscrição de cidadãos habilitados para votar no exterior, mecanismos para promover a participação e realização do escrutínio de votos através dos Consulados e financiamento estatal para visitas ao exterior por parte do Representante eleito.

Vencido o prazo, o Governo Nacional regulamentou por fim a circunscrição nacional através do Decreto 4766 de 30 de dezembro de 2005, e a partir dele ficou regulamentada na totalidade a representação, com os requisitos para eleger e ser eleito.

Outras Formas de Re-incorporação

Além das reformas constitucionais citadas, o Estado colombiano tem procurado pôr em prática uma série de políticas para se aproximar das suas comunidades no estrangeiro. Em 1996, o Ministério de Relações Exteriores criou o *Programa para la Promoción de las Comunidades Colombianas en el Exterior* (PPCCE), como parte de um plano intitulado *Colombia para Todos*. Esse programa tem a intenção de atender carências em serviços específicos dos colombianos fora do país, como assistência legal em matéria penal e migratória, e motiva os cônsules a incrementar a sua interação com as comunidades colombianas no estrangeiro, tentando motivar uma maior participação política dessas não apenas em seu país de origem, mas em seus países receptores.

O programa “*Colombianos Seguros en el Exterior*” do Instituto de Previdência Social (ISS) permite aos colombianos radicados nos Estados Unidos realizarem aportes para a sua aposentadoria e dos seus familiares na Colômbia. Nota-se aqui uma tentativa clara de canalizar os envios de dinheiro do estrangeiro. Talvez as autoridades monetárias tenham percebido a tendência dos fluxos ao consumo e satisfação de necessidades básicas e decidido intervir na criação de uma ponte que aliviasse o profundo déficit da previdência social do País. Esse esforço também supõe a idéia do futuro retorno definitivo do migrante.

Com o passar dos anos, essas iniciativas que foram nascendo de forma independente, foram sendo completadas com outras medidas de caráter mais prático. *Colombia Nos Une* é o projeto que encarna os esforços conjuntos das instituições colombianas em matéria de incorporação política de imigrantes.

Programa *Colombia Nos Une* (CNU)

Em 2003 o Ministério de Relações Exteriores lançou o programa *Colombia Nos Une*, o qual “*busca fortalecer os vínculos com as comunidades colombianas no exterior, reconhecê-las como parte vital da Nação e fazê-las objeto de políticas públicas*”. O programa foi lançado no “Seminário de Migração Colombiana e a Formação de Comunidades Transnacionais”, realizado no dito Ministério em junho de 2003, com a participação de mais de duzentas pessoas que trabalham a temática migratória. *Colombia Nos Une* recolhe as iniciativas e projetos existentes com o objetivo de fortalecer o trabalho do Ministério na assistência aos expatriados e na promoção de comunidades colombianas no exterior.

Dessa forma, a Presidência da República busca convocar as comunidades colombianas no exterior, tomando as medidas necessárias para que sejam incluídas dentro das políticas de Estado, “*valorizando-os como cidadãos transnacionais que conservam seus princípios, mas que se moldam à cultura dos países que os acolhem, característica particular que lhes permite desenvolver-se amplamente em qualquer uma das duas sociedades*” (<http://www.colombianosune.com>).

As palavras do discurso inaugural do Programa, no Seminário sobre migrações internacionais, evidenciam o empenho colocado nele pelo atual governo da Colômbia: “*ele responde a um compromisso do atual Presidente, quem desde a sua candidatura o incluiu dentro do Manifesto Democrático e hoje é uma meta presidencial consignada no Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2006...*” A seguir, o texto completo do item “comunidades colombianas no exterior”, extraído do Plano Nacional de Desenvolvimento desse período presidencial. Na última sentença do parágrafo, a ligação do programa com os envios de dinheiro do exterior é explícita.

Comunidades Colombianas no Exterior

O Governo Nacional realizará uma política relacionada com os diversos grupos que formam a comunidade colombiana no exterior, com o propósito de estimular seu sentido de pertença e identidade nacional. Essa política inclui a identificação e caracterização dos diferentes grupos de colombianos no exterior; a continuação dos programas de assistência às comunidades colombianas no exterior, a busca de possíveis acordos de migração de trabalhadores e de previdência social; a promoção de associações de colombianos e o fortalecimento dos vínculos do governo com elas; e o impulso de um mecanismo para facilitar a entrada de remessas de colombianos no exterior.

O Ministério de Relações exteriores apoiou essa iniciativa dentro da Política Exterior e a transformou num dos seus sete objetivos principais. Por sua vez, o programa tem três objetivos gerais:

- Propiciar o estabelecimento de vínculos positivos entre as comunidades colombianas no exterior e no país, gerando benefícios mútuos.
- Gerir mecanismos orientados a melhorar suas condições de vida nos lugares de residência.
- Facilitar a interação das associações de colombianos no exterior entre si e com o país.

Na atualidade há mais de 400 associações de colombianos no estrangeiro identificadas pelo *Colombia nos Une*, por meio das quais têm se encaminhado ações diversas, sobretudo para agilizar trâmites burocráticos nos consulados e para facilitar o ingresso de doações, e se criado incentivos tributários para a filantropia e para impulsionar projetos de apoio aos migrantes das próprias regiões de origem.

Exemplos da gestão desse programa são os acordos de cooperação com países europeus assinados a partir de 2003, como o convênio que permite aos colombianos residentes de maneira legal em Paris receberem atenção médica prioritária²¹, e aquele que possibilita a obtenção da carteira de motorista espanhola com a colombiana, promovido pelo próprio Ministério de Relações Exteriores. *“Os interessados em se beneficiar dessa determinação poderão preencher o Impresso Oficial da Chefatura correspondente, apresentar o original do documento de identificação espanhol e uma fotocópia do mesmo. Também deverão entregar o original da carteira legalmente expedida na Colômbia, apresentar o certificado médico de um CRC (Centro de Reconhecimento de Motoristas) que seja localizado na província onde se solicita a homologação. O dito certificado tem em média um valor de EUR\$27, e a taxa da solicitação é de EUR\$16,20”* (<http://www.minrelext.gov.co>).

Outras medidas complementaram a gestão sobre o controle das remessas. A lei 835 de 2003 eliminou a retenção dos 3% delas, vigente até aquele ano.

Os conselhos Comunitários

²¹ “...O acordo de cooperação foi possível graças aos médicos colombianos Ximena Marsiglia e Hernando Salcedo da policlínica do Hospital Saint Antoine em Paris, instituição mediante a qual o serviço vai ser apresentado” Tomado de [http:// www. Colombia.com/especiales/2003/resumen/actualidad/politica.asp](http://www.Colombia.com/especiales/2003/resumen/actualidad/politica.asp)

Os chamados “Conselhos Comunitários” são um mecanismo de interação popular implementado no governo de Álvaro Uribe Velez para recolher as demandas da comunidade, que também tem sido aplicado no *Colombia Nos Une*. Consistem em reuniões tipo fórum com representantes do governo e da população e, para o caso dos colombianos no estrangeiro, têm o propósito de *“fortalecer a confiança na Colômbia. Sob o chamado de que todos os colombianos são embaixadores, esta Missão pretende que as Comunidades Colombianas no exterior sejam os atores principais da democracia que o país necessita, convertendo-se em porta-vozes e promotores para uma melhor compreensão da Colômbia nos países de residência”*. (<http://www.colombiaembassy.org>)

Esses “Conselhos Comunitários” são uma das ferramentas que as embaixadas da Colômbia têm utilizado para arrecadar informação, propostas e análises que ajudem a esclarecer os pontos prioritários do *Colombia Nos Une*, como a criação de redes transnacionais, participação econômica, proteção social, educação, participação política, cultura, pacotes de projetos, adequação de assuntos consulares e a seqüência do acompanhamento populacional aos colombianos nos países onde essas medidas são levadas à prática. Por exemplo, desde junho de 2003 a embaixada da Colômbia em Tóquio, cuja jurisdição inclui Austrália, Singapura e Nova Zelândia, tem mantido reuniões com as comunidades de colombianos residentes nesses países, nas cidades de Saitama, Fukuoka, Yamato, Goi, Fuji, Nagoya, Sennan e Fujishi com o propósito de receber *“inquietações, aspirações de desenvolvimento ou qualquer idéia que seja em benefício da comunidade ou da Colômbia”*. (op. cit)

Nos ditos conselhos, os participantes estabelecem um diálogo direto com o embaixador e o cônsul. A missão diplomática recolhe os principais pontos, demandas e iniciativas dos cidadãos e/ou organizações na reunião, que são levados em conta para a contínua re-estruturação do Programa. Outras embaixadas colombianas, como a estabelecida na Polônia, estão atuando de maneira similar nos últimos anos.

As Redes Eletrônicas

A primeira tentativa governamental para organizar a comunidade no exterior através da internet foi em 1992, quando surgiu a “Red Caldas”, uma rede eletrônica construída para promover a

comunicação entre os acadêmicos colombianos que residem no país e no exterior. Criada pela COLCIENCIAS (Instituto Colombiano para o Desenvolvimento da Ciência e a Tecnologia), essa rede tinha como objetivo principal servir de *“instrumento de comunicação para o intercâmbio de conhecimentos científicos e tecnológicos entre os pesquisadores colombianos que se encontram fora do país e a comunidade científica nacional, com o fim de vinculá-los às atividades de ciência e tecnologia do país”*.

Segundo o seu *site* na internet (<http://www.colciencias.gov.co/redcaldas/index.php>), a Rede Caldas é uma estratégia nacional enquadrada nas políticas de internacionalização da ciência, definidas pelo Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Os objetivos dessa política são facilitar o estabelecimento de uma comunidade virtual do conhecimento, liderada por científicos e pesquisadores colombianos dentro e fora do país, e a execução de um programa de participação e apropriação pública de conhecimento científico e tecnológico na Colômbia.

Em 2001 a COLCIENCIAS iniciou o projeto de re-estruturação da Rede com o fim de oferecer um maior conteúdo temático, ao mesmo tempo em que tinha *“o objetivo de consolidar os vínculos entre a comunidade científica colombiana no exterior e os problemas do país, e permitir evolucionar numa rede de aprendizado e transferência de conhecimento apta a difundi-lo”*. Assim, desenvolveu uma plataforma tecnológica que permite promover debates virtuais utilizando as ferramentas eletrônicas disponíveis como foros, *chats*, listas de correio eletrônico e publicações em linha de documentos base e resultados dos debates por meio de redes temáticas. *“As redes temáticas darão a Red Caldas maior valor agregado e permitirão vincular grupos de pesquisadores associados ao redor de temas estratégicos, e recolher seus conhecimentos e experiências que, sem dúvida, contribuirão para o desenvolvimento do país”*.

Em novembro de 2004, enquadrado no CNU, o Ministério de Relações Exteriores lançou a “Rede de Estudantes Colombianos no Estrangeiro”. Uma rede eletrônica que pretende estabelecer um contato direto entre a “diáspora” acadêmica colombiana com alunos, professores e pesquisadores concidadãos no país e no exterior. O objetivo é *“estabelecer um cenário de comunicação que permita aos seus membros se integrarem entre si e com seu país”*.

Desde o começo, a rede incentivou a criação de subgrupos administrados por um de seus membros localizados nos diferentes cantos do mundo. Em particular, trata-se da troca de múltiplas e diversas informações relativas a temas de interesse comum para colombianos no exterior. Assim, a rede conta hoje com alguns “nodos” ou sub-redes em cidades como Barcelona, Paris e Madri, onde em geral se discutem assuntos relacionados com a Colômbia vista de fora, trazendo à tona tópicos de importância política nacional (como em quem votar nas próximas eleições para presidente ou congresso da República) e mundial (como os Direitos do Migrante ou as políticas migratórias contemporâneas). Também se compartilham vivências pessoais da experiência da migração, as pessoas contam como viver e como chegar em outros lugares do mundo, informam-se sobre trâmites legais de imigração, hospedagem, eventos culturais, atividades de lazer nas cidades onde há colombianos e se promovem confraternizações entre eles. Além do intercâmbio virtual, são realizadas reuniões presenciais permanentes, nas quais se discutem ainda outros assuntos como as condições de retorno ao país depois dos estudantes terminarem seus cursos.

A rede também conta na atualidade com um *nodo* chamado “*Volver a Colômbia*” (Voltar à Colômbia), o qual confere a importância da iniciativa nos fluxos de ida e volta. Segundo o *site* na internet, ele pretende:

- “Gerar iniciativas para o retorno em boas condições dos estudantes que se encontrem no exterior e/ou melhorar as condições daqueles que se encontrem no país”.
- Propor idéias para o financiamento de colombianos que desejem estudar no exterior e propor iniciativas para melhorar as condições de pagamento daqueles que tenham se financiado com empréstimos.
- Gerar um espaço para compartilhar experiências e gerar uma rede de amigos”.²²

A marca Colômbia

Uma das últimas ações para fortalecer os vínculos entre colombianos no estrangeiro é a *Marca Colombia*. O objetivo dessa “estratégia sensorial de marketing direto”, como foi denominada pelos seus criadores encabeçados pela Primeira Dama da Nação, é “motivar aqueles que geram opinião, mídia especializada, investidores, personagens, promotores de turismo, para eles conhecerem o nosso país”.

²² <http://es.groups.yahoo.com/group/volveracolombia/>

A primeira etapa, chamada de “*muestra tu pasión*”, pretendia atingir o mercado doméstico incentivando empresários e mídia local a colaborarem com o projeto. A segunda etapa é chamada de “*Colombia is pasión*” e busca promover os produtos no mercado internacional e quer “gerar unidade em torno de uma imagem, vender o país com os mesmos argumentos”.

Além da criação de um *site* na internet, a marca Colômbia inclui camisetas, chaveiros, agendas e outros produtos de merchandising voltados a comercializar o país entre os colombianos dentro e fora das fronteiras nacionais. Vídeo-clips e propagandas em inglês e espanhol sobre a imagem da Colômbia continuam a circular na internet na segunda etapa do projeto.

Sem dúvida, essa iniciativa opera ancorada no mercado já aberto pelos exportadores colombianos no país, responsáveis por um outro importante fluxo sul-norte gerado pela demanda de bens e serviços colombianos que não poderiam ser transnacionalizados sem a presença de conterrâneos que conheçam e apreciem estes produtos. Existem múltiplos exemplos desse fenômeno²³, da venda de refrigerantes, cervejas e frutas exóticas em negócios de colombianos para colombianos, até a venda de doces e legumes próprios do país. Porém, a aquisição desses produtos no exterior é difícil, sobretudo na Europa, onde os monopólios no transporte e as travas à importação, impostas nos países da Comunidade Européia, obstaculizam a livre circulação deles.

Onde se Viver na Colômbia

Esta iniciativa nasce enquadrada no Colombia Nos Une e enuncia de forma direta o interesse das várias instituições colombianas nas remessas. Em 2005, a Proexport (Promotora Comercial de Exportações Não Tradicionais), a Câmara Colombiana da Construção e os Ministérios de Relações Exteriores, Ambiente, Vivenda e Desenvolvimento Territorial estabeleceram uma mesa de trabalho orientada a fomentar a compra no exterior de imóveis na Colômbia. Isso com o fim de “canalizar os recursos enviados pelos colombianos no exterior à poupança e ao investimento no país” (<http://www.colombianosenelexterior.com>). A estratégia intitulada “*Donde vivir en Colombia*” tem como atividade principal a realização de feiras imobiliárias nos Estados Unidos. As duas primeiras, as quais segundo o *site* obtiveram excelentes resultados em público e vendas, foram realizadas nas cidades de Miami e Nova Iorque.

²³ Ver por exemplo, <http://www.quehubo.com/pa/productos-colombianos/hatogrande/H> e http://www.agrotropical.andes.com/comida_colombia_etnica_alimentos_colombianos.htm

Seria muito apressado lançar hipóteses objetivas sobre os efeitos finais dessas medidas, pois as instituições continuam se adaptando às possíveis respostas dos indivíduos e organizações alvos das diferentes políticas e programas. Não obstante, a partir do processo descrito até aqui, é possível examinar novas linhas de análise a fim de entender como estão se transformando os estados nacionais diante os novos fenômenos criados pelas migrações internacionais.

IMPLICAÇÕES POLÍTICAS DO CIRCUITO MIGRAÇÃO – REMESSAS – RE-INCORPORAÇÃO

Outras Motivações para a Re-Incorporação

No caso da América Latina, as transferências monetárias que representam grande parte do PIB em países de recente tradição migratória e de baixa renda constituem-se na razão principal pela qual um país elegeria re-incorporar seus emigrantes, porém existem outras explicações fundamentadas em motivações geopolíticas, diplomáticas ou relativas às mudanças particulares nos padrões migratórios²⁴ que poderiam incentivar medidas de aproximação, as quais, como se tem argumentado ao longo do trabalho, dependem das situações contextuais e das histórias migratórias particulares das nações. Uma explicação alternativa para o caso latino-americano está associada à existência e desenvolvimento de um sistema de concorrência eleitoral. Itzighson (2000) propõe que essa motivação está sujeita à vontade política institucional: na ausência de condições internas ou disposição das elites políticas para incorporar os migrantes aos projetos de nação, as medidas de extensão de direitos não seriam nunca concretizadas.

Não obstante, o autor também assinala que além da vontade das elites, também é necessária pelo menos uma de quatro condições que, se combinadas, podem ser traduzidas em hipóteses alternativas na busca das razões para a re-incorporação. A primeira delas diz respeito à viabilidade dos partidos políticos de oposição. Isto significa que se os partidos políticos de oposição têm maior capacidade de influência sobre os migrantes, e se estes, por sua vez, podem influenciar de forma política e econômica as suas comunidades de origem, é mais provável que os grupos no poder tenham maior interesse em se aproximar das comunidades de emigrantes, com a intenção de controlar e cooptar as formas de organização política que elas tenham desenvolvido em seus países adotivos e, dessa maneira, evitar que sejam controladas pela oposição.

A razão mais provável pela qual o Partido Revolucionário Industrial (PRI) se opôs à extensão de direitos políticos dos mexicanos no estrangeiro tem a ver com a percepção de que tais direitos

²⁴ Uma exposição aprofundada sobre o tema encontra-se em SHEFFER G, (1986) *Modern Diásporas in International Politics* London: Croom Helm

favoreceriam mais ao partido PRD, devido à oposição que ele tinha fomentado entre os mexicanos no exterior. No caso colombiano, é possível que o partido de esquerda PDI, diante da probabilidade de ganhar eleitores dentro do território nacional, tenha incentivado a validade exclusiva dos votos depositados no estrangeiro na eleição para deputado dos colombianos no estrangeiro.

Na elaboração de seu argumento, Iltzighson também apela para a existência de uma crise de legitimidade que demanda a emergência de novos autores autônomos do Estado. Isto é, tanto em contextos de legitimidade do sistema democrático, como em projetos de desenvolvimento econômico-nacionalistas, os atores antes esquecidos ou suprimidos do ideário nacional adquirem maior relevância. No caso colombiano, minorias indígenas, negras e comunidades de migrantes no exterior foram reconhecidas como tal na nova constituição, depois de um período convulsionado pela guerra dos cartéis que teria provocado o aumento dos deslocamentos internos e externos. Assim, com a necessidade explícita de incorporar novos atores políticos para aumentar a sua legitimidade e capacidade de ação política, os estados nacionais que antes esqueceram seus emigrantes, buscam agora recuperá-los através de diferentes ações que variam dependendo da composição e capacidade de influência das comunidades de migrantes no exterior.

A terceira condição para incentivar labores de re-incorporação política de migrantes, segundo o autor, encontra-se no fato de que cada vez mais os emigrantes tendem a exercer maior impacto político em suas comunidades de origem, pois é a esses lugares que eles voltam a cada ano e para onde mandam parte do dinheiro que ganham no exterior. É aí onde o investem de forma esporádica em atividades econômicas e de infraestrutura, como por exemplo a construção de uma estrada ou a criação de um programa de bolsas de estudo. Por isso, os emigrantes têm adquirido uma grande importância para os governos locais tanto a níveis estatais ou provinciais, como municipais. Quanto maior é a capacidade de influência econômica e política dos emigrantes sobre seus governos locais, e quanto maior a capacidade de influência dos governos locais sobre os poderes federais ou centrais, é mais provável que os estados que expulsam pessoas tendam a adotar políticas de incorporação política e/ou econômica. Esse tipo de situações é aplicável a alguns casos dos países da América Central, nos que existem cidades com prefeitos que já foram imigrantes ilegais nos Estados Unidos, o que tem significado modificações nos exercícios dos poderes locais em favor da retroação dos fluxos (Robinson, 2003)

A quarta condição reivindica a presença de coalizões ou interesses que se opõem a um papel ativo do Estado na promoção do desenvolvimento social; visto que os Estados nacionais e suas elites políticas mostram cada vez menor interesse em se responsabilizarem de maneira exclusiva para motivar o desenvolvimento social de suas populações, eles tendem a procurar fontes alternativas para atender problemáticas relativas a processos que requerem da ação coletiva. Uma dessas fontes são as comunidades no exterior. Em troca de direitos políticos ou civis, os Estados nacionais buscam suas comunidades no estrangeiro para elas assumirem um papel motivador do desenvolvimento das suas comunidades e do seu país de origem. Os conselhos comunitários no estrangeiro, o ativismo mostrado pelos consulados nos últimos cinco anos e as diferentes campanhas do Ministério de Relações Exteriores Colombiano, por exemplo com as redes eletrônicas, mostram esse interesse particular ao tentarem identificar as diferentes organizações de emigrantes no exterior.

Às quatro condições defendidas por Litzighson, no caso colombiano, poderia ser acrescentada uma outra: a superação da cultura política da não participação. Os migrantes representam um forte eleitorado em potencial, embora apenas uma minoria deles vote e participe de atividades formais. Tendo em vista o alto nível de abstenção que prevalece no território (55% nas últimas eleições presidenciais, segundo a *Registraduría Nacional del Estado Civil*), os colombianos no estrangeiro poderiam constituir-se em um bloco eleitoral significativo dados os altos níveis de educação que eles apresentam, sobretudo nos Estados Unidos. Não obstante, essa cultura de não participação também parece se reproduzir além das fronteiras (62%)

Ativismo das Instituições Colombianas na Prática

As tentativas de re-incorporação de migrantes aqui apresentadas se acrescentam a outras já efetivadas em outras épocas. O direito ao voto no exterior, por exemplo, outorgado em 1961, mostra o interesse inicial do Estado em se aproximar dos seus emigrados. Não obstante, essa disposição parece estar relacionada com a necessidade do Estado em legitimar a nova ordem política –

dominada pela “Frente Nacional”²⁵ – e por re-incorporar as elites políticas que tinham abandonado o país após um longo período de violência política e depois de uma ditadura militar – a de Rojas Pinilla. Embora os colombianos que residem fora do país terem passado a ter direitos políticos desde muito cedo, se comparados com outros casos como o do México, isto teve pouco a ver com demandas específicas destes emigrantes, ou com variáveis externas particulares como é o caso do envio de remessas.

As mais recentes estratégias dos organismos governamentais colombianos em matéria de aproximação aos emigrados revelam o interesse explícito na continuidade das milionárias transferências de dinheiro. Isto não apenas se observa na correspondência em tempo da sua aparição com os ditos fluxos norte-sul, mas, como vimos, nos objetivos pontuais de algumas delas. Na entrevista pessoal com o Representante à Câmara de Deputados, ele adverte:

“Uma das maiores entradas de dinheiro que a Colômbia tem agora são as remessas enviadas do estrangeiro, então eu não só represento às pessoas que moram fora, mas também os seus familiares que ficaram aqui e que dependem economicamente deles. Nesse sentido, também estou trabalhando pelo país, pois essas remessas ajudam um pouco a manter a estabilidade em muitos aspectos”.

De acordo com Laguerre (1999), essa motivação básica para se aproximar aos emigrados se enquadra no modelo econômico das relações entre o Estado e a diáspora, segundo o qual a migração é vista como uma fonte de moeda estrangeira para o governo, onde o contato é mantido com o propósito de utilizar as remessas para o desenvolvimento econômico da nação. A natureza das relações entre Estado e diáspora está definida aqui pelo contexto das realidades econômicas e os ganhos financeiros (p 639).

Contudo, essas relações que em princípio estão fundamentadas no dinheiro enviado aos familiares dos indivíduos no estrangeiro, também reivindicam o papel do Estado no mundo globalizado. No plano político e institucional, a globalização das economias outorga uma responsabilidade crescente às empresas multinacionais, às ONGs e às organizações de consumidores, ampliando o número de atores a nível internacional. Porém, ainda que os sujeitos de Direito Internacional (Estados) tenham perdido importância como consequência do enfraquecimento das bases da sua soberania (em particular o território, mas também a população, o exército e a fazenda (Gonzalez, 2003)), nas atividades

²⁵ Pacto entre o partido Liberal e o Conservador para dividirem a presidência da República de quatro em quatro anos. Criado para que durasse vinte anos, mas que em sentido estrito durou 16 (1958-1974). Foi concebido como um acordo de não agressão entre os partidos e garantia a paridade nos cargos do Estado.

que tentam recuperar os migrantes na cena política, o Estado colombiano reflete a necessidade de se transformar à medida das exigências globais.

Segundo Hall & Taylor (2003), não só as instituições fornecem informações úteis de um ponto de vista estratégico, como também afetam a identidade, a imagem de si e as preferências que guiam a ação. Assim, o espaço gerado pelos fluxos de informação, pessoas, dinheiro e produtos é utilizado para reconstruir a imagem que têm das instituições colombianas aqueles que de certa maneira foram obrigados a sair do país em outras épocas. Um exemplo simples ilustra este argumento. Sem dúvida, a instituição bandeira do governo colombiana atual é a das Forças armadas. Álvaro Uribe Vélez chega à presidência em 2002 com o intuito de fortalecer o aparato militar para progredir na solução do conflito armado interno que vive o país; no entanto, nos últimos anos membros da polícia e do exército nacional têm sido objeto de investigações judiciais por parte de organismos internos, gerando fortes críticas das organizações internacionais em prol dos direitos humanos e de observadores do Direito Internacional Humanitário. Como parte da campanha publicitária da Marca Colômbia, membros do exército nacional assistiram a um desfile de modas, acompanhados de algumas celebridades nacionais,

“Ángela Montoya, Gerente da campanha Colombia Es Pasión, deu de presente aos militares o dual disk da Música “Somos Pasión”, como símbolo de esperança e de orgulho de termos homens combatentes que lutam pelo país, e que combinam com a política de Colombia Es Pasión”
(<http://www.colombiaespasion.com/noticia.php?id=452>).

Observe-se em expressões como “esperança” e “orgulho de homens combatentes” valores que se pretendem universais, mas que dada a conhecida situação social, política e militar do País, poderiam ser interpretadas por um colombiano em qualquer lugar do mundo de maneira particular. Em ausência de organizações representativas entre migrantes colombianos (Guarnizo 2003, 2004), em palavras de Hall e Taylor,

“os indivíduos recorrem com frequência a protocolos estabelecidos ou a modelos de comportamento já conhecidos para atingir seus objetivos (...) As instituições fornecem modelos morais e cognitivos que permitem a interpretação e a ação. [Sob a perspectiva cultural do institucionalismo histórico] o indivíduo é concebido como uma entidade profundamente envolvida num mundo de instituições composto de símbolos, de cenários e de protocolos que fornecem filtros de interpretação, aplicáveis à situação ou a si próprio, a partir das quais se define uma linha de ação” (p 197-198)

O objetivo da Campanha *Colombia es Pasión* – gerar unidade em torno de uma imagem, todos vendendo o país com os mesmos argumentos – , materializaria essa linha de ação na restauração da imagem da Colômbia no Exterior, reivindicando o mercado e seus meios de expansão transnacional como aliados das instituições em todo lugar, e não como rivais em um só território.

De acordo com Sassen (2001), a globalização implica também a re-localização das funções da governabilidade pública nacional em áreas privadas transnacionais, assim como o desenvolvimento dos mecanismos necessários para acomodar os direitos do capital global dentro do território dos Estados nacionais. O crescente envolvimento das instituições cambiais internacionais nas negociações que têm a ver com as novas políticas para dar continuidade às remessas mostra o acoplamento dos Estados com a economia global e o importante papel desempenhado pelas instituições nacionais no circuito migração – remessas – re-incorporação política.

Esses fatores que dão conta das transformações dos estados no mundo global têm permitido também o surgimento de novos atores sociais que influem nos processos políticos das suas comunidades de origem, dando lugar à abertura de setores políticos de negociação social entre o Estado-nação, o governo e os transmigrantes. Exemplo disso é a gestão encaminhada por alguns setores para eliminar a validade dos votos no Deputado dos Colombianos no Exterior no interior do território.

Na atualidade, a região da América Latina atravessa uma etapa de transição, onde o respectivo processo político em diferentes contextos e países se adapta ao fato contundente de que aqueles que hoje apóiam a estabilidade social com seus envios de recursos, não têm ainda uma representação eficaz na distribuição do poder em casa, explicando, de outra perspectiva, o interesse crescente dos governos em se aproximarem das suas diásporas.

Contudo, essas medidas específicas de re-incorporação na Colômbia ainda não obedecem em sua totalidade a pressões diretas de comunidades organizadas conscientes da importância do envio de dinheiro para o país, elas são sim produto das questões relativas a essa adaptação exigida ao Estado pelo mundo global, no qual as instituições devem lutar pela sua vigência e permanência. Assim sendo, são os balanços de poder interno que determinam a intensidade da re-incorporação. Embora no caso da cidadania dupla as comunidades no exterior terem se mostrando mais ativas do que antes nas suas demandas políticas e econômicas, a influência delas não pode ser entendida como o fator principal que determinou a sua aprovação na Constituição de 1991. Isso pode ser observado no fato de que pelo menos desde 1984, os colombianos no estrangeiro vinham fazendo

gestões com o Estado para que esse direito fosse reconhecido; apesar disso, as suas demandas só encontraram resposta quase sete anos depois, sendo evidente que requereram a inserção em dinâmicas de poder internas para serem consideradas.

Foi assim de fato. A dupla cidadania foi aprovada num contexto muito particular e definida pelo menos por duas circunstâncias. Primeiro, uma dramática crise de legitimidade do Estado colombiano e uma tentativa ambiciosa das elites desse país por reformarem o aparato estatal e ampliarem os espaços de participação política. Segundo, um momento histórico em que as demandas das minorias políticas na Colômbia – incluindo não só os emigrantes, mas também negros e indígenas – tinham o espaço e a força para serem consideradas pela primeira vez. Assim, é claro que o Estado colombiano tem desempenhado um papel independente em determinar e moldar as políticas de incorporação dos seus emigrantes, pois embora tenham conseguido o direito de eleger quem os representaria no Congresso Nacional, a legislação respectiva tardou nove anos para ser aprovada; além do mais, o Representante dos Colombianos no Exterior chegou na cadeira em circunstâncias muito particulares e como consequência de uma iniciativa que pouco considerou as fragmentadas comunidades no estrangeiro; pelo contrário, ela teve a ver com o desejo e predisposição de algumas elites interessadas em reforçar sua participação no poder central.

É importante esclarecer ainda que embora os Estados que exportam cidadãos representem um papel muito importante em organizar a vida política e transnacional dos migrantes, estes não têm sobre eles um controle absoluto (Smith 2003). As políticas de incorporação de emigrantes não representam um ato único e definitivo. Cada Estado incorpora os seus emigrantes de maneira mais ou menos ampla e de modos que prometem consequências políticas e econômicas muito diferentes. Esse tipo de situação observa-se no fato de que, em vários casos, as políticas adotadas pelos Estados com tradição em saída de pessoas tiveram resultados esperados, mas também inesperados em outros. Ainda que em algumas situações esses Estados tenham estimulado uma atitude ativa dos que saíam, por exemplo, incentivando-os a investirem as remessas em projetos de tipo produtivo, também motivaram a emergência de novas formas de organização política que agem de maneira marginal ou em oposição a eles mesmos. Por exemplo, a emergência de grupos que têm desafiado o Estado mexicano, como a Coalizão de Mexicanos no Exterior (CIME), teve como base

prévia a mobilização política dos imigrantes influenciada de maneira involuntária pelo mesmo Estado mexicano ao implementar algumas tentativas de aproximação.

O primeiro objetivo do Programa *Colômbia nos Une* destaca a idéia de estabelecer vínculos mais estreitos entre as comunidades colombianas no estrangeiro “que gerem benefícios mútuos”. Isto mostra o intuito estatal de unificar interesses entre os atores envolvidos no processo para tentarem evitar esse tipo de resultados, reafirmar-se como instituição e desta forma facilitar a resolução de dilemas relativos à ação coletiva, visto que quanto mais uma instituição contribui para resolver esse tipo de dilemas, ou quanto mais ela torna possíveis os ganhos resultantes de trocas, mais ela será robusta. Em consequência, os colombianos no estrangeiro, carentes de uma base institucional sólida que responda às suas demandas nos países receptores, acabam se acolhendo àquilo que é oferecido pelo Estado colombiano nos limites territoriais, mostrando ainda mais como “os indivíduos se aderem a esses modelos de comportamento porque o indivíduo perderá mais ao evitá-los do que ao se aderir a eles” (Hall & Taylor, 2003).

A entrevista feita com o Representante dos Colombianos no Estrangeiro mostra como o interesse do Estado em legitimar uma cadeira no Congresso tem a ver com o fortalecimento da instituição mesma e não com a busca das comunidades no exterior por demandas específicas. No depoimento, o deputado adverte para a impossibilidade de influenciar os organismos de outros países em favor dos colombianos no estrangeiro; portanto, só resta lutar por “*coisas que talvez não sejam aquilo que os colombianos no estrangeiro quisessem, porém são problemas que eles têm*” e aceita que essa primeira representação procura uma “estruturação da cadeira” para os próximos no cargo.

O comportamento político dos emigrantes também seria mediado por outros fatores que dependem de maneira exclusiva da história de cada país. O estudo desenvolvido por Guarnizo, Portes e Haller (2003) nos Estados Unidos, mostra como o estigma do narcotráfico e da guerra na Colômbia desempenha um papel importante no desenvolvimento da vida e das relações entre migrantes. Segundo eles, impera uma iniciativa individual antes que grupal, isto é, o apoio é restrito aos conhecidos, enquanto a solidariedade aparece de maneira episódica, como em desastres naturais ou para compatriotas com necessidades extremas. Essa ausência de solidariedade no exterior de certa forma parece ser compensada por um profundo e não poucas vezes militante nacionalismo,

numa constante preocupação pela situação do país e no reforço de relações de solidariedade com familiares e amigos na Colômbia, em alguns casos traduzida em contribuições a causas caritativas e comunitárias pontuais para o desenvolvimento das suas áreas de origem.

Assim, a teorização sobre essa condição transnacional da política por parte de organizações de emigrantes encontra-se ainda em uma etapa incipiente, pois embora as tentativas de re-incorporação ajam no “espaço dos fluxos”, a ação política dista de ser extensiva, dissidente e desterritorializada, como argumentaram alguns. Pelo contrário, é uma atividade exercida por uma minoria reduzida que transcorre em ambos os pólos do circuito migratório, realiza-se em jurisdições territoriais específicas e tende a reproduzir as hierarquias de poder assimétricas existentes (Guarnizo et al, 2003). Em outras palavras, se não há vontade política para esses processos se concretizarem, eles nunca ocorreriam.

À GUIA DE CONCLUSÃO

As motivações para migrar dos países da América Latina encontrariam um comum denominador na pobreza e desigualdade da região, produto das dinâmicas do sistema produtivo atual. Embora os migrantes internacionais, na maioria dos casos, não sejam os mais afetados pelas condições econômicas extremas sofridas nos seus países de origem, eles devem enfrentar a dualidade implícita resultante do processo e se decidirem entre a permanência, em uma sociedade que os exclui através do clima de incerteza, e a possibilidade de melhorarem as próprias condições de vida em uma outra que os atrai por meio de sonhos de consumo, paz e tranquilidade. No entanto, a complexidade das migrações internacionais atuais não apenas é perceptível no clima hostil dos países mais pobres que incentivam os deslocamentos para os países mais ricos, mas nas cada vez mais fechadas fronteiras destes últimos, que tornam os movimentos mais seletivos.

Os deslocamentos se completam pela existência de outros mecanismos que estão além do diferencial de salários e das condições diferentes entre países e regiões. As redes sociais, favorecidas pelos avanços nas telecomunicações e pelos sistemas de informação, também fazem parte dos incentivos para abandonar esses territórios e propiciam condições em outros onde seria possível perseguir mais e melhores oportunidades. Os novos migrantes agem nesse espaço que permite a permanente conexão entre origem e destino e transformam as relações econômicas, sociais e políticas entre ambos.

Essa ligação dos emigrados com seus países de origem é manifestada na América Latina no crescente fluxo de remessas e nos direitos outorgados aos migrantes pelos estados de origem. Os dinheiros enviados do exterior são expressão dos estreitos vínculos entre famílias separadas pela distância territorial, demonstram a constante interação entre elas e são unidades sociais transnacionais integradas graças às facilidades que hoje oferece o mundo globalizado em matéria de transportes e meios de comunicação. As circunstâncias de intercâmbio contínuo de dinheiro e informação entre migrantes favorecem também a inserção dos Estados nacionais no circuito migratório e trazem à tona o novo papel do estado em um ambiente de globalização das economias, no qual ele parecia não fazer parte ativa, já que neste contexto é o mercado quem possui a principal

função reguladora. Não obstante, a partir da década de 1990, as medidas que pretendem trazer de novo ao cenário político aqueles que não habitam mais o território nacional começaram a ser intensificadas em vários países da América Latina e do Caribe, reivindicando desta forma o papel do Estado no processo migratório, ao tempo que as milionárias transferências de dinheiro afetavam a economia das suas nações e aliviavam as carências produzidas pelo avanço das formas de produção capitalista.

Este trabalho focalizou o caso da Colômbia como país possuidor de formas diferenciadas e ambiciosas de re-incorporação. Ao voto no estrangeiro, outorgado em 1961, foram acrescentados em 1991 o direito à cidadania dupla e a possibilidade de eleger um deputado na Câmara de Representantes do Congresso Nacional, além de serem implementadas uma série de disposições institucionais inovadoras que servem como referência para países cujos governos e setores acadêmicos já demonstram interesse no circuito analisado²⁶. Ao longo da dissertação se mostra como as instituições nacionais são facilitadoras do processo global e o Estado um ator independente do território, que ao adotar diferentes estratégias e políticas públicas é capaz de afetar a cultura política e de motivar certas vias de organização e ação política e não outras.

Pela sua vez, o Estado se transforma ao interagir com indivíduos, organizações e assuntos de ordem estrutural. O grande fluxo de pessoas que parte da América Latina, o bilionário fluxo de dinheiro recebido nesses países, que influi na sua estabilidade e que propicia as mais recentes tentativas de re-incorporação, sugerem outras formas de perceber não só o processo migratório como um todo, mas noções e concepções elementares no campo político e social.

Em primeiro lugar o conceito de diáspora tem sido desestabilizado com o crescimento da migração de retorno (Laguerre, 1999). Ao tempo que as condições de instabilidade dos países de origem e as redes de comunicação promovem a migração, contempla-se a idéia do retorno. Os Programas *Colombianos Seguros en el Exterior* e *Donde Vivir en Colombia*, além de tentar canalizar as remessas, admitem a possibilidade da e incentivam a volta de seus habitantes para o território. Isto também é observável nas redes eletrônicas emergidas das instituições colombianas, as quais têm

²⁶ Para o caso uruguaio, veja-se Natalia Moraes Mena "Entre el Transnacionalismo y la Relocalización: Un Estudio del Movimiento asociativo del movimiento de los uruguayos en España". Cuarto Congreso Sobre la Inmigración a España, Girona Novembro de 2004 em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-667.htm>

desenvolvido altos níveis de organização, a ponto de seus membros procurarem emprego no país, por exemplo, através do nodo *Volver a Colômbia*.

Além de tudo, os Estados nacionais, ao pretenderem estender sua autoridade e fazer a nação ir além do território para incorporar seus migrantes, fazem com que as noções de nação, cidadania e soberania também não possam ser pensadas na forma como foram entendidas desde o século XIX, quando a nação se equiparou com a idéia de Estado, enquanto este último supunha-se dominando um território específico e delimitado. A nação volta a se apresentar como primordial, mais como uma forma de pertença a uma comunidade étnica e cultural, do que a uma comunidade política²⁷. A soberania tende a parecer-se mais com a idéia medieval de diferentes soberanias territoriais superpostas umas com outras, nas que súbditos podem participar em múltiplas jurisdições, e contrasta com a noção de soberania moderna, que diz respeito a uma autoridade final e absoluta em um único território. (Held, 1989). De igual maneira, a extensão de direitos políticos aos migrantes cria diferentes tipos de cidadãos, contrastando com a concepção de cidadania horizontal procurada ao longo do século XX – todos somos iguais diante da lei e temos os mesmos direitos e obrigações.

O exercício de direitos e deveres como indivíduo portador de uma nacionalidade ou de uma cidadania, em contextos de circulação contínua de pessoas entre nações e territórios, torna-se ainda mais complexo se nos determos em questões de tipo prático como a atenção à saúde, ou acesso à educação, temas que merecem atenção. No presente, a dupla cidadania outorga direitos cidadãos nominais àqueles colombianos que escolheram adquirir uma segunda nacionalidade; não obstante, ainda não está claro como esses direitos nominais se transformam em direitos substantivos.

A entrevista com o deputado Jairo Martinez ratifica a impossibilidade real dos Estados em contribuir com a defesa dos direitos cívicos e humanos dos cidadãos no estrangeiro, para melhorar as condições de vida e de trabalho dos imigrantes. Outras questões vêm à tona que são de importante utilidade para a análise: se as condições precárias dos países estão sendo aliviadas pelas remessas enviadas pelos migrantes, como entender o apoio oficial aos cidadãos no estrangeiro vistos como parte da sociedade civil? Como o veriam os mais pobres, que em geral tão pouco apoio recebem do

²⁷ Ver, por exemplo, Habermas, Jürgen. (1992) "Citizenship and National Identity: Some Reflexions on the Future of Europe." *Praxis International*. Vol 12 No1, April. Guarnizo(1988) e Smith (2003).

Estado dentro do território nacional? No caso da Colômbia, como veriam o dito apóio aqueles deslocados de maneira violenta dentro do país? Sem dúvida, chegará o momento em que eles se perguntarão: por que favorecem quem vai e não quem fica? Nesse sentido, essas medidas de re-incorporação se tornariam um incentivo para a migração, pois é provável que os cidadãos passassem a acreditar que para serem reconhecidos pelo Estado e como parte da sociedade civil seja necessário abandonar o seu país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aleinikoff, Alexander. *Between Principles and Politics: U.S. Citizenship Policy*. From Migrants to Citizens: Membership in a Changing World. Washington: Carnegie Endowment for International Peace: 119-171, 2000.

ALOP. Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción *Migración Latinoamericana hacia Europa y Políticas Europeas* Septiembre, 2003
http://www.alop.or.cr/nuestro_proyectos/union_europa/observatorio/

ADELMAN, I e TAYLOR E "Is Structural Adjustment with a Human Face Possible? The Case of Mexico" *Journal of development Studies*, 26 (3) pp 387-407, 1990.

BINFORD. Migrant Remittances and (Under) Development in Mexico Critique of Anthropology, Sep; 23: 305 – 336, 2003.
<http://coa.sagepub.com/cgi/reprint/23/3/305>

BLANCO, C, *Las Migraciones Contemporáneas*, Madrid: Alianza Editorial, 2000

Brown, R. "Estimating Remittances Functions for Pacific Island Migrants" *World Development*, Vol. 25, # 4, pp. 613-626, 1997.

CADENA, Ximena e Mauricio CÁRDENAS . *Las Remesas en Colombia, costos de Transacción y lavado de Dinero*" FEDESARROLLO Working Paper N°26, 2004.
<http://www.chass.utoronto.ca/link/meeting/papers/xc200505.pdf>.

Camarota. *Immigration From Mexico*, 2005. *Assessing the Impact on the United States* CIS em <http://www.cis.org/articles/2001/mexico/mexico.pdf>

CANALES, Alejandro e ARMAS, Israel M *Remesas e Inversión productiva em Comunidades de alta Migración a Estados unidos. El Caso de Teocaltiche, Jalisco*. Migraciones Internacionales, Enero-julio Vol 2 N°. 3 Colegio de la Frontera Norte, Tijuana México. Pp 142-172, 2004.
<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/151/15102306.pdf>

CASTELLS, M. 'Grassrooting the Space of Flows', *Urban Geography* 20: 294-302, 1999.

CASTRO Max J *Free markets, Open Societies, Closed Borders? Trends in International Migration and Immigration Policy in the Americas*. North south Center press University of Miami, 1999.

Constituição Política da Colombia 1991.

CHAMI, Ralph, C. Fullenkamp, and S. Jahjah, 2003, "Are Immigrant Remittance Flows a Source of Capital for Development?" International Monetary Fund Working Paper 03/189 em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2003/wp03189.pdf>.

CELADE. *Un Examen de la Migración Internacional en la Comunidad Andina*. CEPAL – OIM, 1999.

CEPAL – ECLAC 2000 – Migración internacional en América Latina IMILA Boletín Demográfico No. 65

CNU Colombia nos Une, Memorias del Seminario Sobre Migración Internacional Colombiana y la Formación de Comunidades Transnacionales. Bogotá: Ministerio de Relaciones Exteriores, DANE, AESCO, Corporación Alma Mater, UNFPA, OIM: 25-43, 2003.

DIAZ Luz M *Globalization and Transnationalization between Colombia and Venezuela: New Migratory Trends* em CASTRO M “Free Markets, Open Societies, Closed Borders? Trends in International Migration and Immigration policy In the Americas” North-South Center Press – University of Miami, 1999.

DURAND J, Emilio Parrado e Dougla S. Massey, “Migradollars and Development: A reconsideration of the Mexican Case”. *International Migration Review*, 30 (2) pp 423-444, 1996.

ESCOBAR, Cristina. “Migración y Derechos Ciudadanos: El caso Mexicano”. Conferencia Migración México-Estados Unidos, Princeton-IISUNAMM Taxco, Enero 27-30, 2005.

GAMARRA, Eduardo La Diáspora Colombiana en el Sur de la Florida, em Seminario Sobre Migración Internacional Colombiana y la Conformación de Comunidades Transnacionales. Bogotá: Ministerio de Relaciones Exteriores, DANE, AESCO, Corporación Alma Mater, UNFPA, OIM 45:62, 2003.

GARAY Jorge Luis, RODRIGUEZ, Adriana *La Emigración Internacional en Colombia: Una Visión Panorámica a partir de la Recepción de Remesas*. Ministerio de Relaciones Exteriores, Organización Internacional para las Migraciones (OIM), 2005.

Glytsos, N *Determinants and effects of migrant remittances. A Survey* em International Migration, Trends, Policies and Economic Impact Djajić, S. Organizador. Routledge Contemporary Economic Policy Issues, London, 2001

GONZALEZ R. Maria de la concepción () El Control de Migraciones y la Globalización de las Economías ¿Fenómenos Compatibles? Revista del Ministerio de Trabajo y Asuntos sociales N.51, Madrid, 2003.

Disponível em <http://www.mtas.es/publica/revista/numeros/51/Inf05.pdf>

GUARNIZO Luis E. “The Rise of transnational Social formations: Mexican and Dominican State Responses to Transnational Migration” *Political Power and Social Theory* (12): 45-94, 1998.

GUARNIZO, Luis E e Luz Marina Diaz *Transnational Migration: A View from Colombia* Ethnic and Racial Studies. Vol 22, 22: 399-422 Março, 1999.

_____. “La Migración Transnacional Colombiana: Implicaciones Teóricas y Prácticas”. Em Seminario Sobre Migración Internacional Colombiana y la Conformación de

Comunidades Transnacionales. Bogotá: Ministerio de Relaciones Exteriores, DANE, AESCO, Corporación Alma Mater, UNFPA, OIM: 25-43, 2003.

------. "Emigración colombiana a los Estados Unidos: transterritorialización de la participación política y socioeconómica". Biblioteca Virtual del Banco de la República, 2004.

<http://www.lablaa.org/blaavirtual/sociologia/guarniz-1/indice.htm>

Guarnizo, Luis, Alejandro Portes e William Haller. "From assimilation to Transnationalism: Determinante of Transnational Political Action among Contemporary Migrants" *American Journal of Sociology*. 108: 1211–1248, 2003.

HALL P e TAYLOR M *As três Versões do Neo-Institucionalismo* Lua Nova No. 58: 193-223 T "Political Science and The New Institutionalism" *Political Studies*, dezembro de 1996, 2003.

HALPERN. *Neoliberalismo y Migración: Paraguayos en Argentina en los Noventa* em *Política y Cultura*, Primavera Num. 23 pp 67-82, 2005.

HELD, D *Political Theory and the Democratic State: Essays on State, Power and Democracy*. Cambridge, polity, 1989.

ITZIGSOHN J. Immigration and the boundaries of citizenship. *International Migration Review*. 34(4): 1126–54, 2000.

LAGUERRE, Michel S *State, Diaspora, and Transnational Politics: Haiti Reconceptualised*. *Journal of International Studies* Vol 28, No3, pp 633-651, 1999.

MASSEY, DOUGLAS., e Emilio PARRADO "International Migration and Business Formation in Mexico", *Social Science Quarterly* 79 (1). Pp 1-20, Martine, 1993.

MINES, R. *Developing a Community Tradition of Migration to the United States* Universidad de California, San Diego (Monographs in U.S.-Mexican Studies 3) 1981.

PAPADEMETRIOU Demetrios Philip L. MARTIN. *The Unsettled Relationship: Labor Migration and Economic Development*, Greenwood Press, New York, 1991.

PATARRA, N & BAENINGER R. *Migrações Internacionais Recentes: O Caso do Brasil* em: *Emigração e Imigração Internacional no Brasil Contemporâneo*. Neide Lopes Patarra Coordenador. Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil v.1 Campinas, Junho, 1996.

Poirine, B. "A Theory of Remittances as an Implicit Family Loan Arrangement" *World Development*, Vol. 25, #4, 589-611, 1997.

PRIES Ludger *New Transnational Social Spaces, International Migration and Transnational Companies in the Early Twenty-First Century*. Routledge London, 2001.

PUERTA, Ricard. *¿Cuántos Hondureños viven en Estados Unidos?*, 2004. Em http://rds.org.hn/ricardo-puerta/cuantos_hondurenos.html

RATHA, D Workers' Remittances: An Important and Stable Source of External Development Finance Global Development finance, 2003. Disponível em <http://rojasdatabank.info/gdf2003/ch07.pdf>

REICHERT, J *The Migration Syndrome: Seasonal U.S. Wage Labor and Rural Development in Central Mexico*, Human Organization, 40 (1), pp 56-66, 1981.

----- *A Town Divided: Economic Stratification and Social Relations in a Mexican Migrant Community*, Social Problems 29, 1982, pp. 411-423, 1982.

ROBINSON, S. *Algunas Implicaciones de las Emergentes Economías das Remesas*. Primer Coloquio Internacional Migración y Desarrollo: Transnacionalismo y Nuevas Perspectivas de Integración, 2003. Em <http://www.migracionydesarrollo.org>

RUSELL, Sharon Stanto. "Migrant Remittances and Development" *International Migration: Quarterly Review*, 30 (3/4), pp 267-287, 1992.

SALES, T. *O Trabalhador Brasileiro no Contexto das Migrações Internacionais*, em Neide Lopes Patarra - Coordenador. Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil v.1 Campinas, Junho, 1996.

SASSEN, S. *Cracked Casings. Notes towards an analytics for studying transnational processes*. Em Pries L. editor *New Transnational Social Spaces. International Migration in the early twenty-first century*. Routledge. New York, 2001.

SELA. *Migraciones y remesas en América Latina y el Caribe: Los flujos intrarregionales y las determinantes macroeconómicas XXI Reunión Ordinaria del Consejo Latinoamericano XXXI Reunión del Consejo Latinoamericano Caracas, Venezuela 1 al 23 de noviembre de 2005* em http://www.sela.org/public_html/AA2K5/ESP/consejo/Di9.pdf

SCHILLER G, Linda Basch e Cristina Blanc-Szanton. *Towards a Transnational Perspective on Migration: Race, Class, ethnicity, and Nationalism Reconsidered*. The New York Academy of Sciences, New York, 1992.

SMITH, Robert. "Migrant Membership as an Instituted Process." *International Migration Review*. 37(2):297-343, 2003.

STARK O e R.e.b LUCAS "Migration, Remittances and the Family" *Economic Development and cultural change*, 36: 465-481, 1988. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=0013-0079%28198804%2936%3A3%3C465%3AMRATF%3E2.0.CO%3B2-A>

THOUMI, Francisco. *The Political Economy and Illegal Drugs in Colombia* Boulder: Lynne Rienner Press, 1995.

TILLY, C *Transplanted Network*". Em YANS-MCLAUGHLIN, V. (org) *Immigration reconsidered, sociology and Politics*. New York: Oxford University Press, 1990.

TORALES, Ponciano, GONZALEZ, Estela, PEREZ, Norah. *Migraciones Laborales en Sudamérica, la Comunidad Andina* Estudios sobre Migraciones Internacionales No. 60. Sector de la Protección Social Programa de Migraciones Internacionales Oficina Internacional del Trabajo, Genebra, 2003. Em <http://www.ilo.org/public/english/protection/migrant/download/imp/imp60s.pdf>

VILLA, M e Martinez P, J. *Tendencias y Patrones de la Migración Internacional de américa Latina y el Caribe* BAHIA ANÁLISE & DADOS Salvador - BA SEI v.10 n.4 p.49-78 Março, 2001.Em http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/popambient_1/pag_49.pdf

Villa, M. "Una nota acerca del Proyecto de Investigación sobre Migración Internacional en Latinoamérica - IMILA", en N.Patarra (comp.), *Migrações internacionais: herança XX, agendaXXI*, Campinas, Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, v. 2, 1996.

WIEST, R. *External Dependency and Perpetuation of Temporary Migration to the United States* em Richard c. Jones (ed). *Patterns of Undocumented Migration: Mexico and United states* Rowman & Allanheld, Totowa, Estados Unidos, 1984.

Fontes Eletrônicas

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)
<http://www.acnur.org>

Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción (ALOP)
<http://www.alop.or.cr>

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
<http://www.iadb.org>

Câmara de Representantes da República da Colômbia
<http://www.camara.gov>.

CIA WorlFact Book
<https://www.cia.gov/redirects/factbookredirect.html>

Departamento Administrativo Nacional de Estatística da Colômbia (DANE)
<http://www.dane.gov.co>

Departamento Administrativo de Seguridad da Colombia (DAS).
<http://www.das.gov.co>

Direção Geral de Migrações e Naturalizações do Peru (DIGEMIN)
<http://www.digemin.gob.pe>

Escritório do Censo dos Estados Unidos ([United States Census Bureau](http://www.census.gov))

<http://www.census.gov>

Imprensa Independente de Cuba

<http://www.cubanet.org/>

Instituto Nacional de Estatísticas e Censos do Equador (INEC)

<http://www.inec.gov.ec>

Inter. Press Service News Agency (IPS)

<http://www.ips.org>

Ministério de Relações Exteriores do Brasil

<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/index.htm>

Ministério de Relações Exteriores da Colômbia

<http://www.minrelext.gov.co>

Ministério de Relações Exteriores de Cuba

<http://www.cubaminrex.cu>

Organização Internacional das Migrações (OIM)

<http://www.iom.int>

Organização Internacional do Trabalho (ILO)

<http://www.ilo.org/>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

<http://www.pnud.org.br>

Comissão Econômica Para América Latina e o Caribe (CEPAL) – Projetos IMILA e SIMCA

<http://www.eclac.cl>

Senado da República da Colômbia

<http://www.senado.gov.co>

Serviço de Imigração e Naturalização dos Estados Unidos (USCIS)

uscis.gov/graphics/shared/statistics

[Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe \(SELA\)](http://www.sela.org)

<http://www.sela.org>

FONAMIH Foro Nacional de las Migraciones en Honduras. Semana del Migrante 2005

http://migracionremesas.rds.hn/document/semana_del_migrante/situacion_migratoria_honduras_2005.pdf

Registraduría Nacional del Estado Civil
<http://www.registraduria.gov.co>

ANEXO

Acolhido pelo Partido Liberal, Jairo Martínez foi eleito com 8.777 votos, dos quais 2.473 foram emitidos no exterior e 6.304 na Colômbia. Só 20.81% de seus votos foram depositados pela população a que ele estaria representando, e o restante, 79.19%, foi emitido dentro do território nacional. Esses votos conseguidos fora do país são apenas 6.56% do potencial eleitoral no exterior. A seguir, um relato da experiência sobre uma entrevista pessoal feita com o único deputado no mundo que representa uma comunidade que não habita o seu território nacional.

Não Devia Tê-Lo Feito, Não Me Arrependo, Mas Não O Farei De Novo.

Entrevista com o Representante na Câmara dos Colombianos no Exterior

Por Mauricio Bueno

Depois de várias mensagens de e-mail sem resposta, o congressista aceitou que conversássemos em Bogotá. Talvez por razões de segurança, antes de combinar uma data e um horário foi necessário encaminhar uma outra mensagem com meu nome completo, o número da minha identificação, e um endereço na Colômbia. Dois dias depois recebi a confirmação de que o encontraria na quinta-feira, 17 de Agosto de 2005, às dez horas da manhã, a 2600 metros acima do nível do mar na capital colombiana. Eu teria de chegar quinze minutos antes do combinado em seu escritório, no prédio da Câmara de Representantes do Congresso da República.

Naquele dia, às 9:30 estive no centro histórico bogotano. Essa parte da cidade, com sua arquitetura antiga, ruas, casas e edifícios que datam da época da colonização espanhola, contrasta com a Bogotá atual ocidentalizada, habitada por mais de sete milhões de pessoas, de prédios imensos, de avenidas e autopistas, e de periferias pobres e marginais, como qualquer outra metrópole da América Latina.

No centro de Bogotá se passaram muitos dos acontecimentos importantes da história da Colômbia. Foi onde se geriu a rebelião que deu lugar ao grito de independência em 1810, onde em nove de abril de 1948 assassinaram o líder popular Jorge Eliécer Gaitán, fato que deu origem a época de “La Violencia”, a contenda armada generalizada estendida por vários anos e o começo da prolongada guerra que persiste até hoje. É no centro da cidade onde ainda se concentra a estrutura física e administrativa das instituições do Estado como o Palácio da Justiça, tomado em operação militar pelo movimento guerrilheiro M-19 em 1985, o Congresso da República, as sedes de alguns

ministérios e a *Casa de Nariño* ou Palácio de Governo, residência do principal mandatário, em cuja parte traseira está localizada a “*calle del cartucho*”, talvez o maior lugar de concentração de indigentes legitimado do País. Durante a cerimônia de posse do primeiro mandato do atual presidente, em sete de Agosto de 2002, a cidade sofreu sete atentados. Entre eles, duas bombas de longo alcance foram lançadas em forma de mísseis em direção ao Palácio, uma delas atingindo parte do teto da edificação sem conseqüências graves. A outra caiu no “*cartucho*”, onde onze pessoas morreram.

Essas ilustrações do persistente e complexo conflito colombiano, que têm se manifestado ao longo dos anos no centro da cidade, explicam de alguma forma o porquê da permanente restrição à circulação de veículos nas proximidades desse setor histórico, dos vários quarteirões cercados pela Guarda Presidencial, da Polícia Militar e dos mendigos nos arredores.

Já na frente da Câmara, entrei numa rápida fila de pessoas que ingressavam na gigantesca edificação e cujo único requisito para a entrada era um “bom dia” para alguns, para outros falar um nome a conferir em uma lista e para outros, não poucos, um olhar ao rosto do homem ou da mulher encarregados da segurança, ambos policiais. Quando chegou a minha vez de passar no detector de metais e explosivos ela perguntou da minha “credencial”; eu lhe expliquei que ia só entrevistar um congressista e que meu nome devia estar em alguma lista. Ela me disse que eu devia me dirigir à fila dos visitantes, do outro lado do prédio, porque eu estava na entrada dos congressistas e funcionários.

Havia mais policiais na outra fila. Chegando perto dela escutei um dos guardas dizer meu nome em voz alta, então me aproximei. Um outro pediu para que eu mostrasse meu documento de identidade, conferiu numa lista e me chamou para entrar, um terceiro fez uma revisão geral e bem superficial nas minhas coisas (um caderno, uma caneta e um gravador de fita-cassete) antes que eu passasse nos detectores.

Dentro do prédio pedi ajuda para achar a sala de Jairo Martínez. Diferente de muitos outros, o escritório do Representante dos Colombianos no Exterior estava fechado. Faltavam cinco minutos para a hora marcada e decidi esperar até as dez em ponto para bater na porta; como não obtive

resposta, fiquei do lado dela enquanto observava as pessoas que entravam e saíam das outras salas e também do prédio. A maioria delas vestidas de maneira formal, outras com uniformes militares, conversavam nos corredores ou caminhavam por eles, nos quais a todo tempo permaneciam Guarda-costas armados.

Mais ou menos às 10:30, a porta de Martínez foi aberta por um homem a quem perguntei se se tratava do deputado – eu não tinha nenhuma referência física do homem que ia entrevistar –; ele respondeu que não, mas que “o doutor” ia chegar em pouco tempo. Perguntou se tinha marcado um horário e eu lhe disse que sim, que às dez horas ele ia me conceder uma entrevista. Ele se desculpou, pediu que esperasse alguns minutos e me ofereceu um café; o motorista tinha ido buscar o Representante no aeroporto, ele estava vindo de Miami.

O nosso representante é um empresário e promotor de artistas latinos nos Estados Unidos, mora na Flórida há 28 anos e embora muitos dos seus familiares tenham ocupado cargos políticos na Colômbia, com 45 anos de idade é a primeira vez que ele se envolve em assuntos desse tipo de maneira direta. O pequeno lugar estava adornado com crachás, credenciais e certificações pessoais de participação em e organização de grandes shows no mundo inteiro, prêmios e condecorações por vendas de discos, pôsteres de cantores, cantoras e bandas famosas com os quais ele trabalha. Enquanto tomava meu café, o funcionário, que tinha um sotaque característico da zona norte do país, região de origem de Martínez, olhava o jornal e me fazia algumas perguntas. Durante a conversa me disse que era um dos seus colaboradores. Três pessoas passaram procurando o congressista. Um deles, que tinha também o mesmo sotaque caribenho, decidiu esperar e começou um papo com o colaborador. Papo que acabaria do lado de fora do escritório, depois de ambos olharem para mim no momento que eu repassava o roteiro da entrevista.

O tão esperado político chegou às 11:30 acompanhado de umas oito pessoas. Três delas, os guarda-costas, ficaram fora da sala, as outras entraram e me cumprimentaram, como o fez Jairo Martínez, que depois de intuir quem eu era se desculpou pelo atraso devido ao trânsito e me pediu que aguardasse mais cinco minutos. Perguntou para o colaborador se tinha novidades enquanto uma secretária entrava num compartimento fechado. Ela fez algumas ligações nas que falava em voz alta nomes de personalidades da vida política nacional; ficou alguns minutos atendendo as

outras pessoas e depois me convidou a entrar naquele compartimento, seu escritório privado dentro da sala, para começar o nosso diálogo advertindo que tinha uma hora apenas: no começo da tarde devia voltar para os Estados Unidos.

-Qual é o objetivo geral, da Colômbia como Estado, em efetuar essas medidas que outorgam direitos políticos aos colombianos no exterior?

Nós queremos não só retornar a fuga de cérebros (sic), mas todos os colombianos que se encontrem fora da Colômbia e que por um motivo ou outro tiveram que abandonar o país e que hoje vivem no estrangeiro, especialmente nos Estados Unidos, na Venezuela, na Espanha e em outros países onde tem aumentado o número de nossos compatriotas.

-Como tem sido o contato do senhor com eles e em geral, o que eles opinam?

Tenho conversado com algumas pessoas que sempre sonham em viver de novo na Colômbia. O meu caso, por exemplo: ainda tenho saudade do meu país, mesmo com 28 anos fora não consegui tirar o sonho e a vontade de algum dia vir morar aqui. Têm outros que estão completamente contentes nos países que os acolheram e mesmo ainda tendo laços afetivos com a Colômbia, pensam em ficar o resto da vida naqueles países. Mas o ideal seria que todos nós trabalhássemos pela nossa terra, por qualquer grão de areia dela.

-Então a idéia é trabalhar por aqueles que desejam voltar?

A idéia que eu tenho compartilhado tanto com o governo, colegas do congresso e ministros é apoiar quem queira regressar. A gente não força ninguém, mas para quem quiser voltar, nós vamos dar facilidades para o retorno.

-O senhor, como Representante dos Colombianos no Estrangeiro, acha que é possível trabalhar por eles aqui, dentro dos limites do território nacional?

Uma das maiores entradas de dinheiro que a Colômbia tem agora são as remessas enviadas do estrangeiro, então eu não só represento as pessoas que moram fora, mas também os seus familiares que ficaram aqui e que dependem economicamente deles. Nesse sentido, também estou trabalhando pelo país, pois essas remessas ajudam um pouco a manter a estabilidade em muitos aspectos.

Como o senhor chegou a ser o Representante dos Colombianos no Exterior?

Na verdade foi casualidade. Embora na minha família tenha muitos políticos eu nunca pensei em fazer política. Em um almoço em Miami com Nohemí Sanín²⁸, ela me falou sobre essa cadeira, eu não sabia nada a respeito e ele me perguntou se eu queria me candidatar. Eu lhe disse que estava muito contente com o que fazia e não estava procurando nada além, mas depois, conversando com diferentes senadores que começaram a me apresentar a idéia dizendo que eu poderia fazer história porque, se ganhasse, eu seria não só o primeiro na Colômbia mas o primeiro no mundo. Pensei que dentre 27 candidatos com plataformas políticas definidas eu não ia conseguir e estava enganado.

Então, como o senhor aceitou a proposta?

Na verdade, eu faço aniversário em fevereiro e todo ano eu ofereço uma festa colombiana em Miami. Já fiz a festa da pátria, a festa de “Betty la Fea”, a festa de “Pedro el Escamoso”²⁹ e naquele ano (2001) fiz o meu lançamento para a câmara. O evento foi vinte e quatro dias antes das eleições e nunca pensei que em menos de um mês poderia se ganhar uma eleição, sobretudo com 27 candidatos bastante definidos. Aí me lancei na minha festa de aniversário onde o pessoal fez uma convenção “tipo gringa”, com balões e bandeiras. Eu fiz um show e, como dizem por aí, “toma cuidado com aquilo que você deseja porque de repente se torna realidade”. Só nos últimos dias achei interessante ganhar, mas pensava que estava muito longe da liderança. No dia da votação, quando se fecharam as urnas na Europa eu estava em terceiro lugar, quando se fecharam nos Estados Unidos eu já estava em segundo e quando acabaram na Colômbia eu tinha ganhado.

Qual foi o passo a seguir?

Como já disse, tudo isto foi um pouco accidental. Eu nem sabia o que tinha que fazer, nem sabia se tinha que mudar para a Colômbia, não sabia o que era o congresso, nem conhecia o idioma político e aos poucos fui aprendendo.

Para o Senhor, como tem sido essa experiência?

²⁸ Embaixadora da Colômbia na Espanha em 2002-2006 e ministra de Relações exteriores no período 1990-1994.

²⁹ Telenovelas colombianas de sucesso internacional

O primeiro ano foi desastroso, tentando manter a minha vida aberta nos Estados Unidos ao tempo que tinha que fazer coisas aqui. Não foi como eu queria. Não tem orçamento para passagens, nem para ligações de longa distância, na prática eu tenho estado mantendo essa cadeira, quase tudo tem sido pela minha conta, então eu acho que fui mandado para estruturar a cadeira para o próximo Representante, para que quem vier em 2006 a encontre bem montada.

-O que significa estruturar nesse caso?

Significa fazer coisas em prol da cadeira. Por exemplo, apresentei um projeto com Gina Parody³⁰ para tirar a validade dos votos feitos dentro da Colômbia, que foram os que me elegeram. Hoje esses votos não são válidos graças a essa nossa iniciativa.

-Mas entendo que o Senador Antônio Navarro³¹ apresentou um ato legislativo para efetivar essa reforma, ele fazia parte desse projeto ainda sendo de uma linha política diferente?

Na verdade não, eu e a minha colega retiramos o projeto por que o Senador Navarro o apresentou como deveria ser, como ato legislativo e não como projeto de lei, nós o apoiamos e a partir daí eu e a Gina continuamos a estruturar a cadeira no sentido de oferecer garantias para ela, ou seja, que haja passagens, orçamento, que o Representante possa ter uma linha de longa distância, viajar e possuir todas as facilidades que os representantes de outros distritos têm. Eu o apoiei por que sempre levei em conta as idéias do Senador Navarro, mesmo quando pertencia ao Partido Liberal; agora que já não pertenço mais e comecei a trabalhar com outros partidos, a oportunidade de fazer algo junto com ele se apresentou e a aproveitei. Além disso, eu acho que para trabalhar na estruturação de uma cadeira não é necessário ser Liberal, Conservador ou independente.

Por que o senhor não pertence mais ao PL?

Porque o Partido me sancionou por apoiar a re-eleição do Doutor Uribe.

³⁰ Na época, Deputada Liberal à Câmara pelo Distrito Capital

³¹ Senador e Pré-Candidato à Presidência para o Período 2006-2010. Fez parte do movimento guerrilheiro M-19 e hoje é membro da diretoria do partido "Polo Democrático Independiente".

O que o Representante dos Colombianos no Exterior poderia fazer em específico por um imigrante ilegal no estrangeiro, por exemplo?

Essa é a pergunta chave. As necessidades dos colombianos no exterior e a forma como nós trabalhamos na Colômbia não são compatíveis. 90% dos casos que eu atendo são de pessoas com problemas migratórios, de legalização nos Estados Unidos, na Venezuela, na Espanha, mas, isso é de autonomia do país onde eles estão e o Congresso não pode fazer nada. Eu tenho tentado trabalhar com o Presidente sobre o famoso “TPS” para os Estados Unidos e não funciona. Qualquer coisa que eu pudesse fazer para facilitar um processo de naturalização ou residência de um colombiano em qualquer lugar do mundo eu faria com todo prazer, no entanto, é muito difícil.

Então, quais outras medidas estão sendo tomadas pelo senhor como Representante?

Nós no Congresso estamos trabalhando em muitas coisas. Agora estamos concluindo um programa de saúde para colombianos ilegais, também trabalhamos pelos treze mil colombianos presos no exterior, não para pedir a sua libertação, mas para cuidar para que os seus direitos sejam respeitados; trabalhamos também para impedir o tráfico de pessoas, homens e mulheres que são tiradas daqui para exercer a prostituição especialmente nos países orientais; para controlar o tráfico de órgãos, porque crianças estão sendo seqüestradas para comercializarem seus órgãos em países estrangeiros, enfim, muitas coisas que talvez não sejam aquilo que os colombianos no estrangeiro quisessem, mas que são problemas que eles têm. Não existe só o problema dos vistos, as pessoas me ligam e pedem ajuda para conseguir um visto americano e eu não tenho nada a ver com a embaixada dos Estados Unidos, aliás o governo americano odeia as recomendações. Eu não posso nem contribuir sequer influenciando os organismos, algumas vezes tentei ajudar mandando um bilhetinho ou fazendo uma ligação e as pessoas não conseguiram o visto.

Então o senhor acha que a Representação deve desistir de solucionar os problemas migratórios?

Eu acho que sim. Temos que buscar a solução das necessidades básicas não migratórias. Toda vez que o Presidente vai aos Estados Unidos, as pessoas pedem para que ele intervenha nesse tipo de coisas e ele também não pode fazer nada, só que ele não é criticado por isso e eu sou. Falta um pouco de informação do pessoal no estrangeiro sobre o que faz um congressista, tem gente que reclama porque nunca me vê e é porque eu tenho que ficar aqui toda terça, quarta e quinta-feira

como qualquer outro congressista, eu não posso ir todo final de semana para a Espanha ou Inglaterra. Eu já quase fechei o meu negócio nos Estados Unidos por causa dos meus compromissos aqui, só nesse ano perdi mais de um milhão de dólares. Só o que eu posso fazer por enquanto é ajudar para que o próximo que vier encontre tudo em ordem.

-Por que só desde 2002 é possível eleger os Representantes pelas circunscrições especiais e não a partir de 1991, quando a constituição foi declarada?

Na verdade eu não sei. Eu nem conhecia o tema, fiquei sabendo quando já estava tudo aprovado, mas não sei por que demorou tanto tempo. Têm casos aqui no congresso do ano de 1996, eu recebo processos com oito ou dez anos que não foram solucionados ainda, então eu não sei como funciona o sistema legislativo desse país por que até hoje não consegui me explicar as razões para uma demora tão prolongada na regulamentação da cadeira. Regulamentação que sem dúvida não foi feita para mim, por que eu fui o ultimo a fazer a inscrição, mas mesmo assim acho que foi um processo longo demais.

Como o senhor avaliaria a gestão em termos de objetivos cumpridos e metas alcançadas, aquilo que se pretendia está sendo conseguido?

No começo eu pensei que ia ser o primeiro, o único e o último, pois um dos pontos do referendo³² tinha a ver com a eliminação dessa cadeira. Depois comecei a acreditar que poderia haver uma forma de auxiliar os nossos compatriotas seja através do Congresso, do Ministério de Relações Exteriores ou da presidência, desde então defendi esse cargo, aprendi muito sobre o meu país, o re-descobri.

O Senhor acha que a existência dessa cadeira é mesmo necessária?

Eu acho que sim, há que se lutar por ela. Um mês antes de ser aprovado o Ato Legislativo proposto para anular nossos votos dentro do país, teve um par de congressistas que reclamaram dizendo que essa cadeira devia desaparecer. Eu me levantei e a defendi... Aqui se deve ter uma voz. Eu acho que as intenções do 91 são diferentes das de hoje e a cadeira ainda não está estruturada como deve

³² Refere-se aqui à última consulta popular desse tipo feita na Colômbia em outubro de 2003, na qual, o eleitorado devia contestar 17 perguntas que propunham reformar o mesmo número de artigos da Constituição. Esse referendo foi invalidado por a maioria das perguntas não terem alcançado a porcentagem mínima de respostas afirmativas requerida para a sua aprovação.

ser, mas eu a estou deixando mais ou menos montada para quem vai vir no próximo ano. Eu acho que a voz dos colombianos no estrangeiro é necessária sim.

Alguma coisa a acrescentar?

Eu tenho sido criticado por fazer ou não alguma coisa. No ano passado foi escolhido como um dos dois Representantes à Câmara mais trabalhadores, e nós somos 165. Nesse ano, sem que eu me lançasse, fui nomeado presidente da Comissão Segunda³³, eu não aceitei e eles também não aceitaram que eu me negasse. Quase me obrigaram a tomar esse cargo... então eu não acho que o esteja fazendo tão mal assim. Eu estou escrevendo um livro sobre a experiência desses anos e ele vai ser intitulado “a experiência dos três não”: não devia tê-lo feito, não me arrependo, mas não o farei de novo. É um resumo de tudo o que tenho feito com anedotas e situações ocorridas ao longo desses anos, quero que seja um pouco informal, como uma história da minha própria vida.

Muito obrigado.

Obrigado eu.

³³ Conhecerá de Política Internacional, Defesa Nacional e Força Pública, Tratados Públicos, Carreira Diplomática e Consular, Comercio Exterior, e Integração Econômica, Política Portuária, Relações interparlamentarias Internacionais, e supernacionais, Assuntos Diplomáticos não reservados constitucionalmente ao Governo, Fronteiras, Nacionalidade, Estrangeiros, Migração, Honrarias e Monumentos Públicos, Serviço Militar, Zonas Francas e de Livre Comércio, Contratação Internacional. (http://abc.senado.gov.co/prontus_senado/site/artic/20050709/pags/20050709122021.html)